

PARTE II

RESOLUÇÕES

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

Questão 1.1 (AFRF/98)

Patrimônio Bruto = Total do Ativo

Ativo		Passivo	
Poupança	216	Exigível Empréstimos Obtidos	360
Mercadorias	540	PL	
Empréstimos Concedidos	288	Capital	7000
		Receitas	180
		(-) Despesas	x
TOTAL	1044	TOTAL	1044

Receitas Ganhas: $(1/3) \times \$ 540 = \$ 180,00$ Empréstimos Obtidos: $2/3 \times \$ 540 = \$ 360,00$

Patrimônio Bruto: $\$ 1.044,00$ PL = $1.044 - 360 = \$ 684,00$

Resposta: Letra B

Questão 1.2 (AFRF/98)

A questão faz referência a ganhos ou perdas (lucro ou prejuízo). As modificações no ativo circulante, no permanente ou no passivo circulante não necessariamente implicam ganhos ou perdas. Ex.: Compra de mercadorias a prazo (+AC/+PC), pagamento de duplicata à vista sem juros (-AC /-PC).

Como não houve aumento de capital por subscrição de novas ações, tudo nos leva a crer que o aumento do PL de $\$ 200,00$ ocorreu em virtude de lucros (ganhos) obtidos nas operações da empresa.

Resposta: Letra C

Questão 1.3 (ICMS-SC/98)

Para resolvermos esta questão utilizaremos a equação fundamental do patrimônio $A - PE = PL$, onde

A = Ativo PE = Passivo Exigível PL = Patrimônio Líquido

Primeiramente vamos identificar a que grupo cada conta pertence:

Quadro I

Ativo	94	95	96
Caixa e Bancos	250	130	210
Mercadorias	180	120	90
Duplicatas a Receber	120	100	150
Total do Ativo	550	350	450

Quadro II

Passivo Exigível	94	95	96
Fornecedores	280	90	230
Salários a pagar	220	130	180
Dividendos a pagar	-	80	-
Total do Passivo Exigível	500	300	410

Calculando o PL em cada ano, temos (quadro):

Grupo	94	95	96
A	550	350	450
PE	500	300	410
PL (=A-PE)	50	50	40

Conforme os dados fornecidos, o capital integralizado somente sofre variação no ano de 1996, tendo sido aumentado de \$ 70, referente a:

Integralização em 96 de parcela subscrita em 95	30
(+) Integralização em 96 de parcela subscrita em 96	40
(=) variação do capital integralizado de 95 para 96	70

Sendo assim, olhando para a variação do PL no quadro II de 95 para 96, observamos que a mesma foi de - 10.

Como o capital integralizado variou em +70, para chegarmos a variação de -10 concluímos que houve um prejuízo em 96 de \$ 80, pois $- 80 + 70 = -10$.

Resposta: Letra D

Questão 1.4 (TRF-2000)

Esta questão utiliza a equação fundamental do patrimônio, ou seja,

$$A = P + PL, \text{ onde}$$

A = Ativo

P = Passivo (Exigível)

PL = Patrimônio Líquido

Como não temos esta equação explícita dentre as alternativas apresentadas, vemos que o Patrimônio Líquido foi substituído pela conta Capital Social e pelo Resultado do Exercício (Receitas menos Despesas). Assim, a equação fundamental do patrimônio escrita de outra forma ficaria:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Capital Social} + \text{Receitas} - \text{Despesas}$$

ou

$$\text{Ativo} + \text{Despesas} = \text{Passivo} + \text{Capital Social} + \text{Receitas}$$

Resposta: Letra E

Questão 1.5 (TFC/2000)

A questão trata do Balancete de Verificação, que contrapõe os valores positivos com os negativos, ou seja, saldos devedores com saldos credores.

Os valores positivos são representados pelas aplicações dos recursos obtidos. Estas aplicações podem ser: bens, direitos ou despesas, que são as contas devedoras. As contas credoras representam o lado negativo, do ponto de vista contábil.

Resposta: Letra A Questão 1.6 (TFC/2000)

Para calcularmos o lucro líquido basta contrapormos as despesas com as receitas:

Resultado do Exercício			
Salários	200	1400	Receitas de Serviços
Impostos Municipais	200	100	Receitas Financeiras
Material Consumido	200	80	Juros Ativos
Energia	100		
Despesas Diversas	300		
Descontos Concedidos	100		
Juros Passivos	120		
	1220	1580	
		360	
		D	C

Questão 1.7 (TFC-2000) Balancete de Verificação**Resposta: Letra B**

Bancos	10	
Cientes	20	
Capital a Realizar	50	
Capital		100
Salários a Pagar		10
Caixa	15	
Mercadorias	40	
Empréstimos obtidos		40
Prejuízos Acumulados	20	
Fornecedores		5
TOTAL	155	155

Balanco Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Bancos	10	Salários a pagar	10
Cientes	20	Empréstimos Obtidos	40
Caixa	15	Fornecedores	5
Mercadorias	40	(=) Passivo Exigível	55
		Patrimônio Líquido	
		Capital	100
		(-) Capital a Realizar	(50)
		(-) Prejuízos Acumulados	(20)
		(=) Total do PL	30
TOTAL	85	TOTAL	85

Resposta:**Letra****E****Questão 1.8 (AFTN/96)**

O gabarito dava como resposta a letra B (evidência). porém , como o edital do concurso fazia menção apenas a Resolução CFC 750/93 com relação aos princípios contábeis, a ESAF teve que anular a questão pois não consta este princípio (da evidenciação) de tal resolução.

Resposta: Anulada Questão 1.9 (INSS/97)

A questão trata do Princípio da Competência, cujo enunciado reproduziu parte do texto do artigo 9º da Resolução CFC 750/93.

1. **1. (Correta)** É a reprodução literal do § 3º, I da Resolução CFC 750/93.
2. **2. (Errada)** Segundo o § 3º, II da Resolução 750/93 a receita considera-se realizada quando da extinção, parcial ou total, de um **passivo**, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um **ativo** de valor igual ou maior .

3. **3. (Errada)** Segundo o § 3º, III da Resolução 750/93 a receita considera-se realizada pela geração natural de novos **ativos**, independentemente da intervenção de terceiros.
4. **4. (Correta)** Conforme o § 3º, IV da Resolução 750/93 a receita considera-se realizada no recebimento efetivo de doações e subvenções.
5. **5. (Errada)** O recebimento antecipado de clientes por conta de entrega futura de bens ou serviços não é realização de receita no regime de competência. O lançamento neste caso seria o seguinte:

D Caixa (+AC)
C Adiantamento de Clientes (+PC)

Questão 1.10 (AFRF/2000)

a) Financiamentos de Longo Prazo são classificáveis no Passivo Exigível a Longo Prazo; b) Em seu artigo 179, II, a lei 6.404/76 cita que os empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, serão classificáveis no ativo realizável a longo prazo, independentemente do prazo de recebimento. Isto porque a lei admite que a expectativa de recebimento deste tipo de empréstimo não se dá no curto prazo, em função da ligação entre as pessoas jurídicas. Já quanto aos empréstimos obtidos das empresas coligadas, a lei não faz referência aos mesmos em seu artigo 180. Portanto, de acordo com a doutrina dominante, deveremos classificá-los conforme o prazo (curto prazo no passivo circulante e longo prazo no exigível a longo prazo). Este prazo

sendo omissis, de acordo com o Princípio da Prudência, a classificação deve ser no passivo circulante. c) Conforme explicação anterior esta é a opção correta; d) Passivo Exigível a longo prazo; e) Empréstimos recebidos de coligadas ou controladas, conforme explicação anterior, se classificam no Passivo

Exigível a Longo Prazo, independentemente do prazo para pagamento.

Resposta: Letra C

Questão 1.11(ESAF/TTN-1992/SP)

Encontramos na doutrina contábil diversos conceitos de contabilidade. Até pouco tempo, alguns autores conferiam a ela a roupagem de arte ou metodologia. No entanto, considerando que esta disciplina possui princípios próprios, hodiernamente não cabem mais aqueles adjetivos, pois possui componentes científicos.

Neste contexto, foi elaborado, durante o 1º congresso brasileiro de contabilidade um conceito que vigora como único oficial, com os seguintes dizeres:

“Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativos à Administração Econômica”.

Percebe-se que os núcleos verbais são: a orientar, o controlar e o registrar.

A resposta correta é a letra “b”.

Questão 1.12 (ESAF/TTN-1994/vespertino)

O objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio, assim entendido como o conjunto de bens, direitos e obrigações.

A finalidade da contabilidade é estudar e controlar o patrimônio para, a partir desse estudo,

extrair informações sobre sua composição e variações que servirão de orientação aos usuários internos e externos da contabilidade.

A resposta correta é a letra “a”.

Questão 1.13. (TFC/ESAF/96)

A contabilidade, para alcançar os seus objetivos, utiliza-se das técnicas de escrituração, demonstrações financeiras, análise de balanços e auditoria.

ANÁLISE DE BALANÇO: é a técnica que utiliza métodos e processos científicos (estatísticos) na decomposição, comparação e interpretação do conteúdo das demonstrações contábeis, para a obtenção de informações analíticas, ou seja, mais detalhadas, com o objetivo de avaliar a situação patrimonial e financeira da empresa. Vejam que a análise não se limita ao Balanço Patrimonial, estendendo-se também às outras demonstrações contábeis.

A resposta correta é a letra “c”.

Questão 1.14

Item 1: Patrimônio Bruto representa o ativo total. Considerando que o capital próprio e o capital de terceiros representam o total das origens de recursos e que estes capitais estão aplicados no ativo, podemos dizer que o ativo total ou, melhor, o patrimônio bruto é igual ao capital aplicado.

O item está **CERTO**.

Item 2: Passivo a descoberto quer dizer que o capital de terceiros não encontra cobertura no ativo, isto é, o valor do ativo, se existente, não é suficiente para saldar o passivo. Neste caso, o patrimônio líquido é negativo. Analisando as hipóteses que poderão tornar o patrimônio líquido negativo, chega-se a conclusão que isto ocorre com a ocorrência de prejuízos, logo a empresa deve apresentar a conta prejuízos acumulados com saldo para se configurar o passivo a descoberto.

O item está **CERTO**.

Item 3: O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, **a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes**, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por conseqüência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

O item está **CERTO**.

Item 4: O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido. O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio Líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

O item está **CERTO**:

Item 5: A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível. Desta forma, uma entidade que possui o seu término previsto para o exercício seguinte não deverá possuir ativos e passivos de longo prazo.

O item está **CERTO**.

Questão 1.15 (TFC/ESAF/96)

O patrimônio bruto representa o ativo total e o patrimônio líquido a diferença entre esse ativo total e o passivo exigível. Logo, não poderá ser maior do que o ativo total. Pode, na melhor das hipóteses, ser igual. Assim, a letra “a” está certa.

O patrimônio bruto pode ser nulo ou positivo, mas nunca negativo. Já o patrimônio líquido pode assumir valor positivo, nulo ou negativo. O valor negativo aparece com o passivo a descoberto. Assim, a alternativa “b” está errada.

Na situação de passivo a descoberto, o valor das obrigações é superior ao do patrimônio bruto e neste caso e em outras situações o patrimônio líquido também é inferior ao das obrigações. A letra “c” está certa.

Considerando que o patrimônio bruto é o conjunto de bens mais direitos e que o patrimônio líquido é a diferença entre o ativo e o passivo exigível, temos que a alternativa “d” está correta.

Em situações especiais, na inexistência de passivo exigível, o patrimônio bruto e o PL podem assumir valores iguais. Essa situação ocorre geralmente no início das atividades e no final das atividades da empresa. A alternativa “e” está correta.

Questão 1.16 (ESAF/FISCAL–FORTALEZA/98)

O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por conseqüência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Desta forma a atitude de Jorge Trapalhão está incorreta por afronta ao princípio da entidade, cuja alternativa a ser assinalada é a letra “d”.

Questão 1.17 (MPOG/ESAF/2000)

Os valores diferidos devem ser baixados como despesa no exercício em que ficar comprovado que não podem ser recuperados ou atribuídos a atividade para a qual foram realizados. Desta forma, a alternativa “a” está incorreta.

Consoante os princípios da prudência e da oportunidade, os registros devem ser realizados mesmo no caso de existir somente razoável certeza ou quando houver alguma incerteza de grau variável. Ressalte que estes princípios, nesta acepção, possuem aplicação nas mutações patrimoniais posteriores ao registro original, pois o registro original deve ser efetuado na extensão exata dos fatos ocorridos com o mundo exterior. Logo a alternativa “b” está errada.

O recebimento de doações, segundo o princípio da competência, representa a realização de receita e deve ser registrado pelo valor de mercado do bem recebido. A alternativa “c” está correta.

O uso da moeda do País é condição indispensável a homogeneização, mas não assegura o poder aquisitivo, visto que a moeda sofre desvalorização em função da inflação e mesmo pela desvalorização frente a outras moedas. A alternativa “d” está errada.

O princípio da competência assevera que as receitas e despesas devem ser reconhecidas no período em que forem geradas, independentemente do recebimento ou do pagamento, isto é, basta

ocorrer o fato gerador de receita ou de despesa para que estas sejam reconhecidas no resultado do exercício, não importando se houve o recebimento ou o efetivo pagamento. A alternativa “e” está errada.

Questão 1.18 (MIC/ESAF/98)

Segundo o princípio da competência, as receitas e despesas devem ser incluídas no resultado do exercício em que ocorrerem seus fatos geradores, independentemente do recebimento ou do pagamento.

Desta forma; Os juros de fevereiro, pagos em março, no valor de R\$ 1.000,00 constituem despesas de fevereiro;

O aluguel de março, ainda não pago, no valor de R\$ 2.000,00, constitui despesa do mês de março;

A conta relativa ao consumo de energia elétrica em março, paga no mesmo mês, no valor de R\$ 3.000,00, constitui despesa de março;

O aluguel relativo ao mês de abril, já pago antecipadamente no mês de março, no valor de R\$ 4.000,00, constitui despesa do mês de abril;

Os juros ganhos no mês de março, mas ainda não recebidos, no valor de R\$ 4.000,00, constituem receitas do mês de março;

As receitas recebidas em março, por serviços que só serão realizados no mês de abril, no valor de R\$ 3.000,00, constituem uma obrigação da entidade e somente serão considerados receita quando da efetiva prestação do serviço;

Os juros relativos ao mês de março, recebidos no próprio mês, no valor de R\$ 2.000,00, são receitas do mês de março; e

As comissões ganhas em fevereiro, mas recebidas apenas no mês de março, no valor de R\$ 1.000,00, são receitas do mês de fevereiro.

Assim, o resultado do mês de março, envolvendo apenas as receitas e despesas cujos fatos geradores se referem a este mês, é:

Discriminação	Despesa	Receita
Aluguel	2.000,00	
Energia elétrica	3.000,00	
Juros ganhos		4.000,00
Juros de março e recebidos em março		2.000,00
Totais	5.000,00	6.000,00
Lucro no mês de março		1.000,00

Portanto, a resposta correta é a letra “d”.

Questão 1.19 (ESAF/AFC–STN/2000)

Na escrituração pelo regime de caixa somente são reconhecidas as receitas e despesas efetivamente recebidas ou pagas. Desta forma, as despesas incorridas e que não foram pagas não foram contabilizadas. Se houvesse a contabilização dessas despesas, teríamos

como contrapartida uma obrigação (passivo exigível) e um lucro menor. Logo, pela não adoção do regime de competência, esta empresa apresenta um passivo menor que o real e um lucro maior que o real.

A resposta correta é a letra “a”.

1.20 (ESAF–CVM/2001)

O art. 177 da Lei nº 6.404/76 determina que a escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos **princípios de contabilidade** geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o **regime de competência**.

O regime de competência determina que as receitas e despesas sejam reconhecidas no exercício em que ocorrerem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Desta forma, toda receita da prestação de serviço deve ser reconhecida no ano de 2000, isto é, R\$ 10.000,00, em 2000.

A resposta correta é a letra “a”.

1.21 (AFRF/2002–B)

Consoante o disposto no § 1º do art. 1º da Resolução nº 750, do CFC, de 1993, “a observância dos princípios fundamentais de contabilidade é obrigatória e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade”. Desta forma, a alternativa “a” está errada.

O princípio da entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, não comportando exceções. Logo a letra “b” está errada.

Da observância do princípio da oportunidade resulta que o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da Entidade em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão. Logo a letra “c” está correta.

O princípio da prudência veio substituir que se conhecia por convenção do conservadorismo, logo a letra “d” está errada.

A aplicação do princípio da continuidade constitui imperativo à correta aplicação do princípio da competência. Assim, a letra “e” está errada.

Resposta: Letra C

CAPÍTULO 2 – CONTAS

Questão 2.1 (AFRF/98)

Reparem que a questão não cita provisão para imposto de renda nem especifica os impostos pagos ou os descontos concedidos (se são comerciais ou financeiros). Como a pergunta é o valor do lucro líquido, basta compararmos receitas com despesas. Assim:

RESULTADO DO EXERCÍCIO

DESPESAS	RECEITAS
----------	----------

Salários	100	1200	Vendas
CMV	500	50	Receita de Juros
Impostos	100		
Impressos e Escritório	100		
Energia	50		
Despesas Diversas	150		
Descontos Concedidos	50		
	1.050	1250	
		200	

Observamos que o saldo da conta “Resultado do Exercício” foi de \$200,00 credor. Então houve lucro de \$200,00.

Resposta:

Letra

C

Questão 2.2 (Papil-PF/2000)

1. **1. (Errada)** Não é possível a existência de "conta caixa negativa". Deve ter havido erro de escrituração.
2. **2. (Correta)** Despesas Financeiras são despesas operacionais. São contas de resultado, não constam do Balanço. As despesas do exercício seguinte (contas patrimoniais) do Balanço de 99 aparecerão como despesas (contas de resultado) no ano de 2000.
3. **3. (Errada)** O saldo de contas a receber corresponde às vendas a prazo realizadas até o momento e ainda não liquidadas.
4. **4. (Correta)** O valor da conta "Empréstimos Bancários" de \$8.200 no Passivo Exigível a Longo Prazo representa uma dívida da empresa com vencimento após 31/12/2000.
5. **5. (Errada)** A rubrica "terrenos" não é possível de ser depreciada.

Questão 2.3 (Papil-PF/2000)

1. **1. (Correta)** É a própria definição do Ativo Imobilizado.
2. **2. (Errada)** Para saber se o investimento seria superior a R\$ 1,2 milhão avaliado pela equivalência patrimonial, haveríamos de saber o valor do PL da investida.
3. **3. (Correta)** É a definição de Ativo Diferido.
4. **4. (Errada)** A conta "Capital a Integralizar", se houvesse, seria retificadora de patrimônio líquido.
5. **5. (Errada)** O saldo de "Reservas de Lucros" poderá ser incorporado ao capital ou retornar a conta "Lucros Acumulados" para distribuição de dividendos, ou ainda utilizado para compensar prejuízos.

Questão 2.4 (TRF/2000)

De acordo com o Regime de Caixa, as despesas devem ser lançadas somente quando pagas e as receitas quando efetivamente recebidas. Assim, temos na questão: \$190.000,00 de débitos (despesas) e \$180.000,00 de créditos (receitas), totalizando um resultado negativo pelo regime de caixa no valor de \$ 10.000.

Como temos \$100.000,00 em bens e \$80.000,00 no capital, de acordo com a equação fundamental

do patrimônio: $A = P + \text{Capital} + \text{Lucros Acumulados (LPA)}$

$$100.000 = 80.000 + \text{LPA}$$

$\text{LPA} = 20.000$ (antes da apuração do resultado)

O resultado do período foi um prejuízo de \$ 10.000.

Agora devemos ajustar o lucro (prejuízo) aos Princípios da prudência e competência, da seguinte forma:

Operação	Redução	Aumento
Receitas já ganhas não quitadas		1.000
Despesas antecipadas		1.300
Conta de energia vencida	2.000	
Expectativa de Perda	500	
Totais	2.500	2.300
Ajuste negativo	200	

Efetuando o ajuste do resultado temos que: $\text{RLE} = -10.000 - 200 = -10.200$ Assim, o lucro acumulado após a contabilização do resultado ajustado (-10.200) ficará em:

$$\text{Lucro Acumulado} = 20.000 - 10.200 = 9.800$$

Resposta: Letra A Questão 2.5 (TRF/2000)

De acordo com o enunciado as contas diferenciais (Receitas, Despesas e PL) estão com saldo correto. Assim, o PL após a apuração do resultado seria:

Resultado do Exercício	Saldo Devedor	Saldo Credor
Aluguéis Passivos (Despesas)	140	
Comissões Ativas (Receitas)		30
Receita de Juros		110
Custo das Vendas	600	
Receita de Vendas		900
Despesa de Juros	130	
Imposto Federais	200	
Salários	450	
Total	1520	1040

O resultado do exercício foi:

RLE = \$ 1520 - \$ 1040 = \$ 480 (prejuízo).

Somando com as demais contas de PL, temos:

Patrimônio Líquido	Valor
Capital Social	950
Lucros Acumulados	130
Prejuízo do Período	(480)
Total do PL	600

Resposta: Letra E

Questão 2.6 (AFTN/96)

São classificados no ativo permanente investimentos, de acordo com a Lei 6.404/76, os direitos de qualquer natureza não classificáveis no ativo circulante, que não se destinem à manutenção das atividades da companhia, além das participações permanentes em outras sociedades. Assim, as opções a,b,d,e citavam algum tipo de bem de USO, o que as enquadraria no Ativo Imobilizado. Um exemplo de bens tangíveis não utilizados na atividade principal da empresa são os imóveis que a empresa aluga a terceiros (imóveis para renda).

Resposta Letra C

Questão 2.7 (AFTN/96)

Classificam-se no imobilizado os direitos que tenham por objetivo bens (tangíveis ou intangíveis) destinados à manutenção de sua atividade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial (marcas e patentes). Comentando as demais alternativas:

- a) faltam os bens tangíveis;
- b) não são todos os bens tangíveis e intangíveis;
- c) faltam os bens intangíveis;
- e) há também os bens amortizáveis ou exauríveis.

Resposta: Letra D

Questão 2.8 (AFTN/96)

A questão exigia o conhecimento das classificações das contas. Assim, nos balancetes, temos os seguintes itens no ano de 19x2:

Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Caixa	2.000	Fornecedores	15.000
Bcos c/ movimento	3.000	Encargos Trabalhistas	35.000
Duplicatas a Receber	25.000	Obrigações Tributárias	25.000
(-) PDD	(750)	Contas a pagar	6.000
Despesas Antecipadas	10.000		

Estoques	35.000		
Total	74.250	Total	81.000

O capital circulante líquido (CCL) ou capital de giro líquido é obtido pela fórmula: CCL = AC - PC CCL = 74.250 - 81.000 = -6750 **Resposta: Letra B (Anulada)**

OBS.: A questão somente especificou capital circulante. Talvez por isso tenha sido anulada. **Questão 2.9 (AFTN/96)**

O ativo circulante de 19x2 já foi calculado na questão anterior (74.250)

Ativo Circulante em 19x1

Caixa	1.000
Bcos c/ movimento	7.000
Duplicatas a Receber	15.000
(-) PDD	(450)
Depesas Antecipadas	5.000
Estoques	8.000
Total	35.550

OBS.: Créditos de coligadas (transações não operacionais) se referem a empréstimos a coligadas (Ativo Realizável a longo prazo).

Resposta: Letra D

Questão 2.10 (AFTN/96)

O Capital Próprio se refere ao PL. Para sabermos se o saldo da conta Lucros ou prejuízos Acumulados é credor ou devedor, devemos utilizar os balancetes. Para que os mesmos “fechem”, este saldo deve ser credor tanto em 19x1 quanto em 19x2.

Total Saldos devedores em 19x1 =
77.000 Total Saldos credores em 19x1 =
77.000 Total Saldos devedores em 19x2
= 168.500 Total Saldos credores em
19x2 = 168.500

Patrimônio Líquido em 19x2

Capital Social	10.550
Reserva legal	1.000
Reserva de capital	10.550
Lucro Acumulado	5.950

Total	28.050
--------------	---------------

Resposta:

Letra

E

2.11. (ESAF/TTN–1994/matutino)

O art. 177 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, possui a seguinte grafia:

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros **permanentes**, com obediência aos preceitos da legislação **comercial** e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

§ 1º As demonstrações financeiras do exercício em que houver modificação de métodos ou critérios contábeis, de efeitos relevantes, deverão indicá-la em nota e ressaltar esses efeitos.

§ 2º A companhia observará em registros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta Lei, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem a elaboração de outras demonstrações financeiras.

§ 3º As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, e serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na mesma comissão.

§ 4º As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

Conforme se depreende da leitura do caput do ato legal, a resposta correta é a letra “**d**”.

2.12. (PREFEITURA DE NATAL–RN–2001/ESAF)

Das contas apresentadas, temos as seguintes 6 (seis) contas de resultado:

- . • Despesas de aluguel
- . • Aluguéis ativos
- . • Aluguéis passivos
- . • Prêmios de seguros
- . • Impostos e taxas
- .• Salários

As conta patrimoniais são em número de 8 (oito):

- . • Aluguéis a receber
- . • Aluguéis a pagar
- . • Aluguéis ativos a vencer
- . • Aluguéis passivos a vencer
- . • Seguros a vencer
- . • Seguros a pagar
- . • Impostos a recolher
- .• Impostos a recuperar

Das 6 (seis) contas de resultado, representam despesas as seguintes contas:

- . • Despesas de aluguel

- . • Aluguéis passivos
- . • Prêmios de seguros
- . • Impostos e taxas
- . • Salários

. Das 8 (oito) contas patrimoniais 3 (três) são de passivo circulante:

- . • Aluguéis a pagar
- . • Seguros a pagar
- . • Impostos a recolher

. Das 8 (oito) contas patrimoniais 4 (quatro) são de ativo circulante:

- . • Aluguéis a receber
- . • Aluguéis passivos a vencer
- . • Seguros a vencer
- . • Impostos a recuperar Há que se fazer uma ressalva em relação a conta aluguéis ativos a vencer (valores recebidos antecipadamente,

sem hipótese de reembolso), pois esta conta pertence ao grupo de contas do Resultado de Exercícios Futuros. A resposta correta é a letra “e”.

2.13. (PREFEITURA DE NATAL–RN–2001/ESAF)

A correta classificação das contas representativas de investimentos em outras sociedades deve levar em conta a intenção da sociedade adquirente. Se esta adquirir a participação societária com intenção de revenda imediata, a participação será registrada ou classificada no ativo circulante. Se, porém, a intenção da entidade for a de participar do capital social da sociedade investida, então ele será classificado no ativo permanente – investimento. Por pertinente, cabe esclarecer que a participação no capital social de outra sociedade com 10% ou mais, sem exercer o controle, transforma a outra sociedade em coligada da investidora e neste particular é que cabe o esclarecimento, pois todos os investimentos em coligadas são classificados no ativo permanente – investimento.

A resposta correta é a letra “e”.

2.14. (AFC/2002 ESAF)

Sobre as TEORIAS DAS CONTAS temos a expor:

O homem é um ser insaciável e está sempre em busca de melhores condições, juntamente com essas condições vêm novos conceitos, mais adaptados a nova realidade. Não estamos afirmando que os novos conceitos sejam melhores que os anteriores, mas devemos admitir que o objetivo seja esse.

Assim como a sociedade, também a Contabilidade se encontra em constante processo de transformação, e, nesse particular, surgiram ao longo do tempo diversas escolas e teorias sobre contas, dentre as quais três são as que merecem o nosso destaque. São elas:

- . • **Teoria Personalista**
- . • **Teoria Materialista**
- . • **Teoria Patrimonialista**

1 - TEORIA PERSONALISTA - Esta teoria atribuía às pessoas a responsabilidade para cada conta, de forma que o responsável pelo caixa, devia à empresa o equivalente ao valor registrado nessa conta. Os terceiros de quem a empresa tinha valores a receber eram os devedores e,

por fim, os terceiros a quem a entidade devia, eram os seus credores. Desta forma, as contas representativas de bens e direitos eram debitadas, pois as pessoas responsáveis pelos bens e direitos da entidade deviam a esta. As contas representativas de obrigações da entidade, representavam créditos dos terceiros para com esta, por isso eram creditadas.

Assim, por esta teoria as contas representavam as pessoas que eram responsáveis por determinados bens e/ou direitos, ou as que detinham o direito a crédito perante a entidade.

Compreendeu por quê a conta caixa, que é um bem da entidade, é debitada quando aumenta o seu valor?!!!

O recurso acima utilizado para explicar, de forma rudimentar, a questão do débito e do crédito não deve ser alastrado, pois, hoje, na concepção científica de Contabilidade essa colocação colhe repúdio da maioria dos doutrinadores, e, por quê não, do Conselho Federal de Contabilidade. Mas, que ele é útil na tentativa de explicar o porquê do débito e do crédito, disso ninguém duvida, principalmente, quando o objetivo do estudo da Contabilidade é **concurso público**, quando se precisa aprender de forma rápida e objetiva, mesmo que seja de forma simples, tal qual a apresentamos.

Essa teoria classificava as contas em três grandes grupos, a saber:

- . • **Contas dos Agentes Consignatários** — Essas contas representavam os bens da empresa. Existiam pessoas que recebiam em consignação os bens da entidade, sobre os quais eram os responsáveis, portanto eram os devedores (note que as contas representativas de bens são de natureza devedora).
- . • **Contas dos Agentes correspondentes** – Representavam os direitos e as obrigações da entidade com terceiras pessoas, os correspondentes que eram os credores.
- . • **Contas dos Proprietários** — Eram as contas do Patrimônio Líquido e suas variações, inclusive as receitas e as despesas, por interferirem diretamente no patrimônio líquido.

2 - TEORIA MATERIALISTA - Conforme o próprio nome nos diz, essas contas representavam uma relação com a materialidade, ou seja, estas contas só deviam existir enquanto existissem também os elementos materiais por ela representados na entidade.

As contas, por essa teoria, eram classificadas em:

- . • **Contas Integrais** — Eram aquelas representativas de bens, direitos e obrigações.
- . • **Contas Diferenciais** — Eram as representativas de receitas, despesas e Patrimônio Líquido.

3 - TEORIA PATRIMONIALISTA - É a teoria que atualmente tem repercussão mundial e entende que o patrimônio é o objeto da Contabilidade sendo sua finalidade o seu controle. É a teoria aceita pelos doutrinadores contemporâneos, por entenderem que se amolda à Contabilidade ciência.

Por essa teoria, as contas são classificadas em dois grandes grupos:

Contas patrimoniais — São as contas que representam os bens, direitos, obrigações e a situação líquida das entidades, ou seja: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Estas contas permanecem com o seu saldo no momento da apuração do resultado, vale dizer, elas aparecem no balanço patrimonial.

Contas de resultado — São as conta que representam as receitas e as despesas. Estas contas devem ter, sempre, os seus saldos zerados, isto é, devem ser encerradas (tornar o saldo zero e transferi-lo a apuração do resultado) por ocasião da apuração do resultado ou do exercício social. São incorporadas ao Balanço Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, via contas de lucros,

como por exemplo lucros ou prejuízos acumulados e reservas de lucros.

Analisando as três teorias, ora expostas, temos que:

A conta **capital**, como as demais contas de **patrimônio líquido**, são:

- . • contas dos proprietários, segundo a teoria personalista;
- . • contas diferencial, segundo a teoria materialista;
- . • contas patrimonial, segundo a teoria Patrimonialista.

A conta despesas de salários, como as demais contas de **resultado**, são:

- . • contas dos proprietários, segundo a teoria personalista
- . • contas diferencial, segundo a teoria materialista
- . • contas de resultado, segundo a teoria Patrimonialista

Assim, chama-se a atenção para a diferença existente entre as contas diferenciais e as contas de resultado. Enquanto estas são formadas apenas pelas receitas e despesas, aquelas contém, também, o Patrimônio Líquido.

Resumindo, temos:

Teoria Personalista	contas dos Agentes consignatários (bens) contas dos Agentes correspondentes (direitos e obrigações) contas dos Proprietários (receitas, despesas e Patrimônio líquido)
Teoria Materialista	contas Integrais (bens, direitos e obrigações) contas Diferenciais (receitas, despesas e Patrimônio líquido)
Teoria Patrimonialista	contas Patrimoniais (bens, direitos, obrigações e Patrimônio Líquido) contas de Resultado (receitas e despesas)

Desta forma, nas contas apresentadas na questão, temos:

Contas de agentes consignatários:

Caixa
Mercadorias
Móveis e Utensílios
Material de Consumo

Contas de agentes correspondentes Clientes Fornecedores Ações de Coligadas Seguros a Vencer Títulos a Pagar Impostos a Recolher Receitas de Comissões a Vencer

Contas de resultado Juros Passivos Aluguéis Ativos Prêmios de Seguros
Material de Consumo

Contas diferenciais Juros Passivos Aluguéis Ativos Prêmios de Seguros Capital Social
Lucros Acumulados Reservas de Reavaliação

Contas patrimoniais Capital Social Lucros Acumulados Reservas de Reavaliação Caixa
Mercadorias Móveis e Utensílios Material de Consumo Clientes Fornecedores Ações de Coligadas Seguros a Vencer Títulos a Pagar Impostos a Recolher Receitas de Comissões a Vencer

Portanto, a resposta correta é a letra “**d**”.

2.15. (ATE/MS/2001–ESAF)

Contas

01 – Ações de Coligadas 02 – Ações em Tesouraria 03 – Bancos c/Movimento 04 – Capital a Integralizar 05 – Capital Social 06 – Clientes 07 – Despesas Antecipadas 08 – Duplicatas a Pagar 09 – Duplicatas Descontadas 10 – Empréstimos Bancários 11 – Mercadorias em Estoque 12 – Receitas Antecipadas 13 – Venda de Mercadorias

Débito/Crédito

D D D D C D D C C C D C C Logo, temos sete contas de saldo devedor e seis contas de saldo credor. **Alternativa correta letra “B”.**

2.16. (ATE/MS/2001–ESAF)

CONTAS	Saldos Devedores	Créditos (direitos)
Ações de Coligadas 100,00	100,00	
Aluguéis a Pagar 150,00		
Aluguéis a Receber 200,00	200,00	200,00
Caixa 250,00	250,00	
Capital a Integralizar 300,00	300,00	300,00
Capital Social 950,00		
Clientes 900,00	900,00	900,00
Duplicatas Aceitas 850,00		
Duplicatas Emitidas 800,00	800,00	800,00
Fornecedores 750,00		
Juros Ativos 700,00		
Juros Passivos 650,00	650,00	
Máquinas e Equipamentos 600,00	600,00	
Materiais 550,00	550,00	
Mercadorias 500,00	500,00	
Notas Promissórias Aceitas 450,00	450,00	450,00
Notas Promissórias Emitidas 400,00		
Receitas a Receber 350,00	350,00	350,00
Receitas a Vencer 300,00		
TOTAIS	5.650,00	3.000,00

Alternativa correta letra ”E”.

CAPÍTULO 3 – TÉCNICAS CONTÁBEIS

Questão 3.1 (TRF/2000)

Analisando cada alternativa

temos o seguinte: a) (Correta)

Lançamento de 3ª fórmula D –

Duplicatas a Pagar D – Juros

Passivos C – Bancos c/Movimento

b) (Errada) O saldo credor no extrato bancário significa um valor disponível na conta-corrente da empresa, representado por um saldo devedor da conta de Ativo “Bancos c/Movimento”, e não por um Passivo. c) (Correta)

Lançamento de 4ª fórmula D – Máquinas para alugar (AP Investimentos) D – Máquinas para Revenda (AC)

C – Caixa (AC)

C – Títulos a Pagar (PC)

O fato é permutativo pois não afeta o patrimônio líquido.

d) (Correta)

Provisões Ativas

- .– Provisão para ajuste de estoques ao valor de mercado (AC);
- .– Provisão para devedores duvidosos (AC);
- .– Provisão para perdas prováveis na realização de investimentos (AP).

Provisões Passivas

- .– Provisão para imposto de renda;
- .– Provisão para férias;
- .– Provisão para Contribuição Social s/lucro.

O lançamento se dá sempre a débito de uma conta de despesa e a crédito da provisão. e) (Correta) Os efeitos de uma devolução de vendas são os seguintes:

Rubrica	Efeito
Receita de Vendas	Reduz
Custo das Vendas	Reduz

Estoque Final	Aumenta
---------------	---------

Resposta: Letra B Questão 3.2 (TRF/2000)

a) (Incorreta) Recebimento de Duplicata com juros

Caixa
a Diversos
a Duplicatas a Receber 300,00
a Juros Ativos 30,00 330,00

b) (Incorreta) Pagamento de Duplicata com desconto

Duplicatas a Pagar
a Diversos
a Caixa 270,00
a Descontos Ativos 30,00 300,00

c) (Correta) O lançamento também pode ser efetuado da seguinte forma:

Diversos
a Diversos
Caixa 100,00
Clientes 400,00
CMV 350,00 850,00
 a Mercadorias 350,00
a Vendas 500,00 850,00

$$\text{RCM} = \text{Vendas} - \text{CMV} = 500 - 350 = 150$$

d) (Incorreta) Depósito Bancário

Bancos c/Movimento a Caixa 250,00

e) (Incorreta) Pagamento de Comissões

Comissões Passivas a Caixa 60,00

Resposta: Letra C Questão 3.3 (AG-PF/2000)

1. (Errada) Saldo correto das Contas:

Bancos conta movimento (devedor) – Errada
Contas a Recebr (devedor) – Errada
Depreciação e Amortização

Acumulada (credor) - Correta

Portanto, como a conta Depreciação e Amortização Acumulada está classificada corretamente (saldo credor), a afirmativa é falsa.

2. (Correta) Saldo correto das Contas:

Despesas do Período Seguinte (devedor) – Correta
Ações Avaliadas pelo Custo (devedor) – Correta
Capital Social (credor) - Correta

2. **3. (Errada)** Lançamento de compra à vista de máquinas e equipamentos:

D Máquinas e Equipamentos 100 C Caixa 100

O lançamento acima aumenta os saldos devedores em R\$ 100,00 (Máquinas e Equipamentos), mas ao mesmo tempo os diminui em R\$ 100,00 (Caixa), portanto não há alteração no total dos saldos credores e devedores.

1. **4. (Correta)** A conta Capital a Integralizar é retificadora do Capital Social (Patrimônio Líquido), portanto seu saldo é devedor.

2. **5. (Correta)** Os salários e respectivos encargos do pessoal ligado à área de administração são considerados despesas administrativas.

Questão 3.4 (AFRF/2000)

A questão pergunta o valor do capital próprio. Vamos efetuar os lançamentos:

a) Comprou roupas com R\$ 105,00 que sua mãe lhe deu:

D - Roupas (ativo) 105,00
C - Capital (PL) 105,00

b) Empréstimos de
R\$30,00

D - Caixa (+A) 30,00
C - Empréstimos (+P)
30,00

c) Pagamento de despesas c/ ônibus e jornal D - Despesas (-PL) 3,00 C - Caixa (-A) 3,00

d) Compra de caixa de bombons fiado: D - Estoques (+A) 50,00 C - Empréstimos (+P) 50,00 e)
Refeição de R\$ 12,00 com desconto de R\$ 2,00

D - Despesas (-PL)	12,00
C - Descontos obtidos (+PL)	2,00
C - Caixa (-A)	10,00

f) Venda de metade dos bombons por R\$ 40,00

D - Caixa (+A)

C - Estoques (-A)
C - Lucros (+PL)

PL			
(C)	1,80	105	(A)
(C)	1,20	2	(E)
(E)	12	15	(F)
<hr/>			
	15	122	

40,00 25,00 15,00

Ativo

107

.(A) 105
.(B) 30
.(D) 50
.(F) 40 225

187

3 (C) 10 (E)

25 (F)

38

Passivo

30 (B) 50 (D) 80

Equação fundamental do patrimônio:

$$A - P = PL$$
$$187 - 80 = 107$$

Resposta:

Letra

E

Questão 3.5 (MTB-CESPE-UNB/94)

Fato contábil permutativo é aquele que não altera o patrimônio líquido.

A doutrina costuma dizer que o fato permutativo envolve somente contas patrimoniais, no que está certa. Porém, devemos analisar com muito cuidado esta afirmação, pois em alguns casos, mesmo envolvendo apenas contas patrimoniais, o fato contábil pode ser modificativo, como é o caso de recebimento de doações e subvenções, visto que há a entrada no patrimônio de um bem ou direito que afeta diretamente o patrimônio líquido.

Dentre os fatos apresentados o que não afeta o patrimônio líquido é o representado pela letra “c”, pois há apenas uma permuta entre elementos do próprio patrimônio líquido.

A resposta correta é a letra “c”.

Questão 3.6 (SEFA/PA – 2002/ESAF)

A questão versa sobre as fórmulas de lançamento. Consideram-se de primeira fórmula os lançamentos em que se debita apenas uma conta e em contrapartida se credita também apenas uma conta.

São de segunda fórmula os lançamentos quando é debitada uma conta e creditadas duas ou mais contas.

São de terceira fórmula os lançamentos quando são debitadas duas ou mais conta e creditada apenas uma.

São de quarta fórmula os lançamentos quando são debitadas duas ou mais contas e creditadas duas ou mais contas.

Desta forma, a resposta correta é a da letra “a”.

Questão 3.7. (SEFA/PA – 2002/ESAF)

Letra “a”: O ativo pode sofrer acréscimos por diversas razões como, por exemplo, o recebimento de doações o que não reflete em movimentação de contas do passivo.

Letra “b”: Um decréscimo do ativo não implica em aumento do passivo.

Letra “c”: Um acréscimo em uma conta do ativo pode corresponder a um decréscimo do valor de outra conta do ativo e não implica, necessariamente, em acréscimo em conta de passivo ou do patrimônio líquido.

Letra “d”: Um decréscimo no valor total do ativo corresponde a um decréscimo de conta do passivo ou do patrimônio líquido.

Letra “e”: Um acréscimo no total do ativo pode refletir em acréscimo no passivo ou do patrimônio líquido.

A alternativa correta é a letra “e”.

Questão 3.8. (SERPRO/2001–ESAF)

Apuração do resultado de 1999, segundo o regime de CAIXA:

Contas	Despesas	Receitas
Aluguel	180,00	
Recebimento de juros		150,00
Somas	180,00	150,00

Resultado = PREJUÍZO	30,00	
-----------------------------	--------------	--

Apuração do resultado de 1999, segundo o regime de COMPETÊNCIA:

Contas	Despesas	Receitas
Salários	200,00	
Serviços prestados		310,00
Somas	200,00	310,00
Resultado = LUCRO		110,00

Alteração no resultado:

Regimes	Prejuízo	Lucro
Caixa	30,00	
Competência		110,00
Somas	30,00	110,00
Resultado modificado		80,00

A resposta correta é a letra “d”.

Questão 3.9. (AFRF/2002/ESAF)

O art. 182 da Lei nº 6.404/76, em seu § 2º, estabelece que:

Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

...

§ 2º Será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não-capitalizado.

Dessa forma, o valor contábil do capital equivale ao capital integralizado, portanto o valor do capital social no valor de R\$ 5.000,00 e do capital a integralizar não são elementos necessários à solução deste problema.

A questão solicita o capital próprio, que em última análise representa o valor do PL, o qual apuramos pelo

uso das seguintes contas: Capital Integralizado no valor de R\$ 3.500,00 Lucros

Acumulados no valor de R\$ 500,00 Prejuízo Líquido do Exercício no valor de (R\$ 1.000,00)

Total R\$ 3.000,00

A alternativa correta é letra “e”.

Questão 3.10. (AFRF/2002/ESAF)

O art. 100 da Lei nº 6.404/1976, elenca os livros societários exigidos para as companhias:

Art. 100. A companhia deve ter, além dos livros obrigatórios para qualquer comerciante,

os

seguintes, revestidos das mesmas formalidades legais:

I - o livro de Registro de Ações Nominativas, para inscrição, anotação ou averbação:
(Redação

dada pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

a) do nome do acionista e do número das suas ações;

b) das entradas ou prestações de capital realizado;

c) das conversões de ações, de uma em outra espécie ou classe; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

d) do resgate, reembolso e amortização das ações, ou de sua aquisição pela companhia;

e) das mutações operadas pela alienação ou transferência de ações;

f) do penhor, usufruto, fideicomisso, da alienação fiduciária em garantia ou de qualquer ônus que

grave as ações ou obste sua negociação.

II - o livro de "Transferência de Ações Nominativas", para lançamento dos termos de transferência, que deverão ser assinados pelo cedente e pelo cessionário ou seus legítimos

representantes;

III - o livro de "Registro de Partes Beneficiárias Nominativas" e o de "Transferência de Partes

Beneficiárias Nominativas", se tiverem sido emitidas, observando-se, em ambos, no que couber, o

disposto nos números I e II deste artigo;

IV - o livro de Atas das Assembléias Gerais; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

V - o livro de Presença dos Acionistas; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

VI - os livros de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, se houver, e de Atas das

Reuniões de Diretoria; (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

VII - o livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

§ 1º A qualquer pessoa, desde que se destinem a defesa de direitos e esclarecimento de situações

de interesse pessoal ou dos acionistas ou do mercado de valores mobiliários, serão dadas certidões dos assentamentos constantes dos livros mencionados nos incisos I a III, e por elas a

companhia poderá cobrar o custo do serviço, cabendo, do indeferimento do pedido por parte da

companhia, recurso à Comissão de Valores Mobiliários. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de

5.5.1997)

§ 2º Nas companhias abertas, os livros referidos nos incisos I a III do caput deste artigo poderão

ser substituídos, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, por

registros mecanizados ou eletrônicos. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

Como se pode perceber não é exigido o Livro de Registro de Ações Ordinárias.

Essa foi muito sutil. Resposta: Letra A

Questão 3.11. (AFRF/2002/ESAF)

As operações foram realizadas em 30 de agosto de 2000, então, pelo empréstimo, temos que os vencimentos

serão:

30 janeiro 2001	R\$ 3.000,00	
30 agosto 2001	R\$ 3.000,00	
30 janeiro 2002	R\$ 3.000,00	
30 agosto 2002	R\$ 3.000,00	Longo prazo
30 janeiro 2003	R\$ 3.000,00	

Valores a receber pela alienação de suas máquinas: 30 de outubro 2000 R\$ 2.000,00 30 de dezembro 2000 R\$ 2.000,00 28 de fevereiro 2001 R\$ 2.000,00 30 de abril 2001 R\$ 2.000,00 30 de junho 2001 R\$ 2.000,00 30 de agosto 2001 R\$ 2.000,00 30 de outubro 2001 R\$ 2.000,00 30 de dezembro 2001 R\$ 2.000,00 28 de fevereiro 2002 R\$ 2.000,00 Longo Prazo 30 de abril 2002 R\$ 2.000,00 Em 31 de 12 de 2000, os valores a receber a curto prazo foram de R\$ 12.000,00 Na mesma data, os valores a receber a longo prazo foram de R\$ 4.000,00. Os valores a pagar a curto prazo são de R\$ 6.000,00 Os valores a pagar a longo prazo são de R\$ 9.000,00 O saldo a compensar a longo prazo é de R\$ 5.000,00

Resposta: Letra B

Questão 3.12. (TRF/2002/ESAF) O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da RESOLUÇÃO Nº 563 de 28 de outubro de 1983, Aprova a NBC T 2.1, que trata das Formalidades da Escrituração Contábil. Segundo essa resolução, as formalidades são:

1 – A Entidade deve manter um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos,

através de processo manual, mecanizado ou eletrônico.

2 – A escrituração será executada:

a) em idioma e moeda corrente nacionais;

b) em forma contábil;

c) em ordem cronológica de dia, mês e ano;

d) com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as

margens;

e) com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

1. 2.1 – *A terminologia utilizada deve expressar o verdadeiro significado das transações.*
2. 2.2 – *Admite-se o uso de códigos e/ou abreviaturas nos históricos dos lançamentos, desde que permanentes e uniformes, devendo constar, em elenco identificador, no “Diário” ou em registro especial revestido das formalidades extrínsecas.*
 - 3 – *A escrituração contábil e a emissão de relatórios, peças, análises e mapas demonstrativos e demonstrações contábeis são de atribuição e responsabilidade exclusivas de Contabilista legalmente habilitado.*
 - 4 – *O Balanço e demais Demonstrações Contábeis de encerramento de exercício serão transcritos no “Diário”, completando-se com as assinaturas do Contabilista e do titular ou representante legal da Entidade. Igual procedimento será adotado quanto às Demonstrações Contábeis elaboradas por força de disposições legais, contratuais ou estatutárias.*
 - 5 – *O “Diário” e o “Razão” constituem os registros permanentes da Entidade. Os registros auxiliares, quando adotados, devem obedecer aos preceitos gerais da escrituração contábil, observadas as peculiaridades da sua função. No “Diário” serão lançadas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as 107 operações ocorridas, incluídas as de natureza aleatória, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais.*
3. 5.1 – *Observado o disposto no “caput”, admite-se: a) a escrituração do “Diário” por meio de partidas mensais; b) a escrituração resumida ou sintética do “Diário”, com valores totais que não excedam a operações de um mês, desde que haja escrituração analítica lançada em registros auxiliares.*
4. 5.2 – *Quando o “Diário” e o “Razão” forem feitos por processo que utilize fichas ou folhas soltas, deverá ser adotado o registro “Balancetes Diários e Balanços”.*
 - 5.3 – *No caso de a Entidade adotar para sua escrituração contábil o processo eletrônico, os formulários contínuos, numerados mecânica ou tipograficamente, serão destacados e*

encadernados em forma de livro.

*5.4 – O Livro Diário será registrado no Registro Público competente, de acordo com a legislação vigente. *Publicada no DOU, de 30-12-83.*

Percebe-se que na escrituração contábil não devem haver emendas, rasuras e espaços em branco, logo a letra “e” está incorreta, isto é, a alternativa a ser assinalada. Resposta:
Letra E

Questão 3.13. (AGENTE TRIBUTÁRIO ESTADUAL – ATE – MS-ESAF-2001)

Uma diminuição e aumento simultâneo no ativo circulante, quando não há desconto ou acréscimo, constitui-se num fato contábil permutativo, visto que não altera o Patrimônio Líquido (PL). Porém, ocorre alteração no Patrimônio, qualitativa no patrimônio e na alternativa “e” afirma-se que não haverá alterações, por isso ela está errada. **Alternativa correta letra “D”.**

Questão 3.14. (MPOG-ESAF/2001)

Fato contábil misto diminutivo é aquele que envolve duas ou mais contas patrimoniais e uma conta de despesa. Assim, teremos em um único fato contábil um fato permutativo e um fato modificativo diminutivo.

Letra a) Neste lançamento foi debitada a conta Fornecedores e creditadas as contas Bancos e Abatimentos.

Fornecedores e Bancos são contas patrimoniais e abatimentos recebidos no pagamento de obrigação é conta de resultado, significando receita. Portanto o fato é misto aumentativo.

Letra b) Receitas financeiras é uma receita ao passo que Caixa e Duplicatas a receber são contas patrimoniais. Logo o fato é misto aumentativo.

Letra c) O fato apresentado envolve apenas contas patrimoniais, portanto é fato permutativo.

Letra d) Igualmente a alternativa anterior, o fato é permutativo, pois as contas envolvidas são patrimoniais.

Letra e) Empréstimos bancários e Títulos a Pagar são contas patrimoniais e Encargos Financeiros é conta de resultado, mais especificamente, conta de despesa. Dessa forma, o fato que nos foi apresentado é misto diminutivo.

A alternativa E está correta.

CAPÍTULO 4 – OPERAÇÕES COM MERCADORIAS

Questão 4.1 (AFRF/98)

Ficha de Controle de Estoque – Custo Médio

Operação	Entradas			Saídas			Saldo		
	QTD	V.U.	V.T.	QTD	V.U.	V.T.	QTD	V.U.	V.T.
Saldo inicial							2.000	60,00	120.000,00
Venda				1500	60,00	90.000,00	500	60,00	30.000,00
Devolução da Venda				(300)	60,00	(18.000,00)	800	60,00	48.000,00
TOTAL					CMV	72.000,00		EF	48.000,00

Obs: O abatimento concedido sobre vendas não influencia o valor do estoque, mas sim o valor da receita líquida de vendas. Relembrando, são redutores da receita bruta de vendas:

- impostos sobre vendas (ICMS, PIS, CONFINS, IE);
- descontos incondicionais concedidos;
- abatimento s/ vendas;
- devoluções de vendas.

Resposta:

Letra

D

Questão 4.2 (TCE-ES/94)

Se a empresa não adota o inventário permanente é porque utiliza o sistema de controle periódico. Sendo assim, primeiramente devemos calcular o valor das compras líquidas:

Compras Brutas	4.500.000
(-) Abatimentos s/compras	(72.500)
(-) Devolução de Compras	(98.500)
(=) Compras Líquidas	4.329.000

Para o cálculo do CMV, utilizaremos a fórmula:

$$CMV = EI + CL - EF$$

$CMV = 1.620.000 + 4.329.000 - 810.000 = 5.139.000$ Para o cálculo do RCM, deveremos antes obter o valor das Vendas Líquidas. Assim:

Vendas Brutas	7.250.000
(-) Devolução de Vendas	(120.000)
(-) Descontos s/ vendas	(*) (65.000)
(-) Abatimentos s/ vendas	(38.750)
(=) Vendas Líquidas (VL)	7.026.250

O RCM será então obtido pela fórmula:

$$RCM = VL - CMV$$

$$\text{RCM} = 7.026.250 - 5.139.000 = \mathbf{1.887.250}$$

(*) OBS: Consideramos nesta questão que os descontos sobre vendas foram **incondicionais (comerciais)**, pois somente estes reduzem a receita bruta. Os descontos condicionais (financeiros) são considerados despesas financeiras (operacionais) e não reduzem o valor das Vendas Brutas.

Resposta: Letra B

Questão 4.3 (ICMS/SC - 98)

$$\begin{aligned} \text{Deduções da receita bruta (D)} &= 320 \\ D &= 5\% \times \text{RB} \\ \text{CMV} &= 80\% \times \text{RL} = \text{EI} + \text{C} - \text{EF} \quad \text{EF (31/12/93)} \\ &= 530 \\ \text{LB} &= \text{RL} - \text{CMV} \\ \text{LB} &= \text{RL} - (80\% \times \text{RL}) = [20\% \times \text{RL}] \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} D &= 5\% \times \text{RB} & \text{RB} &= D = 320 = \\ & & & \frac{6400}{0,05} \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{RL} &= \text{RB} - D = 6400 - 320 = 6.080 \\ \text{CMV} &= 80\% \times \text{RL} = 80\% \times 6.080 = 4.864 \\ \text{LB} &= \text{RL} - \text{CMV} = 6.080 - 4864 = 1.216 \end{aligned}$$

DRE

RB	6.400
(-) Deduções da RB	(320)
(=) RL	6.080
(-) CMV	(4.864)
(=) LB	1.216

Resposta: Letra A

Questão 4.4 (ICMS/SC-98)

Esta questão é uma “pegadinha”. Estamos acostumados a ouvir falar que o critério UEPS não é aceito pela legislação do IR por ser aquele que fornece o **maior valor para o custo e o menor para o lucro**, conseqüentemente.

Só que isto é válido somente para economias inflacionárias (preço crescente). Na questão os preços decrescem a cada compra (deflação). Assim, pelo método PEPS (primeiro a entrar é o primeiro a sair), o estoque final (último a entrar) terá os valores mais recentes, ou seja, os menores. Já o custo das mercadorias vendidas (CMV) será pelas aquisições mais antigas (preços mais altos).

OBS.: Numa situação de inflação o raciocínio deve ser invertido. **Resposta: Letra A Questão**

4.5 (TFC-2000)

Efetuando os lançamentos, temos:

1) Compra a prazo: 400 unid X \$5,00 = \$2.000,00

D – Mercadorias 2.000

C – Fornecedores 2.000

2) Venda a prazo: Preço de venda: 300 X \$6,00 = \$1.800,00 Preço de custo: 300 X \$5,00 =

\$1.500,00

D – Clientes 1.800

C – Vendas 1.800

D – CMV 1.500

C – Mercadorias 1.500

OBS: Como o estoque inicial era de 260 unidades, o custo unitário será de \$1.300,00/260 = \$5,00. Portanto, não faria diferença na questão o método de custeio aplicado (PEPS, UEPS ou PMP).

3) Pagamento de dívida com juros:

D – Fornecedores 1.000

D – Juros Passivos 100

C – Caixa 1.100

4) Recebimento de direitos com desconto:

D – Descontos Concedidos 80

D – Caixa 720

C – Clientes 800

Razonetes

CAIXA MERCADORIAS

SI	1500	1100	(3)	SI	1300		
(4)	720			(1)	2000	1500	(2)
	2220	1100			3300	1500	
	1120				1800		

CLIENTES				FORNECEDORES			
SI	1000					1800	SI
(2)	1800	800	(4)	(3)	1000	2000	(1)
	2800	800			1000	3800	
	2000					2800	

Demonstração do Resultado do Exercício

Vendas	1.800
(-) CMV	(1.500)
(=) Lucro Bruto	300
(-) Descontos Financeiros	(80)
(-) Juros Passivos	(100)
(=) Lucro Líquido	120

Balanco Final

Ativo		Passivo	
Caixa	1.120	Fornecedores	2.800
Clientes	2.000	Patrimônio Líquido	
Mercadorias	1.800	Capital	4.200
Móveis e Utensílios	2.200	Lucros	120
Total	7.120	Total	7.120

Patrimônio Líquido = 4.200 + 120 = 4.320

Resposta:

Letra

E

Questão 4.6 (TTN-98)

Ficha de controle de Estoques (Custo Médio)

Data	Entradas			Saídas			Saldos		
	QTD	VU	V.T.	QTD	V.U.	V.T.	QTD	V.U.	V.T.
31/3/98							200	10,00	2.000,00
02/4/98	400	13,00	5.200,00				600	12,00	7.200,00
03/4/98				500	12,00	6.000,00	100	12,00	1.200,00
04/4/98	400	15,00	6.000				500	14,40	7.200,00
05/4/98				200	14,40	2.880,00	300	14,40	4.320,00
					CMV	8.880,00		EF	4.320,00

Lançamentos

02/04/98

D - Estoques 5.200 C - Fornecedores 5.200

03/04/98

D - Clientes 6.000 C - Vendas 6.000

D - CMV 6.000 C - Estoques 6.000

Obs.: Foi coincidência o fato de as mercadorias estarem sendo vendidas pelo mesmo preço do custo médio (lucro na operação igual a zero)

04/04/98

D - Estoques 6.000 C - Caixa 6.000

05/04/98

D - Caixa 3.600

C - Vendas 3.600

D - CMV 2.880

C - Estoque 2.880

Analisando as alternativas:

a) O CMV das vendas do dia 03/04/98 foi de \$ 6.000,00.

b) Esta é a correta conforme a ficha de estoques (EF = 300 x \$ 14,40 = \$ 4.320,00)

c) Lucro Bruto = Vendas - CMV

$$\text{Vendas} = 3.600 + 6.000 = 9.600$$

$$\text{LB} = 9.600 - 8.880,00 = \$720,00$$

d) (Errada) foram vendidas: 500 unid. x \$ 12,00 = \$ 6.000 (CMV) 200 unid. x \$ 14,40 = \$ 2.880 (CMV)

$$\text{Total} = 700 \text{ unid. } \$ 8.880$$

Se fossemos calcular a media daria

$$\$8.880,00 / 700 = \$ 12,69$$

e) Nas vendas do dia 05/04/98 o lucro bruto foi de: LB = V - CMV LB = 3.600 - 2.800 = \$ 720,00

$$\text{Lucro por unidade} = \$720,00 / 200 = \$3,60 \text{ por unidade}$$

Resposta: Letra B

Questão 4.7 (TCU-99)

A empresa que utiliza o sistema do inventário periódico (contagem física) deve avaliar o seu estoque (final) ao custo das últimas entradas, semelhante ao que ocorre no método PEPS.

Resposta: Letra B

Questão 4.8 (AFRF-2000)

Pelo método UEPS:

Data	Entradas			Saídas			Saldos		
	QTD	VU	VT	QTD	VU	VT	QTD	VU	VT
01/11							200	1,50	300,00

02/11	300	2,00	600,00				200 300	1,50 2,00	300,00 600,00
10/11				200	2,00	400,00	200 100	1,50 2,00	300,00 200,00
15/11	160	2,50	400,00				200 100 160	1,50 2,00 2,50	300,00 200,00 400,00
30/11				150	2,50	375,00	200 100 10	1,50 2,00 2,50	300,00 200,00 25,00
					CMV	775,00		EF	525,00

Resposta: Letra D Questão 4.9 (AFRF-2000)

O CMV será obtido pela fórmula:

$$\text{CMV} = \text{EI} + \text{C} - \text{EF} = 1.200 + 5040 - 240 = 6.000$$

O custo unitário das compras é obtido pela divisão do valor total das mesmas pela quantidade adquirida. Assim:

$$\text{C.U.} = 5.040 = \$12,60 \text{ 400}$$

Resposta: Letra B

OBS.: A questão citou que o Resultado Operacional foi de \$2.000. Caso se tratasse do Resultado Bruto (RCM), o valor da Receita Líquida seria obtido pela fórmula:

$$\text{RCM} = \text{VL} - \text{CMV} \quad \text{VL} = \text{CMV} + \text{RCM} = 6000 + 2000 = 8000$$

Caso fosse o Resultado Operacional Líquido não teríamos como calcular o valor da Receita Líquida, pois a questão não forneceu dado de Despesas e Receitas Operacionais.

4.10. (ESAF/TTN-1994/vespertino) –

RCM representa o valor das vendas menos o CMV.

$$\text{RCM} = \text{V} - \text{CMV}$$

Como o custo das mercadorias vendidas (CMV) é igual ao estoque inicial mais compras menos estoque final

($\text{CMV} = \text{Ei} + \text{Co} - \text{Ef}$), podemos substituir esta expressão na apuração do RCM e obteremos: $\text{RCM} = \text{V} - (\text{Ei} + \text{Co} - \text{Ef})$ $\text{RCM} = \text{V} - \text{Ei} - \text{Co} + \text{Ef}$. A resposta correta é a letra “a”.

4.11. (ESAF/TCU-1999)

Quando a empresa não possuir controle permanente de estoques, vale dizer, quando adotar o sistema de inventário periódico, o valor do estoque final será avaliado pelo critério PEPS, isto é, as mercadorias existentes no final do período serão avaliadas pelo custo das últimas aquisições.

A resposta correta é a letra “b”.

4.12. (ESAF/MPOG/2001)

Essa questão solicita que se apure o estoque final de mercadorias, segundo um dos métodos: PEPS, UEPS e MPM.

Pelo método PEPS consideram-se vendidos os produtos adquiridos há mais tempo. Isso faz com que fique em estoque os valores das aquisições mais recentes.

Pelo método UEPS, a situação se inverte, isto é, consideram-se vendidos as aquisições mais recentes, permanecendo em estoque as aquisições mais antigas.

Pelo método da MPM, o custo das mercadorias vendidas é obtido pelo preço médio das aquisições anteriores a venda.

Começaremos a análise pelo método PEPS, embora, em questões de prova, aconselhamos o início pela MPM pelo fato de representar, aproximadamente, a média entre o PEPS e o UEPS. Com isso, podemos eliminar alguma alternativa, visto que em uma economia de elevação de preços os estoques, se avaliados pelo método PEPS tendem a ser menores do que se fosse avaliado pelo método UEPS.

Não utilizaremos as famosas fichas no intuito de levá-los a utilização de um raciocínio que lhes poderá ser útil no momento da prova por economizar tempo.

Pelo método PEPS, como houve apenas uma venda de 15 unidades, devemos considerar vendido o estoque inicial (5 unidades) e a aquisição A (10 unidades). Assim, resta no estoque final o seguinte valor: $B - 10 \text{ u} \times \$ 8,50 = 85,00$ $D - 5 \text{ u} \times \$ 10,0 = 50,00$ Estoque final = 135,00

Ressalte-se, ainda, por pertinente, que as saídas ou vendas devem ser feitas pelo valor de entrada (compras ou estoque) e não pelo valor de venda. O fato de utilizar o sistema de inventário periódico ou permanente não altera o valor do estoque final no método PEPS. A propósito, se utilizado o sistema de inventário periódico só se pode avaliar o estoque final pelo método PEPS.

Como o estoque final apurado pelo método PEPS é de \$135,00, podemos eliminar as alternativas “a” e “b”.

Pelo método UEPS encontramos a seguinte situação:

As 15 unidades vendidas são:

10 unidades de B e 5 unidades de D. Restam, portanto, em estoque:

O estoque inicial (5 x 3) = \$15,00

5 unidades de A (5 x 5) = \$25,00

5 unidades de D (5 x 10) = \$50,00

Estoque final = \$90,00

Atenção! Conforme já frisado, no sistema de inventário periódico, admite-se apenas o uso do método PEPS. Com isso eliminamos as alternativas “d” e “e”.

Pelo método da MPM o valor do estoque final pode ser assim obtido:

$$Ei - 5u \times \$3,0 = \$ 15,00$$

$$A - 10u \times \$5,0 = \$ 50,00$$

$$b - 10u \times \$8,5 = \$ 85,00$$

$$\text{total} = 25u \times ? = \$ 150,00$$

Obtemos o Custo Médio Unitário pela divisão de \$ 150,00 por 25U, o que resulta em

$$\$ 6,0/u. \text{ Assim: } 25 u \times \$ 6,0 = \$ 150,00$$

$$- 15 u \times \$ 6,0 = \$ 90,00$$

$$= 10u \times \$ 6,0 = \$ 60,00$$

$$+ 5 u \times \$ 10,0 = \$ 50,00$$

$$\text{Total} = \$ 110,00$$

A alternativa correta é a letra “c”.

4.13. (ESAF/CVM/PLANEJAMENTO–2001)

O valor das vendas brutas foi de R\$ 1.000,00, no entanto houve devolução de vendas no valor de R\$ 200,00. Desta forma, as vendas líquidas alcançaram R\$ 800,00.

O CMV inicial foi de R\$ 600,00. A devolução ensejou um registro de débito a fornecedores pelo valor de R\$ 100,00, logo o custo da mercadoria devolvida foi de R\$ 100,00. Assim, o CMV final foi de apenas R\$ 500,00.

Considerando que o valor das vendas líquidas foi de R\$ 800,00 e que o CMV líquido foi de R\$ 500,00, então o Lucro Bruto foi de R\$ 300,00.

A resposta correta é a letra “d”.

4.14. (ESAF/SUSEP/2001)

Nessa questão é solicitado o lançamento de aquisição de mercadorias com uso exclusivo de lançamentos de primeira fórmula (1 débito e um crédito).

O preço da mercadoria é de R\$ 30,00 a unidade, que multiplicado por 500 unidades, resulta no valor de R\$ 15.000. Entretanto, sobre esse valor deve incidir o IPI de 4%, cujo valor é de R\$ 600,00.

O ICMS deve ser calculado sobre o preço da mercadoria, ou seja, 12% de R\$ 15.000,00 = R\$ 1.800,00.

Dessa forma, teremos a seguinte situação:

D – mercadorias R\$ 13.800,00

D – ICMS a Recuperar R\$ 1.800,00

C – Fornecedores R\$ 15.600,00

Porém, como nos foi solicitado que o lançamento fosse efetuado pela primeira fórmula,

temos:

D – Mercadorias
C – Fornecedores R\$ 15.000,00

D – ICMS a Recuperar
C – Mercadorias R\$ 1.800,00

D – Mercadorias
C – Fornecedores (IPI) R\$ 600,00

A alternativa correta é a de letra “d”.

4.15. (SEFA/PA – 2002/ESAF)

De início, deve-se informar aos concursandos que a terminologia empregada na formulação das questões não condiz, necessariamente, com a terminologia mais adequada tecnicamente.

É o caso da questão em tela, pois no enunciado fala em despesas quando deveria ser utilizada a expressão gastos ou desembolsos. Fazemos este comentário introdutório em face da resposta apresentada pela banca examinadora como sendo a resposta correta.

Analisando as alternativas apresentadas, tem-se que na alternativa “a” nos é afirmado que “as despesas de fretes e seguros pagas na aquisição de mercadorias para revenda devem ser classificadas como custo de aquisição de mercadorias.”. Salvo essa impropriedade técnica já frisada, a questão se apresenta como correta, pois os gastos ou dispêndios ou ainda os valores pagos a título de frete e seguros na aquisição de mercadorias devem integrar o custo de aquisição de mercadorias. Portanto não são despesas. São valores que devem ser ativados em estoque de mercadorias para revenda. A propósito, integram o custo de aquisição de mercadorias, insumos e de quaisquer bens que serão ativados, todos os gastos necessários à obtenção desses bens.

Com relação a alternativa “b”, o erro consiste precisamente no fato de a alternativa “a” estar correta, ou seja, não se tratam de despesas, mas de custos.

Para a alternativa “c”, cabe esclarecer que qualquer obrigação não paga é classificada no passivo, seja ela de curto prazo (circulante), seja de longo prazo (PELP).

No que diz respeito a alternativa “d” é de destacar que as despesas pagas na entrega de mercadorias vendidas se constituem em despesas operacionais. Jamais custo. A principal característica de custo é que ele é ativado (levado ao ativo).

A alternativa “e” aproveita o comentário da alternativa “d”, ou seja, como se trata de despesa operacional, afeta este.

Assim, com a ressalva já apontada, se afigura como correta somente a alternativa “a”.

4.16. (AFRF/2002–A/ESAF)

Na operação de compra houve incidência de ICMS de 12% sobre o valor de R\$ 120.000,00. Logo o valor de ICMS a Recuperar foi de R\$ 14.400,00.

Nas operações de venda a incidência de ICMS foi de 17% sobre o valor de R\$ 100.000,00, isto é, o ICMS a Recolher montou em R\$ 17.000,00. Logo, no mês seguinte, ao acertar as contas com o fisco, a empresa terá um saldo de ICMS a Recolher de R\$ 2.600,00. Portanto a alternativa correta é a de letra “d”.

4.17. (AFRF/2002–A/ESAF)

Veja que a questão requer o conhecimento do funcionamento da incidência de ICMS e IPI em operações com mercadorias.

As compras realizadas por J. C. Comércio devem ir a estoque com os seguintes valores:

Mercadorias 300 pares x R\$ 20,00 = 6.000,00
 ICMS s/compras (20%) = 1.200,00 (incluso no preço)
IPI sobre compras (30%) = 1.800,00
 Valor total da nota = 7.800,00

Como se trata de empresa comercial, fará jus a recuperar o ICMS, porém o valor do IPI deve ser incluído no estoque (ativado), pois não é recuperável.

Desta forma, irá para estoque o valor de R\$ 6.600,00.

Assim, o custo unitário, avaliados a custo médio, será:

Estoque inicial 200 u custo unitário R\$ 17,00 custo total R\$ 3.400,00

Compras 300u custo unitário R\$ 22,00 custo total R\$ 6.600,00

Total 500 u custo médio R\$ X custo total R\$ 10.000,00

$X = R\$ 10.000,00 / 500 u = R\$ 20,00/u$

Portanto, a alternativa correta é letra “c”.

4.18. (AFRF/2002–A/ESAF)

FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUE – MÉTODO DO CMP MERCADORIA:

Cestos de vime

DATAS	HISTÓRICO	ENTRADAS			SAÍDAS			SALDO		
		Qtd	P.Uni	Total	Qtd	P.Unit.	Total	Qtd	P.Unit.	Total
Março										
01	Estoque inicial	-	-	-	-	-	-	15	3,00	45,00
5	venda	-	-	-	5	3,00	15,00	10	3,00	30,00
10	Compra	20	3,00	60,00	-	-	-	30	3,00	90,00
15	Compra	10	4,00	40,00				40	X	130,00
	Saldo							40	3,25	130,00
20	Venda	-	-	-	15	3,25	48,75	25	3,25	81,25
30	Venda	-	-	-	20	3,25	65,00	5	3,25	16,25
31	Saldo	-	-	-	-	-	-	5	3,25	16,25
TOTAIS				100,00			128,75			16,25

Analisando as alternativas apresentadas, temos que:

a) O estoque final apresenta custo unitário de R\$ 3,25. O estoque final é o próprio saldo, portanto a afirmativa está correta.

b) O custo das mercadorias vendidas foi de R\$ 128,75. Esse valor é encontrado na linha dos totais, coluna saídas total.

c) A venda do dia 20 deu lucro bruto de:

$15 u \times R\$ 6,00 = R\$ 90,00 - (20\% \text{ ICMS}) R\$ 18,00 = \text{Venda líquida de } R\$ 72,00 -$

(CMV) R\$ 48,75 =

Lucro Bruto R\$ 23,25.

d) O estoque no fim do dia 10 foi de R\$ 90,00.

e) O estoque final foi de R\$ 16,25.

Logo, a alternativa apresentada no gabarito está correta. Letra "a".

CAPÍTULO 5 - TRIBUTOS, DESCONTOS, DEVOLUÇÕES e ABATIMENTOS

Questão 5.1 (AFRF/98)

Sabemos que, para obtenção da Receita Líquida de vendas, devemos deduzir da Receita Bruta:

- impostos s/ vendas (ICMS, PIS, CONFINS, IE, ISS);
- descontos incondicionais e abatimentos concedidos;
- devolução de vendas.

NOTA FISCAL	
2000 unid. x \$ 120,00	\$ 240.000,00
(+) IPI	\$ 2.100,00
(-) Desconto Comercial	(\$ 2.500,00)
TOTAL NF	\$ 239.600,00
ICMS destacado = \$ 2.400,00	

Obs.:

1) o frete de \$ 3.000,00 foi pago pelo vendedor, não sendo portanto, considerado custo para comprador, e sim

"despesa de vendas" (operacional) para o vendedor;

2) o desconto de \$ 2.000,00 é financeiro.

Assim a DRE do vendedor fica:

vendas brutas	240.000
(-) ICMS + PIS + CONFINS	(3.900)
(-) descontos Comerciais	(2.500)
(=) receita Líquida	233.600
(-) CPV	(120.000)
(=) lucro Bruto	113.600

(-) frete sobre vendas	(3.000)
(-) outras despesas de vendas	(2.600)
(-) descontos financeiros concedidos	(2.000)
(-) salário de vendedores	(3.500)
(=) resultado operacional líquido	102.500

Resposta: Letra E Questão 5.2 (ICMS/SC-98)

Para calcularmos o valor das vendas líquidas, basta utilizarmos os dados do balancete da seguinte forma:

Vendas Brutas (VB)	41.000
(-) ICMS s/ Vendas	(6.460)
(-) Devolução de Vendas	(3.000)
(=) Vendas Líquidas (VL)	31.540

Já para obtermos o valor do lucro bruto temos que utilizar a fórmula:

$$LB = VL - CMV, \text{ onde } CMV = EI + C - EF$$

Pelo balancete, sabemos que:

$$EI = 1.600; C = 14.080$$

Para calcularmos o valor do estoque final (EF) em 31/12/92, temos que utilizar o saldo do Ativo Circulante (AC) da DOAR nesta data, que é de 16.445.

Assim, devemos subtrair deste valor todos os demais valores do balancete referentes ao ativo circulante. O que sobra é o saldo da conta mercadorias (EF).

Ativo Circulante em 31/12/92	16.445
(-) Duplicatas a Receber	(5.000)
(-) Caixa e Bancos	(10.305)
(=) Estoque final	1.140

Agora basta aplicar as fórmulas:

$$CMV = EI + C - EF = 1.600 + 14.080 + 1.140 = 14.540 \quad LB = VL - CMV = 31.540 - 14.540 = 17.000$$

Resposta: Letra A Questão 5.3 (TRF-2000)

O método de custeio a ser utilizado é o das últimas entradas para avaliar os estoques.

Vendas Brutas (VB)	27.000
(-) ICMS s/ Vendas	(2.500)

(-) Devolução de Vendas	(500)
(=) Vendas Líquidas (VL)	24.000

Compras Brutas	15.000
(-) Abatimentos s/compras	(200)
(-) Devolução de Compras	(1.000)
(=) Compras Líquidas (CL)	13.800

OBS: O valor das compras brutas já é líquido do ICMS sobre compras, ou seja, não se deve deduzi-lo novamente.

Mercadorias disponíveis para venda (Disp):

$$\text{Disp} = \text{EI} + \text{CL} = 4.000 + 13.800 = 17.800$$

$$\text{EF} = \frac{2}{5} \times \text{disp} = \frac{2}{5} \times 17.800 = 7.120$$

$$\text{CMV} = \text{EI} + \text{CL} - \text{EF} = 4.000 + 13.800 - 7.120$$

$$\text{CMV} = 10.680$$

$$\text{RCM} = \text{VL} - \text{CMV} = 24.000 - 10.680 = 13.320$$

Resposta: Letra C Questão 5.4 (TTN-98)

O valor de \$ 210,00 (total da nota) já inclui o IPI, que não é recuperável na operação (revenda). O ICMS, por sua vez, é recuperável. Portanto, para sabermos o valor lançado em estoques devemos subtrair do total pago apenas o valor do ICMS. Assim,

Valor da Nota	210,00
(-) ICMS	(34,00)
(=) valor a lançar em estoques	176,00

$$\text{Valor unitário} = \$ 176,00/4 = \$ 44,00$$

Resposta: Letra A

Para ilustrarmos, a Nota Fiscal e o lançamento são:

Nota Fiscal

4 unid. x \$ 50,00	200,00
+ IPI	10,00
Total NF	210,00
ICMS destacado	34,00

Lançamento

D - Máquinas para revenda (Estoque) 176,00 D - ICMS a recuperar 34,00 C - Caixa 210,00

Questão 5.5 (TTN-98)

A questão pede o valor do percentual do estoque final (EF), em relação as compras (C).

RB= Receita Bruta

LB = Lucro Bruto ou resultado operacional Bruto

RL= Receita Líquida

EI = Estoque Inicial

RL= RB - ICMS = 12.000 - [17% x 12.000]

RL = 0,83 x \$12.000 = \$9.960,00

LB = RL - CMV = 0,3 x \$12.000 = \$3.600,00

CMV = RL - LB = 9.960 - 3.600 = \$6.360,00

CMV = EI + C - EF

6.360 = 1.160 + 8.000 - EF

EF = \$2.800,00

O percentual em relação às compras é:

\$ 2.800,00 x 100 = **35%**

\$ 8.000,00

Resposta: Letra E Questão 5.6 (AFCE/TCU-99)

Para resolvermos a questão temos que saber que o IPI não compõe a base de cálculo de ICMS somente se a mercadoria for adquirida para industrialização ou comercialização (artigo 13,§ 2º da LC 87/96).

Na questão uma máquina foi adquirida para o ativo permanente e três para comercialização. Assim, teríamos que dividir a compra em duas, para efeito de cálculo dos impostos, sendo uma máquina para uso e três para revenda.

01 maquina para uso

01 unid. x R\$	= R\$ 120,00
----------------	--------------

120,00

(+) IPI (10%)	= R\$ 12,00
---------------	-------------

Total da NF	= R\$ 132,00
-------------	--------------

(ICMS destacado =12% x R\$132,00=R\$ 15,84)

03 máquinas para revenda 03 unid. x R\$ 120,00 = R\$ 360,00 (+) IPI 10% = R\$ 36,00 Total da NF = R\$ 396,00 (ICMS destacado =12% x R\$360,00=R\$43,20)

Só que a ESAF considerou indevidamente que o ICMS não incidiria sobre o IPI em toda a compra. Assim, teríamos o seguinte:

Nota Fiscal de Compras

04 unid. x \$ 120,00 = \$ 480,00 (+) IPI 10% = \$ 48,00 Total da NF = \$ 528,00 (ICMS destacado = 12% x \$ 480,00 = \$ 57,60)

OBS.: Conforme o §5º do artigo 20 da LC 87/96, com redação dada pela LC 102/2000, o ICMS pago nas aquisições para o ativo permanente também pode ser recuperado. Os valores a serem lançados seriam os seguintes:

Mercadorias

3 x \$120,00	\$360,00
(-) ICMS = 12% x \$360,00	(\$43,20)
Subtotal	(\$316,80)
(+) IPI = 10% x \$360,00	\$36,00
Valor líquido	\$352,80

Móveis e Utensílios

1 x \$120,00	\$120,00
(-) ICMS = 12% x \$120,00	(\$14,40)
Subtotal	(\$105,60)
(+) IPI = 10% x \$120,00	\$12,00
Valor líquido	\$117,60

Lançamento

D – ICMS a recuperar	57,60
D – Móveis e Utensílios	117,60
D – Mercadorias	352,80
C – Bancos c/Movimento	528,00

Resposta: Letra D

Questão 5.7 (AFCE-TCU/99)

Para que a empresa se ressarcisse do seu custo e do ICMS sobre a venda sem obter nenhum lucro, o valor da sua venda líquida (VL) deveria ser igual ao CMV, pois:

$$RCM = VL - CMV \text{ Se } RCM = 0 \text{ (sem lucro), então } VL = CMV$$

O valor das vendas líquidas será obtido pela seguinte fórmula:

$$VL = VB - ICMS \text{ (uma vez que não temos descontos nem devoluções de vendas).}$$

$$ICMS = 17\% \times VB = 0,17 VB \text{ Assim: } VB - ICMS = CMV \text{ } VB - 0,17 VB = 4.150 \text{ } 0,83 VB = 4.150 \text{ } VB = 5.000$$

Resposta: Letra D

Questão 5.8 (AFTN/96)

O valor dos estoques consumidos, de acordo com o método da **média fixa**, deve ser calculado como se houvesse uma só venda (consumo) no mês por um valor unitário médio obtido pela divisão entre o valor das mercadorias disponíveis p/ venda e sua quantidade. Assim:

Lote	Data	Qtd	Valor	Valor total
A	4/1/x1	500	400,00	200.000,00
Frete (A)	5/1/x1	500	20,00	10.000,00
B	20/1/1	1.000	450,00	450.000,00
devolução (B)	21/1/x1	(200)	450,00	(90.000,00)
C	27/1/x1	2.000	520,00	1.040.000,00
Abatimento (C)	28/1/x1			(118.400,00)
Total				1.491.600,00

A quantidade adquirida totalizou:

Lote A	500
Lote B	800
Lote C	2.000
Total	3.300

O custo unitário (média fixa) foi de:

Custo unitário = \$ 1.491.600,00/3.300 = \$ 452,00 A quantidade vendida (consumida) foi de:

23/1	1.200
30/1	2.000
Total	3.200

Assim, o custo das mercadorias consumidas foi de:
 $3.200 \times \$ 452,00 = \$ 1.446.400,00$

OBS.: O método da média fixa não considera as datas em que as mercadorias foram adquiridas ou consumidas dentro do período, diferentemente do que ocorre com a média móvel. **Resposta: Letra D Questão 5.9 (AG-PF/2000)**

1. **1. (Errada)** A compra de mercadorias para revenda com desconto afetará o valor das Compras Líquidas (será reduzido). Este, por sua vez, reduz o CMV ($EI + CL - EF$). Porém, o lucro só é calculado após a venda das mercadorias ($RCM = V - CMV$).

2. (Correta) Lançamento na compra a prazo de material para estoque:

D Mercadorias 1.000

C Fornecedores 1.000

2. **3. (Errada)** Lançamento:

D Mercadorias 10.000

C Fornecedores 9.000

C Caixa 1.000

Não há conta redutora de lucro operacional envolvida.

4. (Correta) Lançamento: D Mercadorias 20.400

C Caixa 20.400

O frete neste caso foi suportado pelo comprador.

2. **5. (Errada)** Lançamento: D Mercadorias 27.000 D ICMS a Recuperar 3.000 C Caixa 30.000

O registro é de **débito** de R\$ 27.000,00 em

Estoques. **Questão 5.10 (AFRF-2000)**

No cálculo do resultado operacional não entram as receitas com venda de bens do ativo permanente:

Estoque Final (EF) = 50 Estoque Inicial (EI) = 100 Compras (C) = 100 Cálculo do CMV:
 $CMV = EI + C - EF$
 $CMV = 100 + 100 - 50 = 150$

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Receita Bruta de Vendas	400
(-) ICM s/ vendas	(80)
(=) Receita Líquida	320
(-) CMV	(150)
(=) Resultado Bruto	170
(-) Despesas Operacionais	
• Comerciais (Vendas)	(50)
• Gerais	(110)
(=) Lucro Operacional Líquido	10

Como não foi especificado se o lucro operacional seria bruto ou líquido é de se supor que o examinador quisesse saber o lucro líquido.

Resposta: Letra A

CAPITULO 6 – CONTAS ESPECIAIS E AJUSTES

Questão 6.1 (AFRF/98)

A questão é típica de aplicação do princípio da competência, ou seja, apropriação mensal das despesas de seguro de acordo com a vigência da apólice.

Valor do prêmio: \$30.000 pagos em 30/04/97

Vigência: 01/05/97 a 30/04/98 (12 meses)

Como o valor foi todo lançado como despesa operacional no exercício de 1997 (erroneamente), devemos ajustá-lo em 31/12/97 para que a despesa seja corretamente apropriada. Assim:

Apropriação mensal: \$30.000 / 12 meses

= \$2.500 por mês

Apropriação em 97: maio a dezembro = 8 meses

\$ 2.500,00 x 8 = \$ 20.000,00

Apropriação em 98: janeiro a abril = 4 meses

\$ 2.500,00 x 4 = \$ 10.000,00

Lançamento de ajuste a ser efetuado em 31/12/97:

D – Seguros a Vencer \$ 10.000

C – Despesas de Seguros \$ 10.000

Desta forma, esta despesa que foi "estornada" do ano de 1997 deverá ser lançada em 1998 (\$10.000,00), reduzindo assim o resultado do ano de 1998 neste valor. **Resposta: Letra A Questão**

6.2 (AFRF/98)

Estoques: 100.000 unidades x \$ 1,00

= \$ 100.000,00 Duplicatas a

Receber: \$ 200.000,00

a) **2% de créditos ilíquidáveis** – de acordo com o princípio da prudência (maior valor para o passivo e menor valor para o ativo) deve ser constituída uma "Provisão para Devedores Duvidosos" no valor de 2% do saldo de duplicatas a receber. Assim:

$PDD = 2\% \times \$ 200.000,00 = \$ 4.000,00$

b) O **preço de mercado** das suas mercadorias está cotado em \$1,10, ou seja, maior que o valor contábil. Neste caso, não há que se falar em provisão para ajuste de estoques ao valor de mercado, pois a Lei das S.A. somente prevê em caso de valor de mercado menor que o custo de aquisição.

Sendo assim, o **Ativo Circulante** fica:

Estoques	100.000,00
Duplicatas a Receber	200.000,00
(-) PDD	(4.000,00)
TOTAL	296.000,00

Resposta: Letra D Questão 6.3 (ICMS-SC/98)

De acordo com os princípios da Competência, Prudência e Oportunidade, a despesa que a empresa teria com os serviços de conserto se refere à venda do produto, portanto deve ser reconhecida concomitantemente com a receita de venda do mesmo, ou seja, no ano de 1996. Assim, deve ser constituída uma provisão, e não uma reserva para contingência .

A reserva para contingência deve ser constituída apenas quando previstas situações incomuns, em que o patrimônio esteja ameaçado por fenômenos incontroláveis pela entidade, tais como:

- . • enchentes, secas, pragas
- . • guerras e revoluções
- . • desapropriações e encampações

Sendo assim, a constituição de tal provisão no valor de \$1.100,00 afetará o resultado para menos (ao contrário da constituição de reserva para contingência, que não afeta o lucro líquido do exercício).

O lucro líquido será de: $\$8.700 - \$1.100 = \$7.600$ A provisão passiva representa uma obrigação ou risco futuro, no caso obrigação de vir a prestar um serviço.

Resposta: Letra B Questão 6.4 (TRF/2000)

Em uma operação de desconto de duplicatas, a conta “Clientes” permanece no ativo da empresa até que o cliente efetue o pagamento da duplicata no banco. Este, por sua vez, deve acusar o recebimento do título para dar ciência à empresa. Esta então pode baixar o título em seu ativo neste momento, efetuando o seguinte lançamento:

D – Duplicatas Descontadas		
C	–	Clientes

Resposta: Letra C

OBS: A letra **D** (aviso de crédito) se refere ao aviso que o banco emite quando está efetuando o crédito de um determinado valor na conta-corrente da empresa, como por exemplo o estorno de uma taxa cobrada a maior. Não é o caso da questão, pois a empresa já recebeu através de desconto (antecipadamente) o valor da duplicata que está sendo quitada.

Questão 6.5 (TRF/2000)

A Provisão para Devedores Duvidosos projetada para o ano de 2000 é de \$670,00. Ocorre que resta saldo na conta PDD de \$320,00. Assim, deve ser efetuado um lançamento de complementação da provisão no valor de:

\$670,00 - \$320,00 = \$350,00

Lançamento de complementação da provisão:

D – Despesas c/Devedores Duvidosos 350,00

C – Provisão para Devedores Duvidosos 350,00

OBS: Uma outra opção seria reverter toda a provisão de 1999 não utilizada (\$320,00) para uma conta de receita e constituir a PDD para 2000 pelo valor integral (\$670,00), porém não havia esta alternativa.

Resposta: Letra A Questão 6.6 (TFC-2000)

Analisando os grupos e saldos, temos o seguinte: S = Saldo, (D)evedor ou (C)redor AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante PL = Patrimônio Líquido AP = Ativo Permanente

CONTA	Valor	S	Grupo
Ações em Tesouraria	600	D	PL
Amortização Acumulada	160	C	AP
Capital a Realizar	800	D	PL
Depreciação Acumulada	450	C	AP
Duplicatas Descontadas	400	C	AC
Prejuízos Acumulados	110	D	PL
Provisão para FGTS	222	C	PC
Provisão para Férias	111	C	PC
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	200	C	AC
Provisão para IR	500	C	PC
Provisão p/Perdas em Investimentos	300	C	AP
Provisão p/ajuste de estoques ao valor de mercado	100	C	AC

- a) **(Correta)** Variação dos saldos devedores:
 $D = 600 + 800 + 110 = 1.510$
- b) **(Correta)** Variação dos saldos credores:
 $C = 160 + 450 + 400 + 222 + 111 + 200$
 $+ 500 + 300 + 100 = 2.443$
- c) **(Correta)** Variação do ativo permanente:
 $AP = -160 -450 -300 = -910$ (redução de \$910)
- d) **(Incorreta)** Variação do passivo circulante:
 $PC = 222 + 111 + 500 = 833$
- e) **(Correta)** Variação do ativo circulante:
 $AC = -400 -200 -100 = -700$ (redução de \$700)

Resposta: Letra D Questão 6.7 (TFC-2000)

A Provisão para ajuste de estoques ao valor de mercado deverá ser constituída somente para o item tipo “B” (bem de venda), pois o seu valor de mercado (\$2,60) é inferior ao valor contábil (\$2,70).

Porém, está sendo perguntado o valor das contas que representam estes itens. Estas não sofrerão alterações.

Ativo Circulante Estoques “A” 250 Estoques “B” 270 (-) Provisão p/ajustes de estoques ao valor de mercado (10) **Ativo Permanente** Item “C” 280

Total das contas representativas dos itens:

$$T = 250 + 270 + 280 = 800$$

Resposta: Letra D

Questão 6.8 (TTN-98)

Na operação de desconto de duplicatas o proprietário do título recebe do banco um valor líquido, já descontados juros e taxas bancárias, devendo permanecer o título (duplicatas a receber) no ativo da empresa até que o cliente efetue o pagamento.

Lançamento:

D - Bco c/ Movimento D - Despesas Bancárias C - Duplicatas Descontadas

Resposta: Letra C

Questão 6.9 (AFCE/TCU-99)

Nesta questão a empresa efetuou suas operações pelo Regime de caixa. O que devemos fazer é proceder aos ajustes para enquadrar no REGIME DE COMPETÊNCIA: 1) Falta contabilizar a despesa do salário de dezembro (-360,00);

2) Expurgar a parcela de despesa de seguros de janeiro/99 (+80);

3) Falta contabilizar a receita de serviços de dez/98 (+450,00);

4) Juros vencidos a favor da empresa Firma Mento Ltda já recebidos;

5) Impostos e taxas vencidos, mas não pagas. Devem ser reconhecidas as despesas (-400);

6) Comissões recebidas em 98, referente no exercício de 1999, no valor de \$ 100,00. Expurgar (-100).

Ajustes

360 450

80 400 100 860 530 330

Resposta: Letra A Questão 6.10 (AFTN/96)

O lançamento da constituição de uma provisão (seja ela passiva ou ativa) se dá pelo reconhecimento de uma despesa (conta de resultado) em função da aplicação dos princípios da prudência, competência e oportunidade. Ex.:

D - Despesas com Provisão para Devedores Duvidosos C - Provisão para Devedores Duvidosos

Resposta: Letra E Questão 6.11 (AFTN/96)

No desconto de Nota Promissória há cobrança antecipada de juros, o que representa uma conta de ativo ("Juros a Vencer"). A despesa de juros (conta de resultado) deve ser apropriada a cada final de período. No exemplo em questão, em 01/10/x1 seria lançado:

D - Juros a Transcorrer (AC)
D - Bco C/ Movimento (AC)
C - Notas Promissórias a Pagar (PC)

OBS.: O desconto de uma nota promissória equivale a um empréstimo tomado com juros.

Resposta: Letra C Questão 6.12

(AFTN/96)

O lançamento da apropriação mensal de juros seria:

D - Despesa de Juros 2.000 C - Juros a Transcorrer 2.000

Isto porque conforme visto na questão anterior a despesa total de juros foi de \$8.000, apropriáveis por 4 meses (outubro/x1 a janeiro/x2). Assim, em 31/12/x1, já terão sido lançadas 3 vezes a apropriação de juros (outubro, novembro e dezembro/x1). Então $3 \times \$2.000 = \6.000 , que é a despesa financeira em x1.

Resposta: Letra E Questão 6.13 (AFTN/96)

Segundo a Lei das S.A. devemos constituir a Provisão para ajuste de estoques ao valor de mercado quando este for **inferior** ao valor contabilizado. Assim:

Mat.-Prima	Custo Total	Valor de Mercado	Provisão	Novo valor contábil
A	2.000.000	1.800.000	200.000	1.800.000
B	6.000.000	7.500.000	-	6.000.000
C	8.000.000	7.000.000	1.000.000	7.000.000
Total				14.800.000

Resposta: Letra A Questão 6.14 (INSS/97)

1. **1. (Correta)** O capital social é a principal conta do grupo patrimônio líquido, devendo estar registrado no órgão competente (arts. 7 e 182).
2. **2. (Correta)** Reservas de Capital são contribuições de sócios ou terceiros que excedem o capital social e não transitam pelo resultado. São origens de recursos (arts. 182, § 1º). Fazem parte

do PL.

3. **3. (Errada)** De acordo com o princípio da competência e da prudência, prováveis obrigações relativas a fatos contábeis já ocorridos devem ser registradas através de Provisões Passivas (valor estimado). Portanto a conta Provisões para Contingências se classifica no Passivo, e não no PL. Não confundir com Reserva de Contingência.

4. **4. (Correta)** Todas as Reservas se classificam no PL, inclusive as Reservas de Lucros, cuja finalidade básica é a de não distribuir lucros aos acionistas indevidamente.

5. **5. (Errada)** Apesar do termo “Reservas” ter sido utilizado, os estoques de ouro representam um ativo para a empresa, portanto não fazem parte do PL.

Questão 6.15 (AFRF/2000)

Duplicatas a Receber

(3)	60	
(4)	60	
(5)	60	
(6)	60	
(7)	70	
(8)	60	
	370	
(i)	150	
	120	(iv)
	70	(vi)
	520	190
	330	

Duplicatas Descontadas

	60	(4)
	60	(6)
	70	(7)
(v)	60	190
(vi)	70	100 (iii)
	130	290
		160

i) Vendas a prazo c/ emissão de 3 duplicatas de R\$50,00 (9, 10 e 11):

Lançamento:

Duplicatas a Receber	
a Vendas	150,00

ii) Vendas à vista

Lançamento:

Caixa	
a Vendas	200,00

OBS.: Não afeta o saldo das contas.

iii) Desconto bancário das duplicatas n.º 9 e 10:

Lançamento:

Banco

a Duplicatas Descontadas 100,00

OBS.: Não interessa para a questão o valor dos juros.

iv) Recebimento das duplicatas n.º 3 e 5:

Lançamento:

Caixa

a Duplicatas a Receber 120,00

v) Devolução pelo banco da duplicata n.º 4:

Lançamento:

Duplicatas descontadas

a Bancos c/ Movimento 60,00

vi) Recebimento pelo banco da duplicata n.º 7:

Lançamento:

Duplicata Descontadas

a Duplicatas a Receber 70,00

Resposta: Letra B

Questão 6.16 (AFRF-2000)

Ajustes necessários:

1) Se o cheque não foi contabilizado nem sacado, não há necessidade de ajuste OBS.: Um cheque deve ser contabilizado sempre que emitido. 2) Os valores mobiliários estão com valor de mercado maior ($R\$0,25 \times 1.000 = R\$250,00$) que o valor contábil, portanto não há que se falar em provisão para ajuste. 3) Contabilização das receitas e despesas antecipadas:

3.1) (+AC)

Caixa

a Receitas Antecipadas (+PC) 40,00

3.2) Despesas

Antecipadas (+AC)

a Caixa (-AC) 150,00

Ativo Circulante

Caixa	40	300	Duplicatas Descontadas
Bcos c/ Mov.	100	150 (3.2)	
Valores Mobil.	200		
Mercadorias	600		
Mat. Consumo	120		
Dupl. Receber	500		
(3.1)	40		
(3.2)	150		
	1.300		

Resposta: Letra B

Questão 6.17. (Esaf/Fiscal-Natal-RN-2001)

Prêmio de seguro representa o valor que a empresa paga para ter a cobertura de seu ativo que está protegendo. Desta forma, o prêmio pago para cobertura de 1 (um) ano é de R\$ 30.000,00 a partir de 01/09/01 até 31/08/02, o que equivale a R\$ 2.500,00 por mês de cobertura.

O seguro pago antecipadamente representa uma despesa antecipada, isto é, seguros a vencer porque o fato gerador da despesa ainda não ocorreu.

A medida em que o fato gerador da despesa for ocorrendo, a parcela relativa a essa despesa será baixada, mediante crédito na conta seguros a vencer e em contrapartida de débito em despesas de seguros. Desta forma, em 31/12/01, teremos baixado da conta seguros a vencer o equivalente a 4/12 do valor total, isto é, R\$ 10.000,00. Logo, restarão 8/12 de saldo nessa conta, ou seja, R\$ 20.000,00.

Portanto, a resposta correta é a letra “c”.

Questão 6.18. (MIC/ESAF/98)

Consoante o disposto no inciso II do art. 183, da Lei das SA, os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, serão avaliados pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.

Desta forma, a mercadoria do tipo A será avaliada pelo custo de aquisição de R\$ 10,00 a unidade, visto que o valor de mercado é superior e esse valor.

A mercadoria do tipo B, cujo custo de aquisição foi de R\$ 15,00, será avaliado pelo valor de mercado de R\$ 12,00 a unidade, pois este valor é inferior ao do custo de aquisição.

É de ressaltar que em função do princípio do registro pelo valor original o custo de aquisição não poderá ter seu valor alterado, sendo que o ajuste deverá ser feito por meio de uma provisão, representando a aplicação do princípio da prudência.

Assim, o valor a ser registrado na conta mercadorias continua sendo de R\$ 10.000,00 e o valor da provisão para ajuste ao valor de mercado será R\$ 1.200,00 (400 unidades x R\$ 3,00).

A resposta correta é a letra “b”.

Questão 6.19. (ESAF/TCE–RN/2001)

A operação de desconto de duplicatas enseja um registro a débito de bancos conta movimento e a crédito de duplicatas descontadas. Percebe-se que não se mexe na conta duplicatas a receber.

Por ocasião do recebimento de duplicatas, quer no banco ou em carteira, é que se realiza a baixa de duplicatas a receber. Quando as duplicatas recebidas tiverem sido descontadas, devemos dar baixa também nessa conta.

Logo, o recebimento de duplicatas descontadas merece um registro de baixa de duplicatas a receber (mediante crédito) e a baixa de duplicatas descontadas (mediante débito nessa conta).

Perceba que a conta bancos conta movimento é movimentada no momento da operação de desconto, não ensejando registro por ocasião do recebimento normal dos títulos descontados.

Assim, a resposta correta é a letra “c”.

Questão 6.20. (AFRF/2002–A–ESAF)

O valor contábil do bem na operação “a” é de R\$ 1.200,00 (4.000 – 2.800 depreciação de 70%)

O valor contábil do guindaste é de R\$ 1.000,00 (5.000 – 4 000 depreciação de 80%)

O valor contábil do cofre é de R\$ 3.000,00.

Dessa forma, os custos totais foram de R\$ 5.200,00

As receitas totais foram de R\$ 5.000,00, logo houve perda de R\$ 200,00, nessas operações.

A alternativa correta é a letra “e”.

Questão 6.21. (AFRF/2002–A–ESAF)

Vamos falar sobre o método de depreciação da soma dos dígitos:

Este método consiste em somar os dígitos da vida útil do bem. O valor assim encontrado será o denominador. O numerador será o dígito do ano ou o inverso, conforme se está em quotas crescentes ou

decrecentes.

Para a questão em tela, a máquina será depreciada em 5 anos. Assim:

Ano 1

Ano 2

Ano 3

Ano 4

Ano 5

Soma = 15

Como a depreciação é crescente, será ela, então de:

1º ano ($1 \div 15$) x R\$ 30.000,00 = R\$ 2.000,00

2º ano ($2 \div 15$) x R\$ 30.000,00 = R\$ 4.000,00

3º ano ($3 \div 15$) x R\$ 30.000,00 = R\$ 6.000,00

4º ano ($4 \div 15$) x R\$ 30.000,00 = R\$ 8.000,00

5º ano ($4 \div 15$) x R\$ 30.000,00 = R\$ 10.000,00

Dessa forma, o valor contábil dessa máquina, ao fim do terceiro ano, será de R\$ 18.000,00.

Caso a depreciação fosse decrescente, os valores por ano seriam invertidos, isto é, teríamos R\$ 10.000,00 de

depreciação no 1º ano, R\$ 8.000,00 no 2º, R\$ 6.000,00 no 3º, R\$ 4.000,00 no 4º e R\$ 2.000,00 no 5º ano.

O valor contábil da mina, que se exaure em 8 anos (200.000 kg ÷ 25.000 kg/ano) é de R\$ 37.500,00.

Portanto, a soma dos valores contábeis é de R\$ 55.500,00.

A alternativa correta é a letra “d”.

Questão 6.22. (TRF/2002–A/(ESAF)

Pelo aluguel recebido em 1º de outubro a Imobiliária Casa & Terra deverá fazer o seguinte lançamento:

Caixa

a Receita antecipadas de Aluguel R\$ 1.800,00

No último dia de cada mês deve ser feito a apropriação do valor da receita de aluguel realizada no período, com o seguinte lançamento contábil: Receita antecipada de Aluguel a Receita de Aluguel ou Aluguéis ativos R\$ 300,00

Dessa forma, em 31 de dezembro teremos apropriado as receitas de aluguel de três meses, restando em aluguéis antecipados ou receitas do exercício seguinte o valor de R\$ 900,00.

Pelo pagamento do aluguel antecipado far-se-á o seguinte lançamento:

Despesas antecipadas

a Caixa R\$ 2.400,00

A apropriação da despesas mensal será efetuada pelo registro a seguir demonstrado:

Despesas de Aluguel

a Despesas Antecipadas R\$ 200,00

Em assim procedendo, teremos apropriado despesas de R\$ 600,00, em 31 de dezembro. Logo o saldo da conta de despesas do exercício seguinte ou despesas antecipadas será, nessa data, de R\$ 1.800,00.

A resposta correta é, portanto, a letra “b”.

Questão 6.23. (TRF/2002–A/ESAF)

Primeiramente devemos dissociar o valor da construção do valor do terreno. Assim, o valor do imóvel fica com a seguinte composição:

Terreno = 60 % = R\$ 39.000,00

Construções = 40% = R\$ 26.000,00. Salienta-se que só este valor está sujeito à depreciação.

As construções serão depreciadas em 25 anos, logo:

$R\$ 26.000,00 \div 25 \text{anos} = R\$ 1.040,00/\text{ano} \times 8 \text{anos} = \text{depreciação acumulada de R\$ } 8.320,00.$

Os móveis serão depreciados em 10 anos, logo:

$R\$ 20.000,00 \div 10 \text{anos} = R\$ 2.000,00/\text{ano} \times 4 \text{anos} = \text{depreciação acumulada de R\$ } 8.000,00.$

Assim, a depreciação acumulada geral é de R\$ 16.320,00.

A alternativa correta é a letra “c”.

Questão 6.24. (TRF/2002–ESAF)

A conta duplicatas descontadas é de natureza credora e será debitada em duas hipóteses:

Pela devolução de duplicatas pelo banco sem que tenham sido quitadas e pela efetiva quitação.

Se o débito for decorrente da devolução pura e simples, há a necessidade de se creditar, em contrapartida, a

conta Bancos c/Movimento.

Sendo o caso de quitação, o crédito será na conta Duplicatas a Receber.

Desta forma, o primeiro espaço em branco devemos preencher com: “quitação de desconto bancário”.

No segundo espaço em branco, onde a conta Bancos c/Movimento é creditada, deve aparecer: “devolução de

duplicatas não recebidas”. No

terceiro espaço em

branco, pelo crédito de

Duplicatas a receber,

deve aparecer:

“liquidação de

duplicatas recebidas”.

Portanto, a alternativa

correta é a letra “d”.

Questão 6.25. (ATE/MS/2001–ESAF)

O valor inicial destinado a alugueis a vencer de R\$ 135.000,00, correspondeu a 30 meses, o que representa o equivalente a R\$ 4.500,00 por mês de despesa a apropriar. Como em 31 de agosto o saldo da conta Alugueis a vencer era de R\$ 36.000,00, isto significa que a despesa de aluguel relativa ao mês de agosto ainda não havia sido apropriada.

Devemos, portanto, apropriar o valor de R\$ 4.500,00 de despesa de aluguel (alugueis passivos) no mês de agosto, em contrapartida de alugueis a vencer, afinal, alugueis é despesa mensal.

Resposta correta letra “A”.

Questão 6.26. (ATE/MS/2001–ESAF)

Na operação de desconto de duplicatas o valor de duplicatas a receber não sofre qualquer alteração. A baixa é realizada somente por ocasião do efetivo recebimento (pagamento), quer a duplicatas estejam em carteira de cobrança ou descontadas no banco. Também se dará baixa no caso de perdas, quando as duplicatas se tornarem definitivamente e comprovadamente incobráveis.

Duplicatas descontadas são contas de natureza credora e têm como contrapartida a conta Bancos. A conta Duplicatas Descontadas é debitada pelo pagamento ou quando o banco devolve as duplicatas sem que tenham sido quitadas. Sendo o caso de pagamento, a contrapartida será a conta Duplicatas a Receber. **Alternativa correta letra “C”.**

Questão 6.27. (ATE/MS/2001–ESAF)

Ordenados R\$ 120.000,00

Horas extras R\$ 8.000,00

Subtotal (1) R\$ 128.000,00

INSS Patronal, 22% de (1) R\$

28.160,00 FGTS, 8% de

(1) R\$ 10.240,00

Total R\$ 166.400,00

Os demais valores são suportados pelos empregados. **Alternativa correta letra “B”.**

Questão 6.28. (BACEN/2001–ESAF)

Vejamos, a máquina depreciou no ano de 1998 durante 5 meses. Se em 12 meses ela deprecia o equivalente a

produção de 30.000 peças, então no ano de 1998 ela depreciou o equivalente a 12.500 peças.

No ano de 1999 ela depreciou 30.000 peças, mais o coeficiente de 1,2, o que dará 36.000 peças no ano.

Se a duração da máquina é para fabricar 240.000 peças, então o percentual depreciado é obtido pela divisão da soma de 12.500 e 36.000 pelo valor de 240.000. Isso nos dará um percentual de depreciação de 20,208%, que de R\$ 12.000,00, dará o valor da depreciação acumulada em final de 1999 de R\$ 2.425,00.

Alternativa correta, letra “A”.

Questão 6.29. (AFC–2002–ESAF)

O valor de mercado do item alfa é de R\$ 288.000,00 (12.000 u x R\$ 24,00/u), ao passo que o valor contábil é de R\$ 300.000,00. Portanto, o valor de mercado é menor em R\$ 12.000,00 do que o valor contábil.

O item beta está avaliado, a mercado, em R\$ 26.000,00 (1000 u x R\$ 26,00), enquanto que o custo ou valor contábil é de R\$ 25.000,00. Logo, o valor de mercado é superior ao custo em R\$ 1.000,00.

O bem celta, cujo valor contábil é de R\$ 153.000,00, apresenta valor de mercado de R\$ 158.100,00. Esse valor também é superior ao valor de mercado.

Segundo o art. 183, inciso II, da Lei nº 6.404/1976, as mercadorias em estoque devem ser avaliadas pelo custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois o menor.

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

...

II - os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim

como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior;

Os bens beta e celta possuem valor de mercado superior ao custo, porém o bem alfa apresenta valor de mercado inferior ao custo. Aplicando o dispositivo antes transcrito, só resta uma alternativa a assinalar, isto é, a resposta correta é a letra “a”, coincidente com o gabarito preliminar.

Questão 6.30. (AFPS–INSS–ESAF/2002)

Se nós recordarmos os pontos desenvolvidos neste site, veremos que esta questão foi por mim abordada em início de setembro, mais especificamente nos pontos 50 a 52.

Lá nós vimos que o empregador é obrigado a reter do empregado a parcela relativa a sua contribuição previdenciária e a parcela do imposto de renda retido na fonte. Porém esses valores são de obrigação do empregado e serão descontados do salário ajustado ou contratado. Assim, em termos de despesa, esses valores assim descontados do salário são despesas do empregado e não do empregador.

Afora esses valores, outros incidem sobre a folha de salários e esses são de responsabilidade, de regra, da empresa. Neste íterim aparecem o FGTS e o INSS parte patronal.

Desta forma, no presente caso, são despesas da empresa:

Salários e Ordenados	R\$ 21.000,00
Horas Extras trabalhadas	R\$ 2.000,00
Sub-total	R\$ 23.000,00
Contribuição para o INSS, parte patronal 20%	R\$ 4.600,00
Depósito para o FGTS 8%	R\$ 1.840,00
TOTAL DESPESA COM SALÁRIOS	R\$ 29.400,00

Assim, a resposta correta é a letra “e”.

Questão 6.31. (ICMS-MS-2001)

Se a máquina a ser depreciada possui valor de R\$ 750,00 e após a depreciação esta terá o valor de R\$ 50,00, então o valor a ser depreciado é de R\$ 700,00. Este valor deve ser depreciado em 5 anos de forma linear. Então o valor da depreciação anual será de R\$ 140,00.

Alternativa correta letra “A”.

Questão 6.32. (ESAF/TRF – 2000)

As bancas examinadoras estão se especializando em apresentar armadilhas em suas provas. Esta questão é exemplo típico de artimanhas dessa natureza.

Para facilitar a compreensão e possibilitar a marcação da resposta correta, analisaremos todas as alternativas, individualmente.

a) Apuração do Resultado

	Despesa	Receita
Encargos de 10% no empréstimo (I)	120,00	
Desconto de 10% no pagamento de título (II)		65,00
Juros em recebimento de título (III)		46,00
Aluguel ativo (IV)		38,00
Impostos (V)	12,00	
Juros no pagamento de título (VII)	45,00	
Desconto passivo (VIII)	36,00	
Aluguel passivo (IX)	28,00	

Receita de serviço		52,00
Total	241,00	201,00
Saldo	40,00	

Logo, as despesas foram maiores do que as receitas em R\$ 40,00, o que representa prejuízo de R\$ 40,00 e não lucro, conforme preconizado na alternativa.

b)

	Passivo Exigível	
		120,00 12,00
		600,00
Empréstimo (I) Encargos (I) Pagamento de título (II) Imposto (V) Compra de máquina (VI) Pagamento de título (VIII)	650,00 450,00	
Somas	1.100,00	1.932,00
Saldo		832,00

c) Na solução desta alternativa usaremos rzonetes e os fatos serão identificados pelos números romanos que os antecedem no enunciado da questão.

Empréstimos Bancos/Caixa 1200, (I) (I) 1.080,
 .(III) 460,
 .(III) 46,

(IV) 38,
 (VIII) 324, 1.948,
440,

Juros Passivos

585, (II) (I) 120,
 400, (VI) (VII) 45,
 450, (VII) **165,00**
 45, (VII)
 28, (IX)
 1.508,00

Título a pagar	Descontos ativos	Juros ativos
(II) 650, 600, (VI) (VII) 450,	65, (II)	46, (III)

Títulos a Receber	Aluguéis ativos	Despesa de impostos
(X) 52,00 460, (III)	38, (VI)	(V) 12,

360, (VIII)		
52,00	820,00	12,00
768,00		
Impostos a pagar	Máquinas	Descontos passivos
12, (V)	(VI)1.000,	(VIII) 36,
1.000,00		36,00
Aluguéis passivos	Receita de serviço	
(IX) 28,00	52, (X)	
28,00		

A questão pede a soma dos saldos devedores do balancete, isto é, a soma dos saldos das contas de natureza devedora.

BANCOS/CAIXA 440,00
 Juros Passivos 165,00
 Títulos a Receber (768,00)
 Despesas de Impostos 12,00
 Máquinas 1.000,00
 Aluguéis passivos 28,00
 Descontos passivos 36,00
TOTAL 913,00

A conta títulos a receber é conta de natureza devedora e apresentou, pelos elementos disponíveis, saldo credor. Isto quer dizer que antes destes fatos havia títulos a receber e que esta conta diminuiu em R\$ 768,00, logo, no balancete, este valor deve ser consignado como diminuição do saldo devedor!!!

Portanto, a alternativa está correta.

d) Balanço Patrimonial (Ativo)

	Ativo
Empréstimo (I)	1.200,00
Pagamento de título–Caixa/Banco (II)	(585,00)
Recebimento de título (III)	560,00
Aluguel (V)	38,00
Compra máquina (VI)	1.000,00
Compra máquina (VI)	(400,00)
Pagamento de título (VII)	(495,00)
Recebimento de título (VIII)	396,00
Pagamento de aluguel (IX)	(28,00)
Cientes (X)	52,00
Total	1.738,00

e) Considerando a aplicação do método das partidas dobradas, pelo qual a todo débito corresponde um crédito, o valor dos créditos foi superior ao do apresentado na alternativa.

Resposta: Letra C Questão 6.33. (SEFA/PA – 2002 – ESAF)

Contas	Saldos devedores	Saldos credores	Ativo	Passivo exigível
Caixa	100,00		100,00	
Máquinas, sendo 1/3 para revender	630,00		630,00	
Ações de outras empresas, sendo 1/3 para revender	450,00		450,00	
Despesas de depreciação de máquinas	90,00			
Depreciação acumulada		180,00	(180,00)	
Perdas em investimentos	20,00			
Provisão para perdas em investimentos		60,00	(60,00)	
Provisão para ajustes de ações ao preço de mercado		30,00	(30,00)	
Fornecedores		850,00		850,00
Duplicatas descontadas		90,00	(90,00)	
Duplicatas a receber	290,00		290,00	
Capital social		600,00		
Reservas de lucro		100,00		
Total	1.580,00	1.910,00	1.110,00	850,00

Logo, a resposta correta é a letra “c”. **Questão 6.34. (PREFEITURA DE NATAL–RN / 2001**

ESAF)

Patrimônio Bruto quer dizer a mesma coisa que ativo total. Então este terá o seguinte valor:

Ações de coligadas	1.200,00
Bancos c/ aplicação	1.100,00
Caixa	1.200,00
Despesas a vencer	280,00
Duplicatas a receber	1.000,00
Duplicatas descontadas	(800,00)
Edificações	5.000,00
Matéria-prima	1.300,00
Mercadorias	2.500,00
Móveis e utensílios	3.500,00
Participações acionárias	800,00
Provisão p/ ajuste de estoques	(150,00)
Receitas a receber	600,00
Total	17.530,00

A resposta correta é a letra “b”.

Questão 6.35. (AFRF/2002 – A/ESAF)

A questão requer que apuremos a soma dos saldos devedores e credores, para, se for o caso, apontar a diferença ou soma de um ou outro. CONTAS SALDOS

	DEVEDORES	CREDORES
Ações e Participações	R\$ 3.000,00	
Adiantamento a Diretores	R\$ 500,00	
Bancos Conta Movimento	R\$ 2.000,00	
Caixa	R\$ 500,00	
Despesas com Pesquisa	R\$ 2.500,00	
Duplicatas a Pagar	R\$ 300,00	
Duplicatas a Receber	R\$ 3.000,00	
Empréstimos e Financiamentos obtidos		R\$ 10.000,00
Fornecedores		R\$ 5.000,00
Imóveis	R\$ 6.000,00	
Mercadorias	R\$ 3.000,00	
Máquinas e Equipamentos	R\$ 1.700,00	
Poupança	R\$ 1.000,00	
Receitas Antecipadas		R\$ 6.500,00
Seguros a Vencer	R\$ 800,00	
Títulos a Pagar		R\$ 2.000,00
Veículos	R\$ 1.000,00	
TOTAL	R\$ 25.000,00	R\$ 23.800,00

A resposta correta é. Portanto, a letra “a”.

Questão 6.36

A questão versa sobre o pagamento antecipado de aluguel, no valor de R\$ 135.000,00, cujos fatos geradores da despesa ocorrem somente entre o período de 01/10/80 a 31/03/83. O período de ocorrência dos fatos geradores de despesa é de: 80 = 3 meses 81 = 12 meses 82 = 12 meses 83 = 3 meses Logo, o aluguel pago deve cobrir 30 meses.

O lançamento originário dessa operação foi o seguinte:

Alugueis a vencer

a Caixa ou Bancos

Pelo pagamento antecipado, nesta data, do aluguel de nosso depósito pelo período de 01/10/80 até 31/03/83, no valor de R\$ 135.000,00

O valor mensal do aluguel é de R\$ 4.500,00 (R\$ 135.000 ÷ 30).

Todos os meses deve ser reconhecida a despesa de aluguel antecipado de R\$ 4.500,00 com o seguinte lançamento:

Despesas de aluguel a Alugueis a vencer Pela apropriação da despesa de aluguel do mês, no valor de R\$ 4.500,00 Idêntico procedimento deverá ser adotado em 31/08/82, pois no balancete levantado para ajustes ao resultado do

exercício a despesa de aluguel ainda

não foi reconhecida. Portanto, a

resposta correta é a letra “c”.

CAPÍTULO 7 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Questão 7.1 (AFRF/98)

Vamos comentar as alternativas incorretas.

a) Artigo 80 da Lei das S/A: a constituição da Cia depende do cumprimento dos seguintes requisitos:

i) Subscrição por pelo menos 2 pessoas, de todas as ações em que se divide o capital fixado no estatuto; ii) Realização, como entrada, de **10%**, no mínimo, do preço das ações subscritas em dinheiro (a lei exige uma integralização maior para algumas empresas); iii) Depósito no Banco do Brasil, ou outro banco autorizado pela CVM, da parte realizada em dinheiro.

c) A elaboração das demonstrações financeiras será no final de cada exercício social, e não no dia 31/12 de cada ano necessariamente (normalmente coincide com o ano calendário). A data do término será fixada no estatuto.

d) O exercício social terá a duração de 01 (um) ano e a data do término será fixada no estatuto, podendo ter duração diversa nos casos de constituição da sociedade e alteração estatutária.

e) Art. 176, § 3º: As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembléia-geral.

Resposta: Letra B Questão 7.2 (TCE-ES/94)

Para respondermos à questão utilizaremos as seguintes fórmulas acerca do capital circulante

líquido:

$$\text{CCL} = \text{AC} - \text{PC} \quad \text{Variação do CCL} = \text{Origens} - \text{Aplicações}$$

Sendo assim:

Grupo	Saldo Inicial	Saldo Final	Variação
AC	18.400	23.200	
PC	14.500	16.800	
CCL	3.900	6.400	2.500

$$\text{Variação CCL} = 2.500 = \text{Origens} - \text{Aplicações}$$

$$\text{Aplicações} = 5.300 - 2.500 = 2.800 \quad \text{Resposta: Letra B Questão 7.3 (TCE-ES/94)}$$

A base de cálculo de cada uma das participações estatutárias deve ser deduzida do valor da participação imediatamente anterior. Assim:

Lucro antes do IR	4.000.000
(-) Imposto de Renda (25%)	(1.000.000)
(=) Base de cálculo participações	3.000.000
(-) Participação de Empregados (10%)	(300.000)
(=) BC Participação de Administradores	2.700.00
(-) Participação de Administradores (10%)	(270.000)
(=) BC Participação Partes Beneficiárias	2.430.000
(-) Participação das Partes Beneficiárias (5%)	(121.500)
(=) Lucro Líquido do Exercício	2.308.500

OBS.: A questão poderia ter sido um pouco dificultada caso fossem informados prejuízos contábeis acumulados de períodos anteriores. Neste caso o saldo acumulado dos prejuízos deveria ser deduzido da base de cálculo das participações. **Resposta: Letra D Questão 7.4 (TCE-ES/94)**

Segundo a Lei das S.A., em seu artigo 182, serão classificadas como reservas de capital as doações e as subvenções para investimentos, incluídos neste último caso os incentivos fiscais, que poderão se dar sob a forma de restituição, isenção ou suspensão de tributos federais, estaduais ou municipais. **Resposta: Letra A Questão 7.5 (TCE-ES/94)**

Lembrando que a correção monetária vigorou até 31/12/1995, devemos proceder

à correção do valor do investimento
adquirido por \$4.000,00. Investimento
corrigido = \$4.000,00 x 1,50 = \$6.000,00

Uma vez que o investimento deve ser
avaliado pela equivalência patrimonial,
devemos identificar o percentual de
participação do mesmo: Índice de
Participação = $\frac{4.000}{20.000} \times 100 = 20\%$
Em seguida, deve-se proceder à correção
do investimento conforme mostrado
anteriormente para \$6.000,00. Os valores
apresentados do PL da investida (já
corrigidos) totalizavam \$35.000,00.

Aplicando-se o percentual de participação, teremos um novo valor do investimento:

Investimento ao final de 19X1:

$$= 20\% \times \$35.000,00 = \$7.000,00$$

O ganho por equivalência patrimonial será então de:

$$\$7.000,00 - \$6.000,00 = \$1.000,00$$

Resposta: Letra E Questão 7.6 (AFRF-2002-B)

Como na questão nos é apresentado o Lucro operacional e não são mencionadas despesas ou receitas não operacionais concluímos que o Resultado antes do IR e CSLL é igual ao Lucro operacional, pois:

Lucro Operacional (-) Despesas não operacionais (+) Receitas não operacionais = Resultado antes da CSLL (-) Provisão para CSLL = Resultado antes do IR (-) Provisão para o IR (-) Participações = Resultado Líquido do Exercício

É fundamental para resolução desta questão lembrar que as participações atribuídas a debenturistas e empregados são deduzidas da base de cálculo do IR e CSLL (Decreto 3.000/99), ou seja:

Base de cálculo IR e CSLL = Resultado antes do IR e CSLL – Participação dos Debenturistas – Participação dos Empregados

Portanto nesta questão:

Base de cálculo IR e CSLL = 70.000-
3.500-3.000 = 63.500 IR e CSLL = 30% de
63.500 = 19.050

Fazendo a DRE temos:

Resultado ante do IR e do CSLL
70.000 (-) Provisão IR e CSLL
(19.050) (-) Participação de
Debenturistas (2.500) (-) Participação
de Empregados (2.500) (-) Participação
de Administradores (2.500) =
Resultado Líquido do Exercício 41.950

Por fim,

Reserva Legal = 5% do Resultado
Líquido do Exercício Reserva Legal =
5% de 41.950,00 = R\$ 2.097,50

Resposta correta letra D

Questão 7.7 (ICMS/SC-98)

Para sabermos o valor das vendas a prazo, temos que calcular o lucro bruto, fazendo a simplificação de que, além do resultado bruto, só ocorreram despesas operacionais para a obtenção do lucro líquido. Assim:

Lucro Líquido	3.050
(+) Despesas com Vendas	135
(+) Despesas Administrativas	856
(=) Lucro Bruto	4.041

O lucro bruto resulta da fórmula: $LB = V - CMV$, onde $CMV = EI + C - EF$ e

$V = \text{Vendas a vista (VV)} + \text{Vendas a prazo (VP)}$ Do balanço temos os valores de EI e EF.

O valor das compras deve ser obtido pela soma das compras à vista

(CV) com as compras a prazo (CP), sendo $CV = 2.813$.

Utilizando o razonete da conta **Fornecedores**, poderíamos obter o valor de CP. Assim,

Fornecedores

2.987 813
CP

Capital a Realizar	(9.000,00)
Reservas de Capital	8.000,00
Reservas Estatutárias	0,00
Reserva Legal	3.000,00
Lucros Acumulados	0,00
Somatório	102.000,00

Resposta: Letra A

Questão 7.9 (AFC-STN/2000)

A questão se refere à análise literal dos artigos da Lei das S.A. (6.404/76). Vamos às alternativas:

- a) **(Incorreta)** O exercício social terá duração de 01 (um) ano, e **somente a data do término** será fixada no estatuto (artigo 175).
- b) **(Incorreta)** As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta da administração, no **pressuposto** de sua aprovação pela assembleia-geral (artigo 176, §3º), ou seja, a aprovação pela assembleia é posterior.
- c) **(Correta)** As notas explicativas deverão indicar os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (artigo 176, §5º, b).
- d) **(Incorreta)** Serão classificadas como resultado de exercício futuro as receitas de exercícios futuros, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes (artigo 181). Segundo a doutrina dominante, estas receitas são aquelas recebidas antecipadamente mas que, sob nenhuma hipótese, serão ressarcidas.
- e) **(Incorreta)** As contas de depreciação integram somente o ativo imobilizado (artigo 183, §2º, a). Porém, a amortização acumulada será encontrada no imobilizado (artigo 183, §2º, b) e também no diferido (artigo 183, §3º).

Resposta: Letra C

Questão 7.10 (TRF-2000)

A utilização de reservas para aumento do capital social é permitida pela Lei 6.404/76. Deve-se lançar a débito da conta de reservas, que é uma conta de saldo credor. A contrapartida é a própria conta *capital social*, pois não podemos lançar a crédito de *capital a realizar*, já que não está ocorrendo a integralização. Além do mais, o lançamento a crédito de *capital a realizar* não aumentaria o valor do capital social, somente do patrimônio líquido. Sendo assim, o lançamento correto é:

- D – Reservas
- C – Capital Social

Resposta: Letra D Questão 7.11 (TFC-2000)

As reservas de capital são aquelas definidas no 182, §1º da Lei 6.404/76, ou seja:

1. **1.** ágio obtido na emissão de ações;

2. **2.** produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
3. **3.** prêmio recebido na emissão de debêntures;
4. **4.** doações e subvenções recebidas para **investimento**;
5. **5.** resultado da correção monetária do capital realizado.

As subvenções caracterizadas como reservas de capital são aquelas para investimento, que provém geralmente de isenções ou restituições de tributos e visa acelerar o desenvolvimento econômico de determinado setor ou região.

As subvenções para custeio destinam-se à cobertura de prejuízos ou à redução de custos industriais, objetivando diminuição do preço final do produto. A subvenção para custeio tem tratamento contábil de **receita**, por isso a alternativa **a** está incorreta.

A reserva de capital pode ser utilizada também para aumento do capital social (artigo 200, IV)

Resposta:

Letra

A

Questão 7.12 (TTN-98)

Não podemos nos esquecer de apurar o resultado do exercício (**DRE**, conforme quadro abaixo), pois este será transferido, ao final do período, para a conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados”, que faz parte do PL.

Receita Bruta de Vendas	700,00
(-) Deduções de vendas (ICMS s/ vendas)	(90,00)
(=) Receita Líquida de Vendas	610,00
(-) CMV	(230,00)
(=) Lucro Bruto	380,00
(-) Despesas Operacionais	(180,00)
(=) Lucro Líquido	200,00

Para sabermos se o saldo da conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados” é credor ou devedor devemos levantar um **balancete de verificação** e comparar os saldos.

Conta	Saldos Devedores	Saldos Credores
Caixa	20,00	
Bancos c/ Movimento	80,00	
Duplicatas a receber	240,00	
Máquinas e equipamentos	160,00	
Fornecedores		300,00
Salários a pagar		200,00
ICMS a recolher		100,00
Capital Social		300,00
Resultado Líquido do Exercício		200,00
Estoque de mercadorias	410,00	
Veículos	250,00	
Subtotal	1.160,00	1.100,00

(+) Lucros ou prejuízos Acumulados		60,00
Total Geral	1.160,00	1.160,00

Após a constatação de que o saldo de LPA é credor, passemos ao cálculo do patrimônio Líquido:

Patrimônio Líquido

Capital Social 300,00

LPA 60,00

Lucro do Período 200,00

Total 560,00 Resposta: Letra D Questão 7.13 (AFTN/96)

A reserva de reavaliação serve para adequação do valor contábil do bem ao valor de mercado, devendo ser constituída pela diferença entre ambos. Já a correção monetária (até 31/12/95) tomava por base o custo histórico do bem e era composta pela aplicação de um índice de correção a este valor. **Resposta: Letra A Questão 7.14 (AFTN/96)**

A lei 6.404/76, em seu artigo 181, definiu como fazendo parte do grupo "Resultado de Exercícios Futuros" as Receitas de Exercícios Futuros, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes.

Esta definição não é suficiente para resolver a questão. Uma receita de prestação de serviços recebida antecipadamente, onde caberá à prestadora a obrigação futura de execução de um serviço não é corretamente enquadrada como resultado de Exercícios Futuros, mas sim como um passivo, uma vez que há uma obrigação de fazer que, se não realizada, converte-se em uma obrigação de pagar (multa ou devolução do dinheiro).

Para enquadrarmos uma receita no grupo resultados de exercícios futuros devemos identificar a obrigação (contratual) da empresa que recebeu o valor antecipado. Caso não haja cláusula de devolução e/ou prestação de serviços futuros, então a receita deve ser considerada como sendo do grupo resultado de exercícios futuros. **Resposta: Letra B Questão 7.15 (AFTN/96)**

Segundo a lei das S.A. são reservas de capital:

- I) Ágio na emissão de ações;
- II) Prêmio na colocação de debêntures;
- III) Produto da alienação de partes beneficiárias e Bônus de Subscrição;
- IV) Doações e subvenções para investimentos.

Reparem que este assunto é exigido exaustivamente em vários concursos.

A Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não Distribuídos e a Reserva para Contingência são **Reservas de Lucros**.

OBS.: A questão deve ter sido anulada devido aos erros de digitação.

Resposta: Letra D (Anulada) Questão 7.16 (AG-PF/2000)

.1. (Correta) Lançamento: Se não houver parcela subscrita: D Caixa C Capital Social Se houver parcela anteriormente subscrita:

.D Caixa
C Capital a Realizar

2. **2. (Errada)** Bônus de Subscrição são títulos negociáveis pela companhia ou atribuíveis como vantagem adicional a subscritores de ações e prestadores de serviços à sociedade. Não é obrigatório que a empresa os distribua quando da emissão de novas ações com ágio.

3. **3. (Correta)** O produto da alienação de Partes Beneficiárias e Bônus de Subscrição deve ser registrado como Reservas de Capital (Patrimônio Líquido).

.4. (Errada) Lançamento: D Imóveis
.C Reservas de Capital – Doações
Portanto a afirmativa está invertida.

4. **5. (Correta)** A Reserva de Capital pode ser utilizada para compensar prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as Reservas de Lucros (Artigos 189 e 200 da Lei 6.404/76).

Questão 7.17 (ESAF/Auditor-Piauí/2001)

Vamos à análise individual das contas:

Capital (PL credora)

Reserva Legal (PL credora)

Provisão para Contingência – esta conta poderia confundir. Na verdade é uma provisão passiva mesmo, conta credora. Contempla basicamente o valor referente a litígios que a empresa está para perder na justiça e terá de pagar no período seguinte. Conforme sabemos a provisão deve ser contabilizada desde que a despesa tenha sido incorrida e seja possível estimar o seu valor, independente da legislação do IR. Portanto é conta de passivo. Subvenção para custeio – diferentemente da subvenção para investimento, que é reserva de capital, a subvenção para custeio é o valor que a empresa recebe como incentivo para melhorar sua situação financeira ou para reduzir o preço de seu produto. É contabilizada como receita.

Reserva para Aumento de Capital – é reserva de lucros. Deve estar prevista no estatuto.

Ágio na emissão de ações – reserva de capital

Ações em Tesouraria – é conta retificadora de PL Reavaliação de Ativos de controladas – a empresa também deve contabilizar como reserva de reavaliação as reavaliações de ativos das suas controladas, de acordo com a sua participação, pois, de certa forma, ela possui participação no valor

daquele ativo.

Reserva para novos investimentos – é a reserva para planos de expansão ou para retenção de lucros (reserva de lucros)

Reserva de lucros a realizar – é reserva de lucros.

Assim, o **PL** da empresa ficou:

Capital Social 600 Reserva Legal
80 Reserva para Aumento de
Capital 40 Ágio na Emissão de
Ações 100 Ações em Tesouraria
(30) Reavaliação de Ativos de
Controladas 140 Reserva para
Novos Investimentos 120
Reserva de Lucros a Realizar 90
TOTAL 1.140

Resposta:

Letra

C

Questão 7.18 (INSS/97)

A DOAR está regulamentada pelo artigo 188 da Lei 6.404/76.

1. (Errada) Aumentam o CCL os empréstimos de **longo** prazo obtidos junto a terceiros (I,c), e não os de **curto** prazo. Vejam a tomada de um empréstimo de curto prazo:

D Bancos c/Movimento (+AC)
C Empréstimos Bancários (+PC)

Neste caso o ativo circulante e o passivo circulante aumentaram do mesmo valor, gerando efeito nulo no CCL.

1. **2. (Correta)** É o lucro ajustado para efeitos de DOAR (I,a). Também deve ser acrescido das demais despesas econômicas e deduzido das receitas econômicas (Ex: ganho ou perda por equivalência patrimonial, variação monetária sobre empréstimos de longo prazo etc.). **Se der positivo, é origem, se der negativo, é aplicação.**

2. **3. (Correta)** A distribuição de dividendos é efetuada através de um lançamento a débito de PL (Lucros Acumulados) e a crédito de Passivo Circulante (Dividendos a Distribuir), portanto é uma aplicação de recursos (II,a).

3. **4. (Errada)** Aquisição de estoques não afeta o PL. O que afeta é a aquisição de direitos do imobilizado (II,b).

4. **5. (Errada)** A constituição de reservas de lucros é efetuada através de um lançamento a débito de PL (Lucros Acumulados) e a crédito de PL (Reservas de Lucros), portanto não afeta o CCL e não consta da DOAR.

Questão

7.19

(INS

S/97)

CCL

= AC

- PC

As

operações

que

podem

aumentar

o CCL

são

aquelas

que

aumentam

o AC

e/ou

reduzem

o PC.

Assim:

1. (Correta) Lançamento:

D Mercadorias (+AC)

C Fornecedores

O prazo pode ser curto (PC) e neste caso não afetaria o CCL, pois teríamos aumento do AC e do

PC em valores iguais. Mas, se o prazo for longo (PELP), então haveria aumento do AC e conseqüentemente do CCL. Reparem que a questão perguntou as transações que **podem** aumentar o CCL.

2. (Correta) Lançamento com valores hipotéticos:

D Caixa (+AC)	1.200	
C Equipamentos (-AP)		1.000
C Ganho na venda (R / +PL)		200

Houve aumento do AC de 1.200 e o PC não foi alterado, portanto o CCL aumenta em 1.200.

.3. (Errada) Despesas reduzem o resultado do período, que, conforme a DOAR, após ajustado este pode ser uma origem (se houver lucro), ou uma aplicação (se houver prejuízo). Reparem no lançamento que há redução do AC, portanto é uma **redução** do CCL.

.D Despesas com reparos (D/-PL)
C Caixa (-AC)

.4. (Correta) Receitas aumentam o resultado do período, que, conforme a DOAR, após ajustado este pode ser uma origem (se houver lucro), ou uma aplicação (se houver prejuízo). Reparem no lançamento que há aumento do AC, portanto é um aumento do CCL.

.D Caixa (+AC)
C Receita com Recuperação de
Créditos (R/+PL)

2. **5. (Errada)** Há redução do AC, portanto redução do CCL. O lançamento é:

D Participações Societárias (+AP)
C Caixa (-AC)

Questão 7.20 (AFRF-2000)

Classificam-se como reservas de capital:

- Ágio na emissão de novas ações;
- Prêmio na emissão de debêntures;
- Produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- Doações e subvenções para investimentos, recebidas de órgãos públicos;
- Incentivos Fiscais.

Resposta: Letra A Questão 7.21 (AFRF-2000)

Segundo a Lei 6.404/76 estão impropriamente colocados os seguintes itens:

- 1) A conta “Máquinas” não faz parte do Ativo Circulante, mas sim do Ativo

Permanente; 2) As contas no ativo devem vir dispostas em ordem **decrecente** do grau de liquidez (art. 178). Assim a conta “Caixa” deveria ser a primeira, seguida pela conta “Bancos” e assim por diante. 3) Segundo o §2º do artigo 176 é vedada a utilização de designações genéricas, como “Diversas Contas” ou “Contas Correntes”. Na questão então não seria possível a utilização da rubrica “Outras Contas”.

Total = 3 erros Resposta: Letra A Questão 7.22

(AFRF-2000)

Uma das possibilidades de constituição de reserva de capital é quando ocorre ágio na emissão de ações. No caso as ações foram criadas a partir da conversão de debêntures. Porém, a parcela que ultrapassa o valor nominal da ação será igualmente reconhecida como Reserva de Capital.

Resposta: Letra C Questão 7.23 (AFRF-2000)

Lucro antes IR	400
(-) Provisão p/ IR	(80)
Base de cálculo das Participações	320
(-) Participações	(20)
(=) Lucro Líquido do Exercício	300

Valor nominal da Reserva Legal =
 $5\% \text{ R\$ } 300,00 = \text{R\$ } 15,00$

Limites:

Obrigatório: (a empresa **deve** deixar de constituir a reserva legal se ultrapassá-lo):
 Reserva Legal < 20% do capital social
 $= 20\% \times \text{R\$ } 200,00 = \text{R\$ } 40,00$

Saldo de Reserva Legal ficaria com $\text{R\$ } 30,00 + \text{R\$ } 15,00 = \text{R\$ } 45,00$ (ultrapassa o limite obrigatório)

Opcional: (a empresa **pode** deixar de constituir a reserva legal se ultrapassá-lo):
 $[\text{Reserva Legal} + \text{Reservas de Capital}] < 30\% \text{ do capital social}$

$$\begin{aligned}
 & 30 + x + 25 \\
 & = 30\% \times \$ \\
 & 200 \\
 & 55 + x = 60
 \end{aligned}$$

x = 5

Conclusão: Pelo limite obrigatório, a empresa poderia constituir reserva no valor de **até** R\$ 10,00, que somados ao saldo de R\$ 30,00 dariam o limite (obrigatório) de R\$ 40,00. Já pelo limite opcional, a partir de R\$ 5,00, não haveria mais a obrigatoriedade de constituição da reserva legal. Sendo assim a empresa poderá constituir qualquer valor entre R\$ 5,00 e R\$ 10,00.

Resposta: Letra E Questão 7.24 (AFRF-2000)

Esta questão é interessante pois para obtermos o valor do lucro líquido do exercício devemos efetuar os cálculos invertidos, ou seja, somando-se todas as destinações realizadas, da seguinte forma:

Dividendos			60,00
Reservas		Estatutárias	50,00
	Reserva	legal	40,00
Destinações	do	LLE	150,00

Sabemos que, ao final do exercício social, o resultado deve ser imediatamente transferido para a conta *Lucros ou Prejuízos Acumulados* (que possuía um saldo devedor de 20).

Assim, os lançamentos ao final do exercício foram os seguintes:

1) Transferência do resultado para lucros acumulados:

D - Resultado do Exercício 180
C - LPA 180

2) Transferências para reservas e dividendos:

D - LPA 150
C - Reserva Legal (PL) 40
C - Reservas Estatutárias (PL) 50
C - Dividendos a pagar (PC) 60

Sabemos também que o resultado líquido do exercício é aquele obtido após as participações estatutárias, sendo então transferido para a conta *Lucros ou Prejuízos Acumulados*. Neste caso o valor transferido foi de R\$ 180,00 já tendo sido deduzidos imposto de renda e participações.

Sendo assim, o lucro do exercício, antes da distribuição de todos os valores relacionados na questão deve ser obtido pelo somatório do valor transferido para Lucros Acumulados mais os valores das participações estatutárias e do imposto de renda. Assim:

Lucro antes da distribuição = $180 + 30 + 200 = 410$

Resposta: Letra D

OBS.:

- a) O valor das participações foi de R\$ 30,00 (definido na questão)
- b) O lucro após o IR foi de \$ 410 - \$ 200 = \$ 210,00
- c) O saldo atual de Lucros Acumulados após as operações 1) e 2) é de \$ 10,00

LPA			
(SI)	20	180	1)
2)	150	160	
		10	

- d) O imposto de renda foi de R\$ 200,00 (já definido na questão).

Questao **7.25** **(AFRF-2000)**

I -Origens:

- Computadas 1.800
- (+) Resultado líquido do Exercício 1.800
- (+) Despesas de Depreciação 400

4.000 **II -Aplicações:** Computadas 2.600 (+)

Dividendos propostos 150

2
.
7
5
0

III - Origens - Aplicações =
Aumento no CCL = 4.000
- 2.750 = 1.250

Resposta

Letra

C

Questão **7.26.**

(PCF/UnB/CESP

E-97) ITEM

III

Pela aplicação do princípio da competência, as receitas e despesas devem ser reconhecidas no momento da ocorrência dos respectivos fatos geradores, independentemente de recebimento ou pagamento. As demonstrações contábeis observam esse princípio, logo incluem-se nessa demonstração os valores não realizados em moeda. O item está **ERRADO**.

ITEM 9

A destinação do resultado para reservas de lucro e dividendos é efetuada a partir da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados. Entretanto, conforme dispõe o art. 189 da lei, antes de qualquer destinação, serão compensados os prejuízos de exercícios anteriores e será deduzida a provisão para o imposto de renda.

Atenção!

Em que pese as reservas e dividendos saírem de Lucros Acumulados, o cálculo dos valores destas rubricas toma por base o lucro líquido do exercício, conforme dispõem os arts. 193 a 196 e 202, da Lei nº 6.404/76. Ressalte-se que o dividendo é sempre calculado tomando por base o lucro ajustado, determinado conforme o disposto no art. 202. O item está **CERTO**.

ITEM 11

Conforme dispõe o art. 187 da lei, as despesas financeiras, com vendas, administrativas e gerais são consideradas despesas operacionais, logo são incluídas na demonstração do resultado imediatamente abaixo do Lucro Bruto.

O item está **ERRADO**.

ITEM 17

Inicialmente há de se dizer que o IPI jamais faz parte da Receita Bruta. Compõe, é verdade, o faturamento bruto, mas não representa receita para o Industrial ou a ele equiparado, portanto faz parte do total da nota, mas é calculado em separado, não estando incluído no preço das mercadorias ou produtos. Trata-se de recursos que ingressam na empresa, mas que não são de sua propriedade. A empresa é mera arrecadadora deste imposto, devendo, conseqüentemente, recolher esses valores ao Erário.

A estrutura da demonstração, segundo o art. 187 da lei, determina que a partir da receita bruta excluem-se as vendas canceladas, vendas devolvidas, os descontos incondicionais e os tributos incidentes sobre vendas, chegando-se, então, às vendas líquidas.

O item está **ERRADO**.

ITEM 20

Os ajustes de exercícios anteriores são efetuados a nível de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Não devem ser incorporados ao resultado do exercício, pois haveria desrespeito ao princípio da competência, visto que esses valores se referem a outras competências financeiras.

O item está **ERRADO**.

Questão 7.27. (ESAF/AFC-STN-2002)

A máquina foi adquirida pelo custo de R\$ 12.500,00 e é depreciada com valor residual de 20%.

Esse valor residual

(20% de R\$ 12.500,00) representa R\$ 2.500,00. Logo, o valor depreciável é de R\$ 10.000,00.

O período de depreciação é de 1º de outubro de 1998 até 30 de junho de 2002, isto é, 45 meses. A taxa de

depreciação anual é de 12%, o que equivale a 1% ao mês.

Assim, o bem (em sua parte depreciável) está depreciado em 45%, ou seja, em R\$ 4.500,00.

Resta, portanto, como valor contábil da referida máquina o equivalente a R\$ 8.000,00 (R\$ 12.500,00 – R\$ 4.500,00).

Consta que o valor de venda foi de R\$ 7.600,00.

Como o custo do bem vendido foi de R\$ 8.000,00 (valor contábil do bem), houve na transação uma perda de R\$ 400,00.

A resposta apresentada, letra “b”, está correta.

Questão 2.28. (AFRF/2002–ESAF)

Vamos ordenar e calcular todo o demonstrativo do resultado do exercício, porém é necessário que se faça algumas observações:

A base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social não podem, assim, ser determinadas, pois parece que a empresa está obrigada ao lucro real que possui sistemática própria de cálculo, com suas adições, exclusões e compensações. Mas, mesmo assim, desconsideremos todas essas implicações da lei fiscal.

Vendas Brutas R\$ 100.000,00 Vendas Canceladas (R\$ 20.000,00) Descontos Incondicionais Concedidos (R\$ 20.000,00) = R\$ 60.000,00 ICMS s/ Compras e Vendas 12% = (R\$ 7.200,00)
COFINS 2% = (R\$ 1.200,00) PIS/PASEP 1% = (R\$ 600,00)

= **Vendas líquidas R\$ 51.000,00**

(-) CMV* R\$ 37.000,00

= **Lucro Bruto R\$ 14.000,00**

.+ Juros Recebidos R\$ 1.500,00

.+ Descontos Obtidos R\$ 15.000,00

(-) Impostos e Taxas R\$ 500,00

(-) Propaganda e Publicidade R\$ 1.800,00

(-) Depreciação R\$ 700,00

(-) Despesas Bancárias R\$ 800,00

(-) Comissões sobre Vendas de Merc. R\$ 3.000,00

(-) Descontos Condicionais Concedidos R\$ 2.000,00

(-) Juros Pagos R\$ 500,00

(-) Salários e Encargos R\$ 3.000,00

(-) Água e Energia R\$ 200,00

= **Lucro Operacional Líquido R\$ 18.000,00**

+ Receitas Não-Operacionais R\$ 2.000,00

= **Lucro antes do IR e CSL R\$ 20.000,00**

Provisão para Contribuição Social 10% R\$ 2.000,00 Provisão para Imposto de Renda 15%
R\$ 3.000,00

= **Lucro após IR e CSL**

R\$ 15.000,00

Participação de Administradores 5% R\$ 750,00

Participação de Partes 5% R\$ 712,50

Beneficiárias

= **Lucro líquido do exercício**

R\$ 13.537,50

* CMV

Estoque Inicial	R\$
	30.000,00
+ Compras de Mercadorias	R\$
	44.000,00
(-) Estoque Final	R\$
	37.000,00
<hr/>	
= Custo Mercadorias Vendidas	R\$
	37.000,00

Portanto, a resposta correta é a letra “d”.

Questão 7.29. (ESAF/AFC-STN-2002)

A Lei nº 6.404/1976, em seu art. 187, tratando da demonstração do resultado do exercício, estabelece que:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os

impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o

lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas

gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais;

(Redação

dada pela Lei nº 9.249, de 26/12/1995)

V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e

as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados;

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em

moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas

receitas e rendimentos.

§ 2º O aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrados

como reserva de reavaliação (artigo 182, § 3º), somente depois de realizado poderá ser

computado como lucro para efeito de distribuição de dividendos ou participações.

É de ressaltar, ainda, que para o caso presente, a base de cálculo do Imposto sobre a Renda e a

Contribuição Social Sobre o Lucro são idênticas. Assim, considerando que não há prejuízos acumulados a compensar, podemos apurar o valor da CSLL, das participações dos empregados e as participações dos administradores, partindo do lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, representando o inciso V, conforme segue:

Lucro antes do Imposto de Renda e CSLL R\$ 20.000,00
(-) Imposto de Renda (R\$ 6.000,00)
(-) CSLL 10% Sobre o Lucro antes IR e CSLL (R\$ 2.000,00)
= Base de cálculo participação empregados R\$ 12.000,00
(-) Participação do empregados (R\$ 1.200,00)
= Base de cálculo participação administradores R\$ 10.800,00
(-) Participação administradores (R\$ 1.080,00)
= Lucro líquido R\$ 9.720,00

A resposta correta é a letra “a”.

Questão 7.30. (AFRF/2002–ESAF)

O examinador deseja que se apure o resultado global pela venda de três bens, sendo que um deles é do ativo circulante (trator - estoque de vendas) e dois do ativo permanente.

Convém salientar que bens de venda não sofrem depreciação.

O valor global das vendas alcançou R\$ 130.000,00

O custo do trator é de R\$ 28.000,00, já que não sofre depreciação.

O custo jeep é de R\$ 20.000,00 menos a depreciação acumulada.

Se a vida útil do jeep é de 8 anos, então ele terá depreciação anual de 12,5%. Como o bem já se encontra há dois anos na empresa, sua depreciação acumulada é de 25%, cujo valor resulta em R\$ 5.000,00.

Assim, o valor contábil do jeep é de R\$ 15.000,00.

O custo do imóvel foi de R\$ 80.000,00, sendo 40% desse valor relativo a edificação e 60% relativo ao terreno. A vida útil da edificação é de 25 anos e seu uso já é de dez anos.

Sabemos que os terrenos não sofrem depreciação, então devemos separar os valores atinentes a esse imóvel, da seguinte forma:

40% de R\$ 80.000,00 = R\$ 32.000,00 valor da edificação

60% de R\$ 80.000,00 = R\$ 48.000,00 valor do terreno

Assim, o valor de R\$ 32.000,00 é susceptível a depreciação em 25 anos. R\$ 32.000 / 25 anos = R\$ 1.280,00 / ano. R\$ 1.280,00 x 10 anos = 12.800,00 (valor da depreciação acumulada).

Desta forma, o valor contábil do imóvel é de R\$ 67.200,00.

Podemos, agora, apurar o valor do lucro global:

Receita total	R\$ 130.000,00
(-) Custo trator	R\$ 28.000,00
(-) Custo jeep	R\$ 15.000,00
(-) Custo imóvel	R\$ 67.200,00
Lucro Global	R\$ 19.800,00

A resposta correta é a da letra “d”.

Questão 7.31. (TRF–2002–ESAF)

As receitas do mês são R\$ 800,00 e R\$ 1.300,00, cuja soma é de R\$ 2.100,00.

As despesas do mês são: Custo das Mercadorias Vendidas R\$ 2.000,00 e a Conta de Luz de R\$ 80,00.

O resultado será a diferença entre receitas e despesas, logo $R\$ 2.100,00 - R\$ 2.080,00 = R\$ 20,00$.

Atente-se ao fato de que o pagamento da conta de luz no valor de R\$ 95,00 é despesa do mês passado.

Alternativa correta é a letra “b”.

Questão 7.32. (BACEN/2001–ESAF)

Para sabermos o valor do lucro líquido do exercício, a partir dos dados apresentados, devemos separar os valores que foram extraídos do lucro líquido para recompô-lo.

Assim: A variação de Prejuízos acumulados de 300 para Lucros acumulados de 3.700, absorveu um lucro de

4.000,00.

As reservas de lucro (legal, contingência e estatutária) que passaram de 500 para 850, absorveram **350,00** do lucro do exercício.

A provisão para o Imposto de renda absorveu **600,00**.

As participações a pagar absorveram **350,00** do lucro do exercício.

Os dividendos a pagar absorveram **2.300,00** do lucro.

Somando esses valores, teremos que o lucro líquido, antes do Imposto de Renda, no exercício de 2000, foi de **R\$ 7.600,00**.

Alternativa correta, letra “C”.

Questão 7.33. (MPOG-ESAF/2001)

Letra a) Conforme já mencionamos, as subvenções para investimento são contas do PL e não transitam por resultado. Porém, as subvenções para custeio devem transitar por resultado. Logo, são contas de resultado.

A alternativa está correta.

Letra b) Prejuízos Acumulados é conta do Patrimônio Líquido.

Letra c) Dividendos a Distribuir é obrigação, logo é conta do passivo.

Letra d) Amortização acumulada é sempre conta do Ativo Permanente e a natureza de seu saldo é credora.

Letra e) Conta Corrente de ICMS é conta do Ativo ou do Passivo, conforme o saldo. A propósito, segundo a lei, a expressão contas correntes não é factível de uso.

Questão 7.34. (ICMS-MS-2001)

Ativo Bens Numerários 3.000,00 Duplicatas a Receber 9.000,00 Provisão p/Devedores Duvidosos (2.700,00) Empréstimos a Coligadas 1.500,00 Despesas Antecipadas 1.050,00 Estoques 14.100,00 Ações de Coligadas 5.295,00 Imobilizado 7.050,00 Duplicatas Descontadas (3.000,00)
Total 35.295,00

Passivo Empréstimos Bancários (LP) 3.000,00 Dividendos a Pagar 2.325,00 Contas a Pagar 5.700,00 Provisão p/Imposto de Renda 3.150,00 **Total 14.175,00**

Patrimônio Líquido (2) Capital Social 7.815,00 Reservas de Lucros 2.850,00 Reservas de Capital 9.480,00 Lucros (Prejuízos) Acumulados 975,00 **Total 21.120,00**

Patrimônio Líquido anterior (1) Capital Social 7.815,00 Reservas de Capital 9.480,00 Prejuízos Acumulados (5.400,00) **Total 11.895,00**

Diferença de PL (2) – (1) = 21.120,00 – 11.895,00 = 9.225,00.

Esse incremento no PL mais o dividendo proposto e o Imposto de Renda formam o Lucro do exercício.

Assim, o Lucro Líquido antes do imposto de renda foi de: Aumento do PL R\$ 9.225,00 Dividendo R\$ 2.325,00 Imposto de Renda R\$ 3.150,00
Total R\$ 14.700,00

Alternativa correta letra “D”.

Questão 7.35. (Esaf/AFRF-2003) SOLUÇÃO:

Receita Operacional Bruta R\$ 6.000,00 (-) ICMS s/ Vendas R\$ 720,00 (-) COFINS R\$ 180,00 (-) PIS s/ Faturamento R\$ 60,00 = Receita Líquida de Vendas R\$ 5.040,00 (-) Custo da Mercadoria Vendida R\$ 2.800,00 = Lucro Operacional Bruto R\$ 2.240,00 (-) Despesas

Financeiras R\$ 600,00 (-)
Salários e Ordenados R\$
1.000,00 = Lucro Operacional
Líquido R\$ 640,00 Logo, a
resposta correta é a letra “e”

Questão 7.36. (AFRF/2002/ESAF)

As contas que compõem o capital social são: Capital Integralizado no valor de R\$ 70.000,00 e a reserva de correção monetária do capital realizado no valor de R\$ 16.000,00. Portanto o capital social é de R\$ 86.000,00. Com isto, a alternativa “a” está errada.

Capital a Realizar é a diferença entre o Capital Subscrito e o Capital Realizado.

Veja que o capital subscrito é de R\$ 90.000,00 e o capital realizado de R\$ 70.000,00, logo o capital a realizar é de R\$ 20.000,00. Assim, esta alternativa “b” também está errada

Na letra “c” encontramos a resposta correta. As Reservas de Lucros já foram definidas na questão anterior, resta demonstrar a sua apuração:

Reserva para Contingências	R\$ 17.000,00
Reservas Estatutárias	R\$ 15.000,00
Reservas para Investimento	R\$ 14.000,00
Reserva Legal	R\$ 13.000,00
Total	R\$ 59.000,00

As **Reservas de Capital** somam R\$ 35.000,00 e são formadas por Reserva de Ágio na Venda de Ações R\$ 19.000,00 e Reserva de Correção Monetária R\$ 16.000,00. Isto torna errada a alternativa “d”. Das contas apresentadas, as duas primeiras não interferem no valor do Patrimônio Líquido. Somando-se as demais, encontraremos o valor de R\$ 196.000,00. A alternativa “e” está errada.

Questão 7.38. (Esaf/AFC-2002)

Na questão nos é solicitado o valor do Capital Social. Sabe-se que o Capital Social é componente do Patrimônio Líquido.

Dessa forma, devemos procurar esse valor.

Nos é informado que o valor de Lucros Acumulados equivale a 25% do Capital de Terceiros (obrigações).

São contas que representam capitais de terceiros:

Débitos de Funcionamento	R\$ 900,00
Notas Promissórias emitidas	R\$ 600,00
Débitos de Financiamento	R\$ 300,00

Total R\$ 1.800,00

Portanto o valor de Lucros Acumulados é de R\$ 450,00 (25% de R\$ 1.800,00).

Visto o valor desta conta, devemos apurar o valor do Patrimônio Líquido. Para apuração do PL vamos nos valer da equação patrimonial ($A - P = PL$).

Portanto, falta-nos a apuração do ativo para obter, por diferença, o valor do PL, visto que o valor do passivo é de R\$ 1.800,00, conforme apurado.

Dentre as contas Apresentadas, o valor do Ativo é o seguinte:

Bens fixos R\$ 2.100,00
Créditos de Financiamento R\$ 600,00
Bens de Venda R\$ 900,00
Créditos de Funcionamento R\$ 1.200,00
Bens Numerários R\$ 450,00
Bens de Renda R\$ 750,00

Total R\$ 6.000,00

Aplicando a equação patrimonial, chegamos ao seguinte valor de PL:

R\$ 6.000,00 – R\$ 1.800,00 = R\$ 4.200,00

O PL contém em seu valor, entre outros, o valor do Capital Social. Logo, podemos achar o valor do Capital Social pela diferença do valor do PL total e as demais contas de PL. As demais contas do PL somam o seguinte valor: Reservas de Lucros R\$ 750,00 Reservas de Capital R\$ 1.800,00 Lucros Acumulados R\$ 450,00

Total R\$ 3.000,00

Assim, finalmente estamos em condições, por operação aritmética, de apurar o valor do Capital Social: Capital Social = PL – R\$ 3.000,00

Capital Social = R\$ 4.200,00 – R\$ 3.000,00

Capital Social = R\$ 1.200,00

Resposta: Letra E

Questão 7.39. (ESAF–CVM/2001)

O ativo permanente diferido é constituído de despesas já incorridas, isto é, já ocorreu o fato gerador dessas despesas, no entanto serão apropriadas ao resultado apenas quando os fins para o qual foram realizadas puderem produzir resultados.

As despesas antecipadas são aquelas em que houve o pagamento, no entanto o fato gerador ainda não ocorreu.

Desta forma, a resposta correta é a letra “c”.

Questão 7.40.

(PCF/UnB/CESP

E–97) ITEM

III

Aplicações em ouro são investimentos temporários, portanto devem ser classificados em ativo circulante ou ativo realizável a longo prazo. O que nos leva a classificar um investimento como permanente é a intenção de permanência, como por

exemplo as participações societárias permanentes.

O item está **ERRADO**.

ITEM 9

As contas de depreciação, amortização e exaustão acumuladas são contas redutoras de ativo, de sinal contrário às contas normais deste grupo, portanto de natureza credora. Ademais, terrenos jamais são depreciados.

O item está **ERRADO**.

ITEM 10

Classificam-se no Ativo Permanente Imobilizado os bens e direitos de uso.

Marcas e Patentes são desse grupo de conta, pois são úteis e necessários à consecução dos objetivos sociais da entidade. Classificam-se no Ativo Permanente

Diferido as despesas pré-operacionais. São exemplos de despesas pré operacionais os gastos efetuados na reorganização, projetos, pesquisa de novos produtos entre outros.

O item está **ERRADO**.

ITEM 11

Debêntures, independentemente de cláusula de conversão, representam obrigação da empresa emitente, logo devem ser classificadas no passivo, seja no circulante ou exigível a longo prazo, obedecido o vencimento ou prazo de resgate.

Por oportuno, salienta-se que o prêmio obtido na emissão de debêntures é uma reserva de capital e deve ser classificado no patrimônio líquido. (Prêmio é um plus sobre o valor nominal).

O item está **CERTO**.

ITEM 12

Toda obrigação (real ou provável) que se vence após o final do exercício social seguinte deve ser classificada no passivo exigível a longo prazo. O item está **CERTO**.

Questão 7.41. (Esaf/AFC-2002)

O art. 179 da lei societária estabelece que no ativo as devem ser classificadas, conforme determina e o art. 182, § 1º, da mesma lei, estabelece quais contas compõem as reservas de capital. Observemos os referidos dispositivos:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social

subseqüente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte; II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial;

V - no ativo diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das

operações sociais.

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo. Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;

b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;

c) o prêmio recebido na emissão de debêntures;

d) as doações e as subvenções para investimento.

§ 2º Será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital

realizado, enquanto não-capitalizado.

Analisando cada alternativa apresentada, a luz desses dispositivos, conclui-se que a única que satisfaz o ato legal é a alternativa “a”.

Questão 7.42. (ESAF/AFTN–1994/setemb.)

Reza o art. 193 da Lei das S/A que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social”.

Para fins de cálculo da reserva legal devemos considerar o capital social corrigido, isto é, o capital social nominal e mais a reserva de correção do capital social.

Assim, o valor máximo que a reserva legal poderá alcançar será de R\$ 114,00. Como já existe uma reserva legal constituída de R\$ 100,00, então o valor máximo que poderá ser constituída no exercício é de R\$ 14,00.

Devemos, então, apurar o resultado do exercício, porém necessitamos saber a natureza do saldo da conta correção monetária do balanço, pois este pode ser devedor ou credor. Para poder apurar o saldo dessa conta é necessário que elaboremos o balancete de verificação:

Bancos	10	
Caixa	20	
Capital		500
Clientes	350	
Correção monetária de balanço	150	
Custo de mercadorias vendidas	300	

Depreciações acumuladas		50
Despesas comerciais	70	
Despesas financeiras	10	
Despesas tributárias	10	
Fornecedores		180
Imóveis	80	
Impostos incidentes sobre vendas	200	
Juros ativos		40
Máquinas	30	
Mercadorias	620	
Reserva correção monetária capital		70
Reserva de lucros		60
Reserva legal		100
Salários a pagar		50
Veículos	200	
Vendas		1000
Totais	2.050	2.050

Percebe-se, assim, que o saldo da conta correção monetária de balanço possui natureza devedora. Podemos, finalmente, apurar o resultado do exercício:

Contas	Despesas	Receitas
Correção monetária de balanço	150	
Custo de mercadorias vendidas	300	
Despesas comerciais	70	
Despesas financeiras	10	
Despesas tributárias	10	
Impostos incidentes sobre vendas	200	
Juros ativos		40
Vendas		1000
Totais	740	1040
Resultado = LUCRO		300

Consoante o disposto na lei, o limite da reserva legal aplicada sobre o lucro do exercício é de R\$ 15,00 (5% de R\$ 300,00). Desta forma, o limite a ser observado é o de que a reserva legal não deve exceder a 20% do capital social (corrigido monetariamente), isto é, de R\$ 14,00.

A resposta correta é a letra “d”.

Questão 7.43. (Esaf/AFC-2002)

Para resolver esta questão usaremos um quadro no qual separamos os valores ou saldos em 05 (cinco) colunas distintas, isto é, Passivo Circulante (PC), Ativo Circulante (AC), Patrimônio Líquido (PL), Ativo Permanente (AP) e Ativo Total (AT).

Contas	PC	AC	PL	AP	AT
Ações em Tesouraria			(1.000,00)		
Ações de Coligadas				1.500,00	1.500,00
Adiantamento a fornecedores		600,00			600,00
Adiantamento de clientes	300,00				
Bancos c/Movimento	1.200,00				1.200,00
Capital a Integralizar			(4.000,00)		
Capital Social			15.000,00		
Clientes		2.800,00			2.800,00
Duplicatas Descontadas		(800,00)			(800,00)
Duplicatas a Receber		2.000,00			2.000,00
Fornecedores	6.000,00				
Impostos a Recolher	600,00				
Juros Ativos			300,00		
Juros Ativos a Receber		110,00			110,00
Juros Ativos a Vencer	100,00				
Juros Passivos			(200,00)		
Lucros Acumulados			300,00		
Material de Consumo		500,00			500,00
Mercadorias		3.000,00			3.000,00
Móveis e Utensílios				5.500,00	5.500,00
Provisão de Férias	400,00				
Provisão para Imposto de Renda	1.800,00				
Provisão p/ Perdas Investimentos				(700,00)	(700,00)
Reserva Legal			800,00		
Seguros a Vencer		190,00			190,00
Veículos				4.500,00	4.500,00
TOTAL	10.400,00	8.400,00	11.200,00	10.800,00	20.400,00

Portanto, a resposta correta é a letra “e”.

Questão 7.44. (AFRF/2002/ESAF)

A Lei nº 6.404/1976, em seu art. 182, §§ 1º e 2º, define quais são as reservas de capital, a saber:

Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

- a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;
- b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- c) o prêmio recebido na emissão de debêntures;
- d) as doações e as subvenções para investimento.
- § 2º Será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não-capitalizado.

É de ressaltar que esses valores não transitam por resultado. Isto se deve ao fato de que as operações que geram esses valores não fazem parte do objeto social das entidades, afinal, nenhuma entidade é constituída para receber, por exemplo, doações para investimentos como objeto social. Ademais, a maior parcela dessas reservas provêm das ações (ágio na emissão de ações) que é parte constitutiva do capital social. Assim, a alternativa “a” está de acordo com o que diz a lei, os princípios de contabilidade e a doutrina.

A lei das S.As nomeia as reservas de lucros nos arts. 193 a 197, *in verbis*: Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. § 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. § 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Art. 194. O estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma:

- I - indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade;
- II - fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e
- III - estabeleça o limite máximo da reserva.

Reservas para Contingências

Art. 195. A assembléia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. § 1º A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva. § 2º A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que

justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda.

Retenção de Lucros

Art. 196. A assembléia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. § 1º O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. § 2º O orçamento poderá ser aprovado na assembléia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício. § 2o O orçamento poderá ser aprovado pela assembléia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

Reserva de Lucros a Realizar

Art. 197. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembléia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001) § 1o Para os efeitos deste artigo, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001) I - o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial (art. 248); e (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001) II - o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

§ 2o A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do art. 202, serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

Veja que as reservas de lucros são: Reserva Legal, Reservas Estatutárias, Reservas para Contingências (Cuidado! Há enorme diferença entre reservas para contingências e provisões para contingências), Reserva de Retenção de Lucros (para investimento, por exemplo) e Reserva de Lucros a Realizar (esta última teve sensíveis alterações e esta prova foi a última que não contemplou essas alterações)

As reservas de lucros, conforme pode ser observado, são provenientes dos lucros. As principais finalidades dessas reservas são dar maior garantia ao capital social e postergar distribuição de dividendos e outras participações.

Dessa forma, as alternativas “b” e “d” estão alinhadas com lei e a prática contábil.

A alternativa “c”, igualmente correta, encontra guarida no art. 183, inciso V e § 2º, alínea “a”, da lei das sociedades por ações.

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

...

V -os direitos classificados no imobilizado, pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão;

...

§ 2º A diminuição de valor dos elementos do ativo imobilizado será registrada periodicamente nas contas de:

a) depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

Perceba que a alternativa é transcrição literal da lei.

Restou como alternativa incorreta a letra “e”.

No ativo imobilizado devem ser classificados (somente estes) os bens e direitos necessários à consecução dos objetivos sociais. Desta forma, imóveis alugados, que não sejam de uso da entidade, devem ser classificados no Ativo Permanente Investimentos.

Resposta: Letra E

Questão 7.45. (AFRF/2002–ESAF)

Na solução desta questão vamos analisar todas as alternativas.

Alternativa “a”:

São contas de saldos devedores:

Depósito no banco R\$ 150,00
Salários do mês R\$ 620,00
Títulos a Receber R\$ 900,00
Aluguéis Passivos R\$ 600,00
Produtos para Venda R\$ 750,00
Equipamentos R\$ 1.000,00
Casa e Terrenos R\$ 1.350,00

Total R\$ 5.370,00

A alternativa está incorreta.

Alternativa “b”:

As contas do ativo circulante somam:

Depósito no banco R\$ 150,00
Títulos a Receber R\$ 900,00
Produtos para Venda R\$ 750,00
Total R\$ 1.800,00

O valor apresentado na alternativa é de R\$ 2.250,00, portanto incorreto.

Alternativa “c”:

O passivo circulante apresenta o seguinte valor:

Duplicatas a Pagar R\$ 2.200,00
Impostos Atrasados R\$ 450,00
Total R\$ 2.650,00

O valor apresentado na alternativa não satisfaz o resultado apurado. Portanto, a alternativa está errada.

Alternativa “d”:

Do rol de contas apresentadas, apuramos o valor de R\$ 2.350,00 para o ativo permanente, como a seguir

demonstrado. Portanto essa alternativa também está incorreta. Equipamentos R\$ 1.000,00 Casa e Terrenos R\$ 1.350,00

Total R\$ 2.350,00

Alternativa “e”:

O Patrimônio Líquido é a diferença entre o ativo e o passivo exigível mais o resultado de exercícios futuros.

Ressalte-se que resultado de exercícios futuros são aqueles valores sobre os quais não pesa nenhuma

obrigação.

O valor do ativo é o seguinte:

Depósito no banco R\$ 150,00
Títulos a Receber R\$ 900,00
Produtos para Venda R\$ 750,00
Equipamentos R\$ 1.000,00
Serviços Prestados a Prazo R\$ 1.500,00
Casa e Terrenos R\$ 1.350,00
Total R\$ 5.650,00

O valor do passivo exigível soma:

Duplicatas a Pagar R\$ 2.200,00
Impostos Atrasados R\$ 450,00
Total R\$ 2.650,00

Da definição do PL, teremos que o seu valor é:

$R\$ 5.650,00 - R\$ 2.650,00 = R\$ 3.000,00$

Resposta: Letra E

Questão 7.46. (AFRF/2002–ESAF)

Analisando a alternativa “a”, temos:

- 1 – pela venda à vista de mercadorias, o ativo (Caixa/Bancos) recebeu o débito de R\$ 300,00;
- e
- 2 – pela prestação de serviços, o ativo recebeu o débito de R\$ 400,00. Logo, o ativo recebeu débitos no valor

de R\$ 700,00.

Na alternativa “b” nos é afirmado que o ativo aumentou em R\$ 165,00. Vamos conferir?

Já vimos que o ativo recebeu débitos no valor de R\$ 700,00. Falta vermos os créditos por ele recebidos:

- 1 – pela venda à vista houve o crédito de R\$ 240,00, pelo custo das mercadorias vendidas;
- 2 – pelo pagamento das duplicatas houve crédito de R\$ 115,00;

3 – pelo pagamento de títulos vencidos houve crédito de R\$ 180,00.

Assim, o ativo foi creditado em R\$ 535,00. Dessa forma, o valor dos débitos supera o valor dos créditos em R\$ 165,00, isto é, o ativo aumentou em R\$ 165,00. A alternativa está correta.

O Patrimônio Líquido aumentou no seguinte valor:

- 1 – pelo lucro na venda de mercadorias, o PL aumentou em R\$ 60,00;
 - 2 – pelos juros pagos, o PL diminuiu R\$ 15,00;
 - 3 – pela prestação de serviços, o PL aumentou R\$ 400,00;
 - 4 – pelo desconto obtido, o PL aumentou R\$ 20,00.
- Logo, o PL aumentou, no todo, R\$ 465,00. Portanto a alternativa “c” está errada.

Os créditos recebidos pelo passivo são: ????

Entendeu?

Não houve nenhum crédito no passivo, logo a alternativa “d” está errada.

A diminuição do passivo foi a seguinte:

- 1 – R\$ 100,00 pelo pagamento de duplicatas; e

2 – R\$ 200,00 pelo pagamento de títulos. Logo, o valor total da diminuição foi de R\$ 300,00.
A alternativa “e” está errada.

Resposta: Letra B.

Questão 7.47. (AFRF/2002–ESAF)

O art. 193 da Lei das sociedades anônimas determina que:

Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. § 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. § 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

5% do lucro líquido, que é de R\$ 60.000,00, resulta em R\$ 3.000,00.

Entretanto, o valor da reserva legal não pode exceder a 20% do capital social.

O capital é de R\$ 50.000,00, logo o limite total é de R\$ 10.000,00.

Como o valor da reserva legal anteriormente constituída soma R\$ 8.000,00, o valor máximo que pode ser

constituído é de R\$ 2.000,00. Atente-se que o enunciado pede o valor que deverá ser constituído, portanto não será necessária a análise no concernente ao § 1º, pois este abre uma possibilidade de abrandamento.

Entretanto, para não deixar dúvida, vamos analisar a questão sob a ótica do § 1º.

Nesse caso, somamos a reserva legal o valor da reserva de Subvenção para investimentos, o que nos dá o valor de R\$ 10.000,00. Para chegar a 30% do capital faltam R\$ 5.000,00. Logo, não há de se levar esse valor em conta em face do limite estabelecido no caput do artigo.

Resposta: Letra C.

Questão 7.48. (TRF–2002–ESAF)

Solicita-se, nesta questão, que se apure o valor do ativo total, considerando-se o rol de contas acima. Desta forma, separemos as contas de

ativo: Caixa R\$ 100,00
Bancos c/Movimento R\$
200,00 Contas a Receber R\$
100,00 Empréstimos
Concedidos LP R\$ 100,00
Duplicatas Emitidas R\$
800,00 Equipamentos R\$
100,00 Clientes R\$ 450,00
Mercadorias R\$ 500,00
Notas Promissórias Aceitas
R\$ 250,00 Patentes R\$
200,00 Total R\$ 2.800,00

A questão é relativamente tranqüila. A única conta que poderia suscitar alguma dúvida é a conta “Notas Promissórias Aceitas”. É de se ressaltar que notas promissórias aceitas são notas promissórias emitidas por terceiros, por isso um direito.

Resposta: Letra C.

Questão 7.49. (AFC–2002–ESAF)

Na questão nos é solicitado o valor do Capital Social. Sabe-se que o Capital Social é componente do Patrimônio Líquido.

Dessa forma, devemos procurar esse valor.

Nos é informado que o valor de Lucros Acumulados equivale a 25% do Capital de Terceiros (obrigações).

São contas que representam capitais de terceiros:

Débitos de Funcionamento R\$ 900,00
Notas Promissórias emitidas R\$ 600,00
Débitos de Financiamento R\$ 300,00

Total R\$ 1.800,00

Portanto o valor de Lucros Acumulados é de R\$ 450,00 (25% de R\$ 1.800,00).

Visto o valor desta conta, devemos apurar o valor do Patrimônio Líquido. Para apuração do PL vamos nos valer da equação patrimonial ($A - P = PL$).

Portanto, falta-nos a apuração do ativo para obter, por diferença, o valor do PL, visto que o valor do passivo é de R\$ 1.800,00, conforme apurado.

Dentre as contas Apresentadas, o valor do Ativo é o seguinte:

Bens fixos R\$ 2.100,00
Créditos de Financiamento R\$ 600,00
Bens de Venda R\$ 900,00
Créditos de Funcionamento R\$ 1.200,00
Bens Numerários R\$ 450,00
Bens de Renda R\$ 750,00

Total R\$ 6.000,00

Aplicando a equação patrimonial, chegamos ao seguinte valor de PL:

R\$ 6.000,00 – R\$ 1.800,00 = R\$ 4.200,00

O PL contém em seu valor, entre outros, o valor do Capital Social. Logo, podemos achar o valor do Capital Social pela diferença do valor do PL total e as demais contas de PL. As demais contas do PL somam o seguinte valor: Reservas de Lucros R\$ 750,00 Reservas de Capital R\$ 1.800,00 Lucros Acumulados R\$ 450,00

Total R\$ 3.000,00

Assim, finalmente estamos em condições, por operação aritmética, de apurar o valor do Capital Social:

Capital Social = PL – R\$ 3.000,00

Capital Social = R\$ 4.200,00 – R\$ 3.000,00

Capital Social = R\$ 1.200,00

Resposta: Letra E.

Questão 7.50. (AFC–2002–ESAF)

O art. 179 da lei societária estabelece o modo como as contas do ativo devem ser classificadas e o art. 182, § 1º, da mesma lei, estabelece quais contas compõem as reservas de capital.

Observemos os referidos dispositivos:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social

subseqüente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte,

assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou

controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não

constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de

qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da

atividade da companhia ou da empresa;

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das

atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de

propriedade industrial ou comercial;

V - no ativo diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do

resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo. Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada. § 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;

b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;

c) o prêmio recebido na emissão de debêntures;

d) as doações e as subvenções para investimento.

§ 2º Será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital

realizado, enquanto não-capitalizado.

Analisando cada alternativa apresentada, a luz desses dispositivos, conclui-se que a única que satisfaz o ato legal é a alternativa “a”.

Questão 7.51. (AFC–2002–ESAF)

Para resolver esta questão usaremos um quadro no qual separamos os valores ou saldos em 05 (cinco) colunas distintas, isto é, Passivo Circulante (PC), Ativo Circulante (AC), Patrimônio Líquido (PL), Ativo Permanente (AP) e Ativo Total (AT).

Contas	PC	AC	PL	AP	AT
Ações em Tesouraria			(1.000,00)		
Ações de Coligadas				1.500,00	1.500,00
Adiantamento a fornecedores		600,00			600,00
Adiantamento de clientes	300,00				
Bancos c/Movimento	1.200,00				1.200,00
Capital a Integralizar			(4.000,00)		
Capital Social			15.000,00		
Clientes		2.800,00			2.800,00
Duplicatas Descontadas		(800,00)			(800,00)
Duplicatas a Receber		2.000,00			2.000,00
Fornecedores	6.000,00				
Impostos a Recolher	600,00				

Juros Ativos			300,00		
Juros Ativos a Receber		110,00			110,00
Juros Ativos a Vencer	100,00				
Juros Passivos			(200,00)		
Lucros Acumulados			300,00		
Material de Consumo		500,00			500,00
Mercadorias		3.000,00			3.000,00
Móveis e Utensílios				5.500,00	5.500,00
Provisão de Férias	400,00				
Provisão para Imposto de Renda	1.800,00				
Provisão p/ Perdas Investimentos				(700,00)	(700,00)
Reserva Legal			800,00		
Seguros a Vencer		190,00			190,00
Veículos				4.500,00	4.500,00
TOTAL	10.400,00	8.400,00	11.200,00	10.800,00	20.400,00

Portanto, a resposta correta é a letra “e”.

Questão 7.52. (CESPE/PERITO-PF-97) ITEM \mathbb{b}

O inciso VII, do art. 187, da Lei das S.As., determina que a demonstração do resultado do exercício discriminará o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social. O item está **CERTO**.

ITEM \mathbb{c}

O item retrata a disposição do art. 202 da lei que, conforme já se frisou, determina a distribuição do dividendo tendo-se por base o lucro ajustado. A lei faculta que as companhias utilizem outros demonstrativos complementares para dar maior evidenciação aos componentes patrimoniais e negócios, mas estes não são obrigatórios. O item está **CERTO**.

ITEM \mathbb{m}

As demonstrações previstas, como obrigatórias, na lei são: O Balanço Patrimonial, Resultado do Exercício, Lucros ou Prejuízos Acumulados e Origens e Aplicações de Recursos. O item está **ERRADO**.

ITEM \mathbb{r}

A demonstração das origens e aplicações de recursos indica as modificações na posição financeira da companhia, demonstrando todas as movimentações que afetam o Capital Circulante

Líquido (CCL). Para tanto, demonstra todas as origens e aplicações que ocorram no ativo e passivo que não sejam o circulante.

O item está **ERRADO**.

ITEM 70

Conforme o § 5º do art. 176, as demonstrações financeiras devem ser complementadas com notas explicativas. O item está **CERTO**.

Questão 7.53. (AFC–2002–ESAF)

A lei estabelece nos arts. 193 e 194 que:

Reserva Legal

Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

§ 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Art. 194. O estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma:

I - indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade;

II - fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e

III - estabeleça o limite máximo da reserva.

Já no art. 198 estabelece que:

Art. 198. A destinação dos lucros para constituição das reservas de que trata o artigo 194 e a retenção nos termos do artigo 196 não poderão ser aprovadas, em cada exercício, em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório (artigo 202).

Desta forma, a Reserva Estatutária deve ser constituída após o cálculo do dividendo ou, se

constituída antes, sem prejudicá-lo. Porém, em qualquer situação devemos observar o estabelecido no estatuto que deve descrever sucintamente a forma de sua constituição. Esta afirmação é feita considerando, ainda, o conteúdo do art. 202 da mesma lei societária (6.404/76):

Dividendo Obrigatório

Art. 202. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de

acordo com as seguintes normas: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

(Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e (Alínea incluída pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; (Alínea incluída pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

II - o pagamento do dividendo determinado nos termos do inciso I poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar (art. 197); (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

III - os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

§ 1º O estatuto poderá estabelecer o dividendo como porcentagem do lucro ou do capital social, ou fixar outros critérios para determiná-lo, desde que sejam regulados com precisão e minúcia e não sujeitem os acionistas minoritários ao arbítrio dos órgãos de administração ou da maioria.

§ 2º Quando o estatuto for omissivo e a assembleia-geral deliberar alterá-lo para introduzir norma sobre a matéria, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

§ 3º A assembleia-geral pode, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, nos termos deste artigo, ou a retenção de todo o lucro líquido, nas seguintes sociedades: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

I - companhias abertas exclusivamente para a captação de recursos por debêntures não conversíveis em ações; (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

II - companhias fechadas, exceto nas controladas por companhias abertas que não se enquadrem

na condição prevista no inciso I. (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

§ 4º O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembléia-geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e, na companhia aberta, seus administradores encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da assembléia-geral, exposição justificativa da informação transmitida à assembléia.

§ 5º Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 4º serão registrados como reserva

especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como

dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

§ 6º Os lucros não destinados nos termos dos arts. 193 a 197 deverão ser distribuídos como dividendos. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

Assim sendo, a Reserva Estatutária poderia ser calculada do seguinte modo:

Lucro Após IR e CSL	R\$ 85.000,00
(-) Participação Estatutária	R\$ 5.000,00
= Lucro Líquido do Exercício	R\$ 80.000,00
(-) Reserva Legal	R\$ 4.000,00
(-) Dividendo Mínimo	R\$ 20.000,00
= Lucro após dividendo	R\$ 56.000,00
10% de R\$ 56.000,00 =	R\$ 5.600,00

Isto faria com que a resposta fosse a letra "a".

A resposta poderia ser também a letra "b", "c" e "d", pois tudo depende de como está escrito no estatuto para apurar a base de cálculo.

Se a base de cálculo for o lucro líquido do exercício, o valor da Reserva Estatutária seria de R\$ 8.000,00.

Se a base de cálculo fosse o lucro remanescente após deduzida a Reserva Legal, o seu valor seria de R\$ 7.600,00.

Se a base de cálculo fosse o lucro líquido deduzido do dividendo, então o valor da reserva seria de R\$ 6.000,00.

Desta forma, a questão deveria ter sido anulada em face das múltiplas respostas apresentadas e da não discriminação do estabelecido no estatuto para a formação desta reserva.

Questão 7.54. (BACEN–2001–ESAF)

Com base no § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/1976, o valor na colocação de ações que exceder o nominal, deverá ir a reserva de capital, como ágio na emissão de ações.

Alternativa correta, letra "B".

Questão 7.55. (MPOG-ESAF/2001)

Letra a) O patrimônio representa o conjunto de bens, direito e obrigações de uma certa entidade. Ora, os bens arrendados não pertencem a entidade, portanto não há razão para registrá-los no ativo.

Letra b) O fundo de comércio representa a clientela, a confiança no estabelecimento comercial, o ponto comercial. Tudo é passível de valoração, entretanto a sua mensuração é subjetiva. Segundo o Princípio da Prudência não devemos registrar valores a título de bens e direitos sobre os quais resida alguma incerteza na realização.

Letra c) Partes beneficiárias cedidas saem do Patrimônio da entidade. Não representam redução do Capital Social, apenas são títulos que atribuem certos direitos aos seus titulares, como por exemplo a participação no resultado.

Letra d) Novamente invocamos o Princípio da Prudência, pois conforme este, entre duas situações igualmente válidas, deve-se escolher aquela da qual resulta menor valor do PL.

Letra e) O Capital Social das Sociedades Anônimas é formado por ações. Quando a companhia adquire, por qualquer motivo, ações de sua própria emissão, como por exemplo de sócio dissidente, estará diminuindo o valor do Capital Social. Ocorre que, por disposição legal, o Capital Nominal não pode ser diminuído a todo momento. A solução que se nos apresenta é lançar o valor relativo às ações adquiridas em conta redutora do PL, em conta específica denominada de Ações em Tesouraria.

Resposta:

Letra

B.

Questão 7.56.

**(CESPE/PERITO-
PF-97) ITEM III**

A Lei nº 6.404/76, preceitua que as demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações **do** exercício anterior. Portanto, é necessária a indicação correspondente de apenas **um** exercício anterior e não **dois**.

O item está

ERRADO.

ITEM II

O § 2º, do art. 176 da Lei nº 6.404/1976, dispõe:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

...

§ 2º Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes".

Depreende-se, da simples leitura do dispositivo legal, que o examinador fez uma grande confusão.

O item está **ERRADO.**

ITEM III

As demonstrações contábeis, especialmente o balanço patrimonial, são elaboradas antes da aprovação pela assembléia geral da proposta de destinação do resultado, portanto esses demonstrativos devem conter a destinação que será dada ao resultado ou dividendo. Normalmente o dividendo proposto figura no passivo circulante como Dividendos a Pagar ou Distribuir.

O item está **CERTO.**

ITEM IV

Nas demonstrações financeiras devem ser ressaltados todos os aspectos relevantes que interferiram no resultado ou que possam interferir nos resultados em exercícios futuros. Esses aspectos hão de ser evidenciados por meio de notas explicativas, de modo a dar maior segurança aos investidores e demais atores interessados no desempenho da entidade.

O item está **CERTO.**

ITEM V

No ativo as contas são dispostas em ordem decrescente do grau de liquidez. Isso, segundo a lei. No passivo, segundo a lei, não há uma ordem estabelecida em função de exigibilidade ou vencimento. Na prática e pela doutrina contábil, entretanto, existe essa ordem. O item está **ERRADO.**

Questão 7.57. (ICMS-MS-2001)

Não se aplica às obrigações o disposto no inciso II do art. 179 da lei das sociedades anônimas. Assim, as obrigações decorrentes de vendas, adiantamentos ou empréstimos de sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou outros participantes no lucro da companhia, devem ser classificadas conforme o prazo de vencimento estipulado na operação. **Resposta correta letra "B".**

Questão 7.58. (ICMS-MS-2001) Capital alheio é representado por:

Empréstimos Bancários	R\$ 2.000,00
Impostos a Recolher	R\$ 120,00
Total	R\$ 2.120,00

Capital Próprio:

Capital	R\$ 800,00
Impostos e Taxas	R\$ (150,00)
Juros Ativos	R\$ 250,00
Salários e Ordenados	R\$ (320,00)
Receita de Vendas	R\$ 950,00
Custo das Vendas	R\$ (900,00)
Total	R\$ 630,00

Obs.: Para a apuração do capital próprio as receitas foram consideradas fatores de aumento

e a despesas como redutoras desta conta.

Prejuízo do exercício:

Juros Ativos R\$ 250,00 Receita de Vendas
R\$ 950,00 Custo das Vendas R\$ (900,00)
Impostos e Taxas R\$ (150,00) Salários e
Ordenados R\$ (320,00)

Total R\$ (170,00)

Pelas contas apresentadas, temos que a soma dos débitos é de R\$ 3.370,00, e a soma dos créditos é de R\$ 4.120,00.

Existe, portanto uma diferença de R\$ 750,00, cujo valor deve ser debitado.

Como no enunciado fala que a única conta que não está no rol, pode-se afirmar que o prejuízo acumulado antes do

resultado era de R\$ 750,00. Como o resultado deu prejuízo de R\$ 170,00, o **Prejuízo Acumulado, após**

encerramento do exercício foi de R\$ 920,00.

Sendo as contas apresentadas as que compõem o patrimônio da entidade, então ela está com passivo a descoberto

de R\$ 120,00, decorrente da diferença de capital d prejuízos acumulados.

Resposta correta letra “B”.

Questão 7.59. (CESPE/PERITO-PF-

97) ITEM n

Aplicações em ouro são investimentos temporários, portanto devem ser classificados em ativo circulante ou ativo realizável a longo prazo. O que nos leva a classificar um investimento como permanente é a intenção de permanência, como por exemplo as participações societárias permanentes. O item está **ERRADO**.

ITEM o

As contas de depreciação, amortização e exaustão acumuladas são contas redutoras de ativo, de sinal contrário às contas normais deste grupo, portanto de natureza credora. Ademais, terrenos jamais são depreciados. O item está **ERRADO**.

ITEM m

Classificam-se no Ativo Permanente Imobilizado os bens e direitos de uso. Marcas e Patentes são desse grupo de conta, pois são úteis e necessários à consecução dos objetivos sociais da entidade. Classificam-se no Ativo Permanente Diferido as despesas pré-operacionais. São exemplos de despesas préoperacionais os gastos efetuados na reorganização, projetos, pesquisa de novos produtos entre outros. O item está **ERRADO**.

ITEM x

Debêntures, independentemente de cláusula de conversão, representam obrigação da empresa

emitente, logo devem ser classificadas no passivo, seja no circulante ou exigível a longo prazo, obedecido o vencimento ou prazo de resgate.

Por oportuno, salienta-se que o prêmio obtido na emissão de debêntures é uma reserva de capital e deve ser classificado no patrimônio líquido. (Prêmio é um plus sobre o valor nominal). O item está **CERTO**.

ITEM 76

Toda obrigação (real ou provável) que se vence após o final do exercício social seguinte deve ser classificada no passivo exigível a longo prazo. O item está **CERTO**.

Questão 7.60. (ESAF-CVM/2001)

A demonstração das origens e aplicações de recursos está disciplinada no art. 188 da Lei das S/A, que dispõe:

Art. 188. A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

I - as origens dos recursos, agrupadas em:

a) lucro do exercício, **acrescido de depreciação**, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;

b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;

c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.

II - as aplicações de recursos, agrupadas em:

a) dividendos distribuídos;

b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;

c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;

d) redução do passivo exigível a longo prazo.

III - o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando

aumento ou redução do capital circulante líquido; IV - os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício. Da leitura do dispositivo percebe-se que a depreciação consiste numa adição ao resultado do exercício para se determinar as origens dos recursos.

Resposta: Letra C.

Questão 7.61

A questão versa sobre a DOAR.

A matriz legal que disciplinando o assunto é encontrada no art. 188 da Lei nº 6.404, de 30 de outubro de 1976, que assim dispõe:

- Art. 188. A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:*
- I - as origens dos recursos, agrupadas em:*
- a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;*
 - b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;*
 - c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.*
- II - as aplicações de recursos, agrupadas em:*
- a) dividendos distribuídos;*
 - b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;*
 - c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;*
 - d) redução do passivo exigível a longo prazo.*
- III - o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;*
- IV - os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.*

Na resolução de questões de prova que versem sobre a DOAR devemos ter em mente que ela é uma demonstração financeira pela qual se procura evidenciar o capital de giro próprio, isto é, o Capital Circulante Líquido (CCL).

Assim, todas as receitas e despesas que foram consideradas na apuração do resultado e que não influenciam o CCL devem ser eliminadas, quando surge o conceito de Resultado Ajustado (Lucro ou Prejuízo).

Enquadram-se nessa modalidade de exclusões do resultado as despesas de depreciação, amortização e exaustão, além de variações monetárias passivas a longo prazo, bem como as receitas de variações monetárias e a variação no REF.

Dito isso, podemos passar a Resolução das questões.

Considerações para RESOLUÇÃO:

1 – Havia no PL, em X1: Capital Social
20.000,00 Reserva de Capital 4.000,00
Reserva de Lucros 2.000,00 Lucros
acumulados 10.000,00 Total 36.000,00

2 – Note que houve capitalização somente das Reservas de Capital, no entanto este passou para

29.000,00. Denotase, assim, que houve aumento de capital pela subscrição dos sócios no valor de 5.000,00, o que representa uma origem de recursos e assim deve ser considerada na DOAR.

3 – O resultado do exercício foi de: Prejuízos Acumulados 19.000,00 Absorção de Lucros Acumulados 10.000,00 Absorção de Reservas de Lucros 2.000,00 Total (Prejuízo) (31.000,00)

4 – **Prejuízo líquido ajustado:** Prejuízo do Exercício (31.000,00) (+) Despe. Depreciação 2.000,00 (+) Varição Monetária Passivas (LP) 4.500,00 Total (24.500,00)

OBS.: O valor das variações monetárias passivas a LP, representam despesa para fins de apuração do resultado, entretanto, como a DOAR é um demonstrativo financeiro, esse valor não foi desembolsado, logo não houve aplicação de recursos, ou dizendo do forma mais adequada, essa despesa não deve ser considerada no resultado para fins de DOAR porque ela não representa desembolso ou diminuição do capital circulante.

5 – Origens de recursos: Dos sócios pelo aumento de capital 5.000,00 Redução de Clientes LP 2.000,00 Total 7.000,00

6 – Aplicação de recursos: Prejuízo Líquido Ajustado 24.500,00 (+) Diminuição do PELP* 10.000,00 Total 34.500,00

* Observe que o PELP era de 40.000. A esse valor foi adicionado a variação monetária de 4.500, passando então para 44.500,00. Ato seguinte o valor passou para 34.500, isto aconteceu em função de uma parcela, que era LP, ter se tornado exigível no exercício social subsequente, isto é, 10.000 passaram para PC, logo houve redução de 10.000,00 em PELP o que caracteriza aplicação de recursos nesse valor. Já o PC está com saldo de 11.500,00 porque houve, também, além o recebimento dos 10.000,00 vindos de LP, variação monetária nessa rubrica no valor de 1.500,00.

7 – Variação do Capital Circulante Líquido foi de 7.000,00 – 34.500,00 = (27.500).

Questão 7.62.

Perceba que não foi fornecido o saldo das contas do exercício anterior, o que faz supor que estamos diante do balanço do final do primeiro exercício social.

RESOLUÇÃO:

1 – Composição do Resultado do Exercício:

Lucros Acumulados 57.000,00
Reserva para contingências 3.000,00
Reserva Estatutária 1.000,00
Reserva Legal 4.000,00
Dividendos 26.000,00
(-) Real. Reserva Reav. (1.000,00)
Total 90.000,00

2 – Lucro Ajustado: Lucro Líquido do Exercício 90.000,00 (+) Depreciação 4.000,00 (+) Depreciação 3.000,00 (+) Amortização 2.000,00 (+) Despesas Financeiras LP* 8.800,00 (+) Aumento REF 3.000,00 (-) Receitas Financeiras LP* (1.000,00) Total 109.900,00

* Observe que a DOAR é um demonstrativo financeiro e no caso das receitas e despesas de Longo Prazo, por mais que elas tivessem ocorrido para efeitos de resultado, não houve reflexo no CCL.

3 – Origens: Lucro Ajustado 109.900,00 Financiamentos a Longo Prazo 63.200,00** Capital Social 20.000,00 Reservas de Capital 4.000,00 Total 197.100,00

Aplicações: Aumento do ARLP 18.100,00** Imóveis 80.000,00 Equipamentos 50.000,00
Despesas pré-operacionais 20.000,00
Dividendos 26.000,00
(-) Reavaliação de ativos (8.000,00)
Total 186.100,00

** Perceba que estes valores devem ser os originais, pois os aumentos atribuídos a eles por despesas ou juros não representaram diminuição ou acréscimo do CCL, por isso devem ser excluídos.

4 – Variação do Capital
Circulante Líquido:
197.100,00 – 186.100,00
= 11.000,00

Questão 7.63. (AFC–2002–ESAF)

Pelo disposto no art. 188 da Lei das Sociedades por Ações, o demonstrativo das origens e aplicações de recursos deve ser apresentado do seguinte modo:

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Art. 188. A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na

posição financeira da companhia, discriminando:

I - as origens dos recursos, agrupadas em:

a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação

nos resultados de exercícios futuros;

b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;

c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do

ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.

II - as aplicações de recursos, agrupadas em:

a) dividendos distribuídos;

b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;

c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;

d) redução do passivo exigível a longo prazo.

III - o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando

aumento ou redução do capital circulante líquido;

IV - os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital

circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

Percebe-se que as origens dos recursos serão demonstradas começando pelo resultado do exercício.

Temos como resultado do exercício o aumento de: Aplicações:

Lucros acumulados	R\$ 200,00
Reserva Legal	R\$ 100,00
Dividendos a pagar	R\$ 350,00
Total do resultado	R\$ 650,00

Origens:

Resultado do exercício	R\$ 650,00
Aumento depreciação Acumulada	R\$ 200,00
Realização de Capital Social	R\$ 500,00
Recursos de terceiros:	
Ações de coligadas	R\$ 300,00
Total das Origens	R\$ 1.650,00

dividendos distribuídos R\$ 350,00

Imóveis R\$ 1.000,00

Títulos a receber LP R\$ 200,00

Títulos a Pagar LP R\$ 800,00

Total Aplicações R\$ 2.350,00

Varição do CCL = Origens – Aplicações = 1.650,00 – 2.350,00 = (700,00)

A resposta correta é a letra “e”.

Questão 7.64. (ESAF–CVM/2001)

Observa-se que já foi fornecido o lucro após o Imposto de Renda de R\$ 1.000,00 que é a base de cálculo das participações estatutárias, visto que não há prejuízos acumulados.

As participações estatutárias compõem o time do DEAPF (Debenturistas, Empregados, Administradores, Partes beneficiárias e Fundo de assistência dos empregados) e devem ser calculadas sucessivamente nessa ordem.

Assim, a participação estatutária dos empregados é de R\$ 200,00 (20% de R\$ 1.000,00). Excluindo essa participação do resultado, obteremos a base de cálculo da participação dos administradores que é de R\$ 800,00 e aplicando o percentual de participação (20%) previsto no estatuto, veremos que a participação destes é de R\$ 160,00.

Portanto, o lucro líquido do exercício é de R\$ 640,00.

O dividendo será calculado sobre o lucro líquido do exercício a base de 20%, conforme estabelecido no estatuto, logo aparecerá no passivo a conta dividendos a pagar no valor de R\$ 128,00.

A resposta correta é a letra “b”.

Questão 7.65 (PERITO CONTÁBIL – 2002/CESPE/Unb) ITEM 1:

Conforme dispõe o art. 202 da Lei nº 6.404/76, Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas: metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

Portanto o item está **certo**.

ITEM 2:

O inciso III do art. 202 da Lei nº 6.404/76 estabelece que os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

Logo o item está **certo**.

ITEM 3:

Lucros a realizar são os lucros advindos de vendas a longo prazo e do resultado positivo da equivalência patrimonial. A propósito, o art. 197, § 1º, da Lei das S/A dispõe:

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores:

- I - o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial (art. 248); e
- II - o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

O item está **errado**.

ITEM 4:

A lei das S/A faculta às companhias, nos casos em que a situação financeira não permita a distribuição de dividendos, a retenção de todo o lucro, logo o dividendo a distribuir pode ser nulo o que é inferior ao mínimo estabelecido no art. 202.

O item está **errado**.

ITEM 5:

No art. 195 da lei societária, ao tratar da Reserva para Contingências, dispõe que:

Art. 195. A assembléia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em

exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

§ 1º A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

§ 2º A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda. O item está **certo**.

CAPÍTULO 8 – OUTROS ASSUNTOS

Questão 8.1 (AFRF/98)

Valor de Aquisição do Bem	50.000
(+) Correção monetária	8.000
(-) Depreciação	(3.000)
(=) Valor Contábil	55.000

Ao proceder à baixa do bem, a empresa registrará uma perda (despesa) no valor contábil de \$55.000,00.

Obs.: O fato de ainda restar uma dívida de \$5.000,00 referente à aquisição do bem em nada influencia a baixa do mesmo, que foi registrado no ativo à época da compra por \$50.000,00. **Resposta: Letra B Questão 8.2 (AFRF/98)**

Capital Social: 2.000.000 ações da empresa Dona S/A, que é a investida. Nós (investidora) possuímos 30% do capital de Dona S/A. O investimento é avaliado pela **equivalência patrimonial**.

Lucro Líquido de Dona S/A = \$300.000,00

Dividendos a Distribuir =
40% x \$300.000,00 =
\$120.000,00.

Parcela dos dividendos
para a investidora: 30%
x \$120.000,00 =
\$36.000,00

Nos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial a investidora, ao registrar o recebimento de dividendos da investida, deve contabilizar uma redução na conta do

investimento, uma vez que o PL da investida está sendo diminuído pela distribuição de dividendos, como se observa no lançamento efetuado:

Na investida:

- D – Lucros Acumulados (-PL) 120.000
- C – Dividendos a Distribuir (+PC) 120.000

Assim a investidora deve registrar o seguinte:

- D – Dividendos a Receber (+ AC) 36.000
- C – Investimentos Permanentes / Ações de Dona S/A (- AP) 36.000

Resposta: Letra A Questão 8.3 (AFRF/98)

Saldo da Conta Resultado do Exercício	800.000
(-) Provisão p/ IR	(180.000)
(-) Participação de Empregados	(12.000)
(-) Participação de Diretores	(10.000)
(=) Lucro Líquido do Exercício	598.000

Para distribuição de dividendos, devemos ajustar o lucro líquido do exercício da seguinte forma (art. 202 da Lei 6404/76):

Lucro Líquido do Exercício	598.000
(-) Reserva Legal	(25.000)
(+) Reversão de Reserva p/ Contingência	30.000
(=) Lucro Líquido ajustado	603.000
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	180.900

Resposta: Letra A

Obs.:

- 1 – A constituição e reversão das reservas estatutárias não fazem parte do cálculo do lucro líquido ajustado;
- 2 – O lucro líquido do exercício (LLE) é aquele obtido após a dedução da provisão para o imposto de renda e das

participações. As reservas são constituídas após a apuração do LLE.

Questão 8.4 (AFRF/98)

Participação de Beatriz Itabira: \$ 150.000,00

$$\times 100 = \mathbf{20\%} \$ 750.000,00$$

Ao final do período a Cia. Bira & Bira apurou lucro de \$600.000,00, porém só incorporou ao PL \$450.000,00 (Reserva para Aumento de Capital). Assim, o PL da Investida ficou em: $PL = 750.000,00 + 450.000,00 = \$1.200.000,00$

O valor do investimento para Beatriz Itabira neste momento é de: 20% x \$1.200.000,00 = \$240.000,00. Como o investimento foi vendido com ágio de 20%, conclui-se que o mesmo foi vendido por: $\$240.000 + [20\% \times \$240.000] = \$240.000 + \$48.000 = \$288.000,00$

Resposta: Letra D Questão 8.5 (ICMS-SC/98)

-Conta "Ajustões" Ativo Permanente

-Taxa de depreciação = 12,5% a.a.

- .- Depreciação contabilizada mês a mês
- .- Saldo de "Despesas com Depreciação" em 31/12/97 = \$117,00 (estas despesas são referentes ao ano de 1997)
- .- Depreciação acumulada até 31/12/97 = 9,375%

-01/03/98 compra de 3 novos ajustões

-30/04/98 "Depreciação Acumulada de Ajustões" = \$199,00

OBS.: Como a depreciação acumulada até 31/12/97 é de 9,375% (inferior a 12,5%), os ajustões foram adquiridos em 1997 e a despesa de depreciação deste ano (\$117,00) corresponde ao percentual de 9,375%. Assim, chamando de X o valor dos bens adquiridos até 31/12/97: $0,09375 X = 117 \quad X = 1.248$

A depreciação acumulada até 30/04/98 terá as seguintes parcelas:

- 1) Depreciação até 31/12/97: $P1 = \$ 117$
- 2) Depreciação em 98 (4 meses) dos bens adquiridos até 31/12/97. Taxa de depreciação = $(12,5\%) / 3 = 0,04167 \quad P2 = 0,04167 \times 1.248 = 52$
- 3) Depreciação dos ajustões adquiridos em 98. Considerando Y o valor dos ajustões adquiridos em 98: Taxa de depreciação (2 meses) = $(12,5\%) / 6 = 0,02083 \quad P3 = 0,02083 \times Y$

Assim, a depreciação acumulada em 30/04/98 é composta pelas seguintes parcelas:

$$P1 + P2 + P3 = 117 + 52 + 0,02083 Y = 199 \quad 0,02083 Y = 199 - 117 - 52 \quad Y = \frac{30}{0,02083} = 1.440$$

0,02083

Resposta: Letra A Questão 8.6 (TFC/2000)

Esta questão é uma "pegadinha".

Valor do Bem = \$6.000,00 (não interessam as parcelas)

Vida útil = 4 anos

Taxa de depreciação = 25% ao ano

Ao final do 1º ano:

Encargos de depreciação = 25% x

\$6.000,00 = \$1.500,00

Ao final do 2º ano:

Encargo de depreciação = 25% x

\$6.000,00 = \$1.500,00

Resposta: Letra D OBS.: Caso a pergunta fosse a

depreciação acumulada nos dois anos a resposta seria

\$3.000,00 **Questão 8.7 (TFC/2000)** A despesa com

depreciação é uma despesa **operacional**. Caso se trate

de uma máquina utilizada na produção teria o

tratamento contábil de **custo**. Portanto esta depreciação

fez o lucro operacional diminuir em \$240,00. O lucro

obtido na venda de bens do ativo permanente é **não**

operacional. Assim:

Valor do bem	\$600
(-) Depreciação Acumulada (40%)	\$240
(=) Valor Contábil	\$360
Valor de Venda	\$500
Ganho não operacional (\$500 - \$360)	\$140

Podemos concluir que o lucro líquido diminuiu em \$240 e aumentou em \$140, tendo portanto uma redução final de \$100,00 após a contabilização de todos estes fatos.

Resposta: Letra C Questão 8.8 (AFCE/TCU-99)

Capital de Giro (bruto) = Ativo Circulante Capital de Giro Líquido ou Capital Circulante

Líquido CCL = AC - PC

Capital de Giro

Dinheiro Tesouraria	700
Direitos s/ terceiros	500
Bens p/ revenda	1.250
Duplicatas de nossa emissão	200

Notas promissórias emitidas por terceiros 110 Juros pagos antecipadamente 80

2.840

Resposta Letra C

Questão 8.9 (INSS/97)

O enunciado da questão se refere à destinação possível do lucro líquido. Devemos então observar o disposto nos artigos 189 a 192 da Lei 6.404/76, e identificar os itens que são deduzidos **antes ou após** a apuração do lucro do exercício. Somente é considerado destinação do resultado aquilo que é deduzido **após** a DRE.

1. **1. (Errada)** Provisão para IR deve ser deduzido **antes** da apuração do lucro líquido do exercício (art. 189).
2. **2. (Correta)** Reserva de Retenção de Lucros ou Planos de Investimento são Reservas de Lucros, constituídas **após** a apuração do lucro líquido (art.196).
3. **3. (Errada)** Prêmio na Emissão de Debêntures é uma Reserva de Capital, portanto não é destinação do lucro, mas sim constituída a qualquer momento pela parcela de contribuição dos debenturistas que exceder o valor nominal do título (art.182, § 1º, c).
4. **4. (Correta)** Reserva de Lucros a Realizar é uma Reserva de Lucros, constituída **após** a apuração do lucro líquido (art.197).
5. **5. (Correta)** Reserva de Contingência é uma Reserva de Lucros, constituída **após** a apuração do lucro líquido (art.195).

Questão 8.10 (AFRF/2000)

O bens devem ser depreciado somente a partir de 01/07/20x1. Valor de aquisição: R\$20.000,00
Vida útil: 20 anos Taxa de depreciação: 5% aa

Em 20x1 6 meses 2,5%

Em 20x2 12 meses 5,0%

Em 20x3 12 meses 5,0%

Total 12,5%

Resposta: Letra D OBS.: A base de cálculo para a depreciação seria o valor de aquisição menos o valor residual (10%), ou seja:

Valor de aquisição 20.000

(-) Valor residual (10%) (2.000)

(=) Valor de Cálculo p/ depreciação 18.000

CAPÍTULO 9 – CUSTOS

Questão 9.1 (AFTN/96)

Em primeiro lugar, devemos ratrear os outros custos indiretos aos produtos A e B em função das horas de produção. Assim:

Produto	Horas	Fração	Rateio do Custo
A	2.000	2/3	1.200.000
B	1.000	1/3	600.000
Total	3.000		1.800.000

Custo Unitário Item A B

Materiais Indiretos	1.600.000	2.400.000
M.O.D.	2.400.000	3.600.000
M.O.I.	800.000	1.200.000
Matéria-prima	4.200.000	2.800.000
Custo Rateado	1.200.000	600.000
Custo Total	10.200.000	10.600.000
Quant. Produzida	10.000	10.000
Custo Unitário	1.020,00	1.060,00

Resposta: Letra A Questão 9.2 (AFTN/96)

Foram vendidas 80% das unidades de "B" então permaneceram em estoque 20% das mesmas.

Assim: $EF = 20\% \times \text{custo de B}$ $EF = 0,2 \times \$10.600.000 = \$2.120.000,00$

Resposta: Letra C Questão 9.3 (AFTN/96)

O sistema de custeio que atribui aos custos de produção todos os custos (fixos e variáveis) é denominado **custeio por absorção**.

O **custeio direto ou variável** considera como **custo** somente os custos variáveis. Os fixos são tratados como despesas. **Resposta: Letra E Questão 9.4 (AFTN/96)**

Os itens que nascem do processo produtivo, porém não têm venda garantida são denominados

SUCATAS

Resposta: Letra C

OBS.:

1) Co-produtos = emergem do mesmo processo produtivo até um certo ponto. Ambos são principais, têm venda garantida e receita significativa para a empresa (ex: filé-mignon, alcatra, maminha, picanha, contra-filé).

2) Subprodutos = emergem do mesmo processo do produto principal. Possuem venda garantida, porém sua receita é bastante inferior a receita obtida com a venda dos produtos principais (ex: cascos, chifres e ossos do boi).

Questão 9.5 (INSS/97)

O enunciado da questão se refere à distinção entre o sistema de **custeio por absorção**, que considera todos os custos fixos e variáveis relativos às mercadorias vendidas no período, e o custeio direto ou variável, que considera como custo do período somente os **custos variáveis** incorridos.

1. **1. (Errada)** Custeio por absorção engloba custos fixos e variáveis. Ambos são considerados **custos**.
2. **2. (Correta)** Custeio Direto fere o Princípio da Competência, pois considera como despesa do período o custo variável relativo a produtos ainda não vendidos.
3. **3. (Correta)** No momento em que um custo variável incorrido pela empresa é considerado custo na elaboração do resultado, independentemente da venda do produto, então está se antecipando uma despesa que, pelo princípio da competência, somente deveria ser reconhecida como tal no momento da venda do produto (realização da receita). Como o fisco segue o regime de competência, não aceita este método de custeio.
4. **4. (Errada)** O custeio por absorção é aceito pelo fisco e não posterga o reconhecimento de receitas.
5. **5. (Correta)** Como os custos somente são reconhecidos como despesa no momento da venda do produto (realização da receita), então o custeio por absorção segue o princípio da competência, assim como os demais princípios fundamentais.

Questão 9.6 (INSS/97)

Os encargos financeiros (juros), apurados pelo regime de competência, decorrentes da aquisição de qualquer mercadoria, inclusive matéria-prima ou até mesmo na obtenção de empréstimos, devem ser lançados como **despesas de juros (operacionais)** no período a que se referirem, independentemente de terem sido pagas ou não.

Portanto, somente serão lançadas no ativo circulante como despesa antecipada (item 3) caso tenham sido pagas antes do período de competência (ex: aluguel pago antes do mês de uso). Sendo assim, **todas as alternativas estão erradas.**

9.7 (MPOG-ESAF/2002)

Os custos implicados na produção dos dois produtos foram fornecidos, isto é, foram

separados em custos fixos e custos variáveis. Os custos fixos devem ser rateados pelo número de horas gastas na produção.

Assim, se os custos fixos foram de R\$ 30.000,00 e o número de horas gastas na produção foi de 50.000 horas, então cada hora equivale a R\$ 0,60 de custo fixo.

Desta forma, na produção do produto “X” foi gasto o valor de R\$ 17.000,00 (R\$ 1,70/unidade), e na produção do produto “Y” R\$ 34.000,00 (R\$ 1,70/unidade). Logo o lucro bruto unitário, considerando os valores de venda de R\$ 2,00 e R\$ 4,00, respectivamente, para o produto “X” e “Y”, foi de R\$ 0,30 e R\$ 2,30.

A resposta correta é a de letra “a”.

9.8- (MPOG-ESAF/2002)

No período foram produzidas 5.000 unidades e os custos fixos foram de R\$ 1.000.000,00, logo os custos fixos representam R\$ 200,00 por unidade se o modo de rateio adotado for o número de unidades produzidas.

Assim, teremos os seguintes custos de produção e lucro por unidade, respectivamente:

Produto A R\$ 3.000,00 R\$ 1.000,00

Produto B R\$ 4.000,00 R\$ 800,00

Produto C R\$ 1.500,00 R\$ 800,00

Produto D R\$ 1.700,00 R\$ 1.600,00

Desta forma, a alternativa correta é a letra “b”.

9.9 (MPOG-ESAF/2002)

Nos é fornecido que o custo de produção unitário, com o uso da máquina nova, é de R\$ 0,05 e que o preço de venda unitário é de R\$ 0,25. Com isto teremos um lucro bruto por unidade de R\$ 0,20. Também foi informado que a capacidade de produção da máquina nova é de 150.000 unidades.

Ora, com a produção máxima, isto é, 150.000 unidades, o lucro bruto foi de R\$ 30.000,00 (150.000 u x R\$ 0,20/u).

A alternativa correta é a letra “c”

9.10 (MPOG-ESAF/2002)

Margem de contribuição unitária é o preço de venda por unidade (-) custo variável por unidade.

Custos variáveis são aqueles que variam com o volume de produção, que no entanto, dentro de certos limites, são fixos por unidade produzida.

Temos então, que são custos variáveis a Mão-de-Obra direta, Matéria Prima, Custos Indiretos Variáveis e Despesas Gerais Variáveis. Somando esses valores, teremos o custo variável total de R\$ 14.000,00, o que representa R\$ 0,70 por unidade.

Visto o preço de venda ser de R\$ 2,00, então a Margem de Contribuição individual é de R\$ 1,30.

Logo, a alternativa correta é a letra “e”.